

15° Intereclesial das CEBs



TEXTO-BASE

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Solange dos Santos Rodrigues (in memoriam),
Ir. Tea Frigerio, Pe. Vileci Basílio Vidal.

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO/REVISÃO

Pe. Benedito Ferraro, Celso Pinto Carias, Pe. Manoel José Godoy,
Marilza José Lopes Schuina, Ir. Mercedes de Budalles Diez.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Thiesco Crisóstomo

CAPA:

Cartaz do 15º Intereclesial das CEBs (arte: Ateliê15)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

15º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais
de Base (15. : 2023 : Rondonópolis, MT)
CEBs: igreja em saída na busca da vida plena para
todos e todas : texto-base / organização Ampliada
Nacional das CEBs do Brasil. -- Cuiabá, MT : Ed. dos
Autores, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-44939-6

1. Ação social 2. Esperança - Aspectos religiosos
3. Igreja - Missões 4. Religiões - Brasil I. Ampliada
Nacional das CEBs do Brasil. II. Título.

22-110570

CDD-261

Índices para catálogo sistemático:

1. Religião e sociedade : Teologia social 261

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

1ª Edição, julho de 2022.

Rondonópolis/MT.

CEBs: Igreja em saída, na busca da vida plena para todos e todas!

***“Vejam! Eu vou criar Novo Céu e uma Nova Terra”
(Is 65,17ss)***

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adveniat
für die Menschen
in Lateinamerika

Sumário

ORAÇÃO PELO 15º INTERECLESIAL DAS CEBs	6
LISTA DE SIGLAS	7
APRESENTAÇÃO	8
Introdução	11
O rio da utopia	17
O rio do rito	17
Conclusão	22
VER - A REALIDADE QUE INTERPELA	24
Introdução	25
1.1. Situação da vida no Brasil atual	28
1.1.1. Distribuição de renda e desigualdade social	28
1.1.2. Mundo do trabalho	33
1.1.3. Condições de habitação	36
1.1.4. Violência	37
1.2. O que impede que todos e todas tenham vida digna?	41
1.2.1. Crise econômica	41
1.2.2. Crise política	45
1.2.3. Crise ambiental	51
1.2.4. Crise sanitária	56
1.3. Dinâmicas estruturais responsáveis pelas crises	59
1.3.1. Projeto de desenvolvimento colocado em prática no Brasil	59
1.3.2. Repercussões do racismo e do machismo na vida social brasileira	62
1.3.3. Degradação ambiental e a sobrevivência da humanidade	65
1.4. Sinais de que outra forma de vida em sociedade é possível	67
1.5. Um olhar sobre a conjuntura	69

JULGAR - HORIZONTES DA ESPERANÇA	77
2.1. CEBs, Eklesia alternativa de novos céus e nova terra	78
Introdução	78
2.1.1. O rio da utopia	80
2.1.2. O rio do rito	89
2.2. A missão das CEBs no contexto atual a serviço da vida plena	101
AGIR - O AGIR DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA CRIAÇÃO DE UM NOVO CÉU E UMA NOVA TERRA	122
Introdução	123
3.1. O agir das CEBs no contexto atual a serviço da vida plena para todos e todas	124
3.2. Agir: questões e pistas de ação	133
CONCLUSÃO	145
TEOLOGIA DO CARTAZ	149

Oração pelo 15º Intereclesial das CEBs

Ó Santíssima Trindade,
Somos escolhidos/as para participar da vida divina, por isso,
Nós, te saudamos, te louvamos, te glorificamos e
Te adoramos, Pai, Filho, Espírito Santo: Comunhão de amor e de
misericórdia.

Jesus Cristo entregou a sua vida
Para reconduzir na unidade e salvar os filhos de Deus dispersos.
O Espírito Santo faz nascer a Igreja, como comunidades de fé,
de partilha, comunhão, vida fraterna e missão.

Senhor, somos chamados para anunciar o Evangelho de Jesus Cristo,
Inseridos no meio do povo, comprometidos com o Reino de Deus
Com a justiça e a paz, a solidariedade e a misericórdia.

A nossa Igreja se prepara para o Encontro das Comunidades:
Queremos ser *“Igreja em Saída, na busca de Vida Plena para todos e todas”*.
Queremos assumir com alegria a missão profética de ir ao encontro dos
irmãos e irmãs,
de modo especial os esquecidos, sofridos, doentes, sem pão, sem casa, sem
trabalho.

Nós te pedimos, Trindade Santa, pelo 15º Encontro das Comunidades
Eclesiais de Base:

Que a força do Espírito Santo anime as comunidades;
dê entusiasmo à missão, para *“criar novo céu, nova terra”*
e fazer surgir uma Igreja Sinodal, ministerial,
que tem como centro a EUCARISTIA, a PALAVRA, a CARIDADE e a MISSÃO.

E assim a humanidade inteira possa alcançar a unidade no Seu amor,
a vida plena e a salvação. **AMÉM, AXÉ, AWERÊ, ALELUIA! PEMEGARE!**

Lista de Siglas

- DAP - Documento de Aparecida
- EG - Evangelii Gaudium, Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, Papa Francisco
- EN - Evangelii Nuntiandi, Exortação Apostólica sobre Evangelização, Paulo VI
- FT - Fratelli Tutti, Carta Encíclica sobre a Fraternidade e a Amizade Social, Papa Francisco
- GS - Gaudium et Spes, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual, Concílio Vaticano II
- LG - Lumen Gentium, Constituição Dogmática sobre a Igreja, Concílio Vaticano II
- LS - Laudato Si', Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum, Papa Francisco
- DM - Documento de Medellín
- DP - Documento de Puebla
- QA - Querida Amazônia, Exortação Apostólica Pós-Sinodal ao Povo de Deus e a todas as Pessoas de Boa Vontade, Papa Francisco
- RH - Redemptor Hominus, Carta Encíclica no início do ministério pontifical de João Paulo II
- SD - Documento de Santo Domingo

Apresentação

Pegando nas mãos este texto, a mente e o coração vão para tantos irmãos e irmãs espalhados pelo Brasil afora que, com a sua firme esperança, continuam a caminhada das CEBs. Vão para este povo que com a teimosia da profecia acredita numa Igreja em saída, uma Igreja pobre que caminhe com os pobres para chegar, caminhando juntos, ao Reino de Deus. Vão para tantos irmãos e irmãs que, com a sua perseverança, fazem possíveis os nossos Intereclesiais, que não teriam sentido nenhum fora da experiência diária da fé comprometida com a vida. O nosso pensamento e gratidão vão para Dom Juventino Kesting, que já celebrou a sua Páscoa definitiva, porque no final do Intereclesial de Londrina, aceitou de sediar e organizar este 15º Intereclesial na Diocese de Rondonópolis-Guiratinga. A ele pedimos a sua oração de intercessão a fim de que este nosso reunirmo-nos aqui no chão do Mato Grosso, possa produzir os frutos que ele mesmo desejava e esperava. Uma palavra de agradecimento também para esta Igreja local que nos acolhe e que, com decisão e coragem, levou a frente a não fácil preparação do Intereclesial: a todos e todas que se comprometeram e deram da sua fé, do seu tempo e da sua inteligência, o meu e nosso muito obrigado.

É, pois, com um espírito de muita gratidão e esperança que este texto é oferecido a tantas comunidades para ajudar a se converter, refletir e se organizar para dar corpo a uma Igreja que busque a vida plena para todos e todas, que saiba enfrentar o diálogo dentro e fora de si, que procure promover a união entre pessoas e povos na justiça e na paz.

O lema diz: **“VEJAM! EU VOU CRIAR NOVO CÉU E UMA NOVA TERRA”** (Is 65,17) e nos chama atenção por aquele verbo: **“VEJAM!”**.

Estas páginas querem ajudar as nossas CEBs a ver, a olhar com olhos de irmãos e irmãs para este mundo. Contra a cultura da indiferença e do descarte, devemos aprender a ter um olhar diferente daquele do rico que não conseguia enxergar o pobre Lázaro à porta da sua casa (Lc 16,19-31), ou do sacerdote e do levita que viram o homem caído na beira da estrada, mas pas-

saram em frente (Lc 10, 30-37). Ter um olhar de irmãos e irmãs que sabem sentir e sofrer pelos sofrimentos, pela dignidade violada, pela falta de justiça que muitos hoje estão sofrendo. Ver e se reconhecer irmãos e irmãs e não desconhecidos ou inimigos.

Mas a palavra do profeta: “Vejam!”, quer nos convocar a ter também um olhar de discípulos e discípulas, a reconhecer, em fidelidade ao ensinamento do Mestre, que nada há de mais importante do que amar e amar de verdade. Foi por isso que o samaritano da parábola parou e cuidou do ferido. Olhos de discípulos e discípulas que saibam vencer a tentação egoísta e narcisista de olhar só pra si mesmo, só pra dentro da nossa Igreja ou do nosso grupo. Olhos que nos levem a reconhecer qual é a nossa missão neste mundo: sair pra socorrer a humanidade ferida, para sermos Igreja que se faz verdadeiro “hospital de campanha”, porque não temos outra estrada se queremos viver e testemunhar o amor de Jesus Cristo, testemunhar o novo céu numa nova terra.

Enfim, este texto quer nos ajudar a ter olhos de profetas e profetizas, que saibam reconhecer que neste tempo Deus continua presente no meio de nós e nos guia na construção do seu Reino. Este não é o tempo do mal, da mentira e da morte, não é simplesmente um tempo “difícil”, mas o tempo em que a Graça de Deus nos une e nos fortalece para descobrir e valorizar o desejo de vida nova que está presente em cada ser humano, para acreditar na vocação que recebemos e dar forma concreta às esperanças que nascem da nossa fé. Olhos de profetas e profetizas para ver e reconhecer a presença do Espírito que fecunda a nossa vida e para responder, nós também: “Eis-me aqui, Senhor. Envia-me” (Is 6,8), sem medo e sem arrependimentos.

- ***Olhos de irmãos e irmãs para ver.***
- ***Olhos de discípulos e discípulas para julgar.***
- ***Olhos de profetas e profetisas para agir.***

Nas suas mãos, portanto, está algo mais do que um simples texto redigido por queridos irmãos e irmãs que agradecemos: é um chamado a viver um

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

15º INTERECLESIAL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

projeto, um sonho de Deus, um desafio à nossa fragilidade, porque Deus olha para a “pequenez” dos seus servos e exalta os humildes. Com coragem, coloquemo-nos a serviço da vida plena para todos e todas: é com a vista clareada, com a fidelidade à Palavra, com a ação generosa e profética que poderemos anunciar com sinceridade a verdade que está acontecendo no meio de nós: Vou criar novo céu e uma nova terra!

Dom Gabriel Marchesi
Bispo da Diocese de Floresta/PE e
Bispo referencial do Setor CEBs
Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato/CNBB

Introdução

Já iniciamos a caminhada rumo ao **15º Intereclesial das CEBs**, que será realizado em Rondonópolis – MT, nos dias 18 a 22 de julho de 2023. O tema escolhido é **CEBs: IGREJA EM SAÍDA NA BUSCA DA VIDA PLENA PARA TODOS E TODAS** e o lema: **“VEJAM! EU VOU CRIAR NOVO CÉU E UMA NOVA TERRA”**, inspirado em Isaías 65,17ss.

No tema escolhido, está presente a afirmação de que *“Evangélizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade”* (EN, 14; EG, III). Está presente também a dimensão missionária como nota constitutiva da Igreja e razão do chamamento do Papa Francisco na perspectiva de uma Igreja em saída: *“Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires; prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças”* (EG 49).

Na escolha do tema e do lema, levou-se em consideração a solicitação do Papa Francisco para tornar concreto e real *“uma Igreja em saída, que vai ao encontro das periferias sociais, culturais e existenciais”*. Igreja presente, que anuncia o Evangelho, atinge o coração, para que *“todos tenham vida plena”*. Vida não para poucos privilegiados, mas vida para todos e todas, para o planeta, para os povos, independente de raças, culturas ou credos. Uma Igreja em saída expressa uma Igreja missionária que sai de si mesma e vai em busca, ao encontro dos pequenos, dos pobres, dos desvalidos e sofridos da humanidade, os *“amados de Deus”*. Com essa expressão, o tema escolhido ajuda as Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais, os serviços, os movimentos eclesiais a abraçarem as causas fundamentais que sustentam a Comunidade de vida (pessoas, animais, florestas, águas...), enfim, a Humanidade e a Casa Comum, interpelando-os a uma evangelização de proximidade.

O lema vindo de Is. 65,17ss faz parte do livro do Terceiro Isaías, que compreende os capítulos que vão de 56 a 66, cujo contexto se relaciona com a volta do exílio. No exílio, o comportamento do povo de Israel foi bem diversificado. Houve quem se acomodasse à vida nas dependências de outro povo e até conseguisse uma sobrevivência razoável. Houve também quem viveu de costas para sua tradição de povo escolhido e se submetesse à nova cultura e religião idólatras. Houve também quem vivesse alimentando a esperança de um dia poder voltar à sua terra e reconstruí-la, sobretudo tendo o templo como um ponto de encontro com o Deus libertador, o Deus de Abraão, Isaac e Jacó, ou seja, o Deus de seus pais na fé. Este grupo foi alimentado pelos profetas que também sofreram o Exílio, de maneira especial Ezequiel, que era de família sacerdotal e, no exílio, uma vez que se tornara sacerdote sem templo, assumiu a missão de profeta no meio do povo.

Podendo voltar à própria Terra, nem todos quiseram fazê-lo e os que voltaram tiveram posturas também diferentes. Uns chegaram provocando conflitos com o povo que tinha ficado; outros estavam desanimados com a reconstrução do país, achando o trabalho muito árduo; outros, animados pelos profetas, começaram a montar um projeto de renovação, que podemos chamar de “novos céus e nova terra”. Portanto, este texto faz parte deste projeto, que tem conotações escatológicas e, assim, contém elementos de perspectiva do já e ainda não. Algumas coisas serão possíveis, graças ao esforço de parte do povo; outras coisas funcionam apenas como utopia, para dar ânimo à luta pela reconstrução. Como nos indica a leitura contextualizada da Bíblia, é importante ler a perícopes a partir do versículo 16 e ir até o versículo 25, pois assim se distinguem partes mais pragmáticas do projeto de outras que são sonhos a embalar uma esperança por vida nova.

Hoje, vivendo este tempo terrível de globalização capitalista neoliberal, onde somos assemelhados ao povo que vivia no exílio, pois, mesmo estando em nosso país, vivemos sob o domínio de grandes corporações, com concentração de capital em potências que nos subjugam. Precisamos ter cuidado para não cairmos num nacionalismo verde-amarelo enganador e nem em um

desprezo pelos nossos verdadeiros valores. Por isso, podemos nos perguntar: *O que significa novos céus e nova terra para os povos originários, indígenas, negros, pobres em geral?* Como falar de novos céus e nova terra para 15 milhões de desempregados ou para milhares de famílias que sepultaram os mais de 650 mil brasileiros e brasileiras, muito mais vítimas da política genocida que propriamente do vírus? E o que pode significar novos céus e nova terra para aqueles que perderam a esperança de um dia se aposentar dignamente? Para as vítimas das violentas reformas políticas que são orquestradas por grupos inescrupulosos, sem compromissos com a vida e bem-estar do povo?

O Papa Francisco tem incentivado os movimentos populares a lutarem pelos três Ts: Terra, Teto e Trabalho. Há quem proponha um quarto T, o da Tecnologia, argumentando que, sem o acesso tecnológico, a marginalização será ainda maior. Quantos deixaram de receber a verba emergencial por ignorar totalmente qualquer meio de consegui-la? E outros que sendo espertos na tecnologia a receberam sem se enquadrarem nos critérios para isso? Portanto, temos que lutar pelos quatro Ts (Terra, Teto, Trabalho e Tecnologia), para que uma política de inclusão contemple os que estão sendo tratados como descartados pelo sistema econômico neoliberal vigente.

Todas as forças vivas e proféticas de nossas comunidades estão sendo convocadas para uma articulação nacional, a fim de nos libertarmos deste sistema fascista, excludente e genocida em que mergulha o país. As Comunidades Eclesiais de Base têm um papel decisivo nesta revolução, articuladas aos movimentos populares e às forças políticas de esquerda. Novos céus e nova terra era o projeto do povo de Israel que voltou do exílio da Babilônia e pode ser o nosso projeto, desde que distingamos, como propõe o Terceiro Isaías, tarefas imediatas do já de nossa história, daquelas que servem para alimentar nossa utopia.

As CEBs são Igreja em saída e, na sua caminhada no Brasil, alicerçada na Palavra de Jesus que veio para que todos tenham vida plena (Jo 10,10), se comprometem a lutar contra toda violência e discriminação, na busca de estabelecer a dignidade humana em qualquer tempo e lugar.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

No **VER** apresenta-se “A REALIDADE QUE NOS INTERPELA”, revelando como está a vida do nosso povo hoje, o que impede que o povo tenha vida digna e quais dinâmicas estruturais são responsáveis pelas crises.

Sobre a “*Situação da vida no Brasil atual*”, são apresentados alguns indicadores sociais disponíveis que revelam como está a vida do povo: 1. *Distribuição de renda e desigualdade social*: o Brasil é um dos dez países mais desiguais do mundo. 2. *Mundo do trabalho*: o desemprego atinge 14 milhões e se acrescenta que 6 milhões nem mesmo procuram mais trabalho, sendo que os jovens são os mais atingidos pela desocupação. 3. *Condições de habitação*: grande parte da população brasileira não dispõe de moradia digna. 4. *Violência*: o Brasil é um país muito violento e com alto índice de feminicídio, assassinato de jovens, sobretudo negros, e muita violência contra os povos indígenas.

Para a pergunta “*O que impede que todos e todas tenham vida digna?*”, a resposta é crítica, diante de tantas crises. A acentuada crise em nosso modo de viver em sociedade atinge as diferentes formas de nos relacionarmos neste mundo. Falamos de uma *crise civilizacional* que repercute no econômico, político, social, cultural, religioso, ecológico. A análise apresenta as grandes crises: 1. *Crise econômica* - com a entrada do neoliberalismo no Brasil, houve uma piora da situação social com aumento do desemprego, redução das políticas públicas, aumento da pobreza; 2. *Crise política* - adoção de políticas que tiram direitos de muitos e privilegiam as minorias mais ricas; 3. *Crise ambiental* - destruição da Amazônia, desmatamento nos diferentes biomas, queimadas, mineração, agronegócio, falta de saneamento básico, deixando transparecer uma grave crise socioambiental em que o país está mergulhado; 4. *Crise sanitária* - a pandemia do novo Coronavírus encontrou o Brasil despreparado para uma emergência desta envergadura, sem deixar de levar em consideração a precarização e o subfinanciamento do SUS mesmo antes da explosão da COVID-19, e a falta de preparo por parte do Governo. Com a pandemia a situação econômica ficou ainda mais debilitada.

Diante desta realidade, é importante pensar as “*Dinâmicas estruturais responsáveis pelas crises*”: a maior parte das pessoas que vivem no Brasil não tem acesso a uma vida digna. Esta situação atual tem seus condicionantes de longa duração. 1. *Projeto de desenvolvimento colocado em prática no Brasil*: confundindo o desenvolvimento com o crescimento econômico, houve uma tentativa de modernizar o país com a construção de grandes obras que indicassem o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Afirmava-se que a partir deste aumento, a população teria uma melhoria de vida. Na década dos anos 90, as ideias neoliberais tiveram a hegemonia. Houve a implementação do Estado Mínimo com redução de investimentos em políticas públicas. O país sofreu um processo de desindustrialização com aumento do desemprego. Privilegiou-se o capital financeiro. O Brasil tornou-se um fornecedor de produtos primários não industrializados para o mercado internacional: venda de minério de ferro, nióbio, petróleo, produtos agrícolas (soja, arroz, açúcar, celulose, frutas...), madeiras, carnes.... Com a chegada da pandemia, a situação do desemprego se agravou e houve aumento de pessoas vivendo em favelas, nos bairros pobres e periferias, nas ruas 2. *Repercussões do racismo e do machismo na vida social brasileira*: no Brasil, há um racismo estrutural baseado na suposição de que existe uma desigualdade natural e biológica entre os diferentes grupos humanos. Este racismo estrutural contra a população negra e indígena é decisivo nas desigualdades no Brasil e favorece a exclusão e a violência. O alto índice de jovens negros da periferia assassinados e o perfil de nossa população mais pobre e excluída revelam este racismo. Há também o machismo estrutural baseado no patriarcalismo que promove a violência contra as mulheres. Nesta mesma direção, a violência se intensifica contra a vida de pessoas com identidades de gênero e orientação sexual diversas da hegemônica. 3. *Degradação ambiental e a sobrevivência da humanidade*: estamos presenciando no Brasil um quadro de degradação ambiental por causa do processo de mercantilização e privatização dos bens da natureza. Todos os bens da natureza são vistos apenas como potencial de mercado e lucro. Com isso, os povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos são os que mais sofrem. Também por causa da migração das populações expulsas

“*Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra*” [Is 65,17ss]

do campo, os que vivem nas periferias também sofrem com a degradação ambiental. Como esta situação não se restringe ao Brasil, a humanidade caminha rapidamente para tornar a Terra, Nossa Casa Comum, inabitável.

Na conclusão, busca-se mostrar “*Sinais de que outra forma de vida em sociedade é possível*”: há solidariedade entre os pobres. Os movimentos populares e sindicais fazem a entrega de cestas básicas, de comida preparada em cozinhas solidárias, de água, de máscaras, de produtos de higiene e álcool-gel. Os agricultores assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) distribuíram centenas de toneladas de alimentos durante a pandemia. Ensaia-se uma nova economia na perspectiva de Francisco e Clara, apontando que a economia deve estar a serviço das pessoas e não do lucro. Há muitas manifestações em defesa da democracia. Estes sinais indicam a emergência de outro modelo de organização social: socialmente justa, ambientalmente sustentável, culturalmente plural. Indica-se também como horizonte a proposta dos povos originários: *O Bem-Viver*.

Ainda no VER, uma breve leitura da conjuntura social, política, econômica, cultural, um grande desafio, diante das mudanças contínuas da realidade brasileira.

No **JULGAR**, um olhar bíblico-teológico e pastoral iluminando a realidade que nos cerca e apontando “*HORIZONTES DA ESPERANÇA*”. O primeiro horizonte é as “CEBs, Eklesia alternativa de novos céus e nova terra”.

O tema do 15º Intereclesial nos vem do profeta Isaías e nos indica que a utopia nasce da realidade, sobretudo a partir das ausências. Há dois rios que alimentam a esperança: o rio da utopia e o rio do rito. O rio da utopia/mito acorda a memória da origem de toda expressão de vida, da cultura, dos costumes. O segundo rio que alimenta a esperança é a água do *rio do rito*. O tempo da utopia/mito é ontem e amanhã. O tempo do rito é hoje.

O rio da utopia

“*Vejam! Eu vou criar um novo céu e uma nova terra*” (Is. 65,17). São palavras do Terceiro Isaías. Indicam tempo de crise, pois a realidade está em contradição com a mensagem. Tempo de reconstrução. Tempo de recomeçar. A utopia nasce das ausências. A palavra do profeta é comparada com o fermento na massa. Age de forma discreta. Desperta o discernimento, alimenta o esperar. Suscita projeto coletivo para superar a crise e criar um mundo de novas relações. Em períodos de perseguição, como Ap. 21,1-5, a palavra profética aponta para o futuro da história e sustenta a resistência das comunidades perseguidas. Em Jesus de Nazaré, palavra feita nossa carne, torna-se presente na história a utopia do profeta do pós-exílio e antecipa a profecia apocalíptica de João: “*Cumpriu-se o tempo, o Reino de Deus está próximo*” (Mc. 1,15). Os novos céus e a nova terra estão enxertados na história humana.

O rio do rito

O segundo rio que alimenta a esperança é a água do *rio do rito*. Quando ativado através das águas do rito, a utopia/mito faz o ‘eu’ da pessoa encontrar o ‘nós’ da comunidade, do povo. Integra a pessoa e lhe dá identidade. Quando o rito é ativado através dos costumes e tradições, das celebrações e romarias, leitura orante e círculos bíblicos, novenas e visitas, etc., a Palavra (mito/utopia) nos coloca em contato com a inspiração original que deu origem ao Povo de Deus, ao Povo das CEBs. Faz-nos entrar na correnteza do rio rito que tudo purifica e renova, alimenta a resistência, a esperança. A correnteza das águas nos leva.

CEBs, ENSAIO E ANTECIPAÇÃO DOS NOVOS CÉUS E NOVA TERRA

Jesus passou 30 anos de sua vida em Nazaré observando, lendo os acontecimentos, interpretando, penetrando na vida do povo. Ele viveu a pedagogia do fermento. Buscou reconstruir as relações da casa e entre as comunidades. O Movimento de Jesus é continuidade desta utopia: reconstruir as relações na casa e viver a utopia do Reino. Os pequenos quadros nos Atos dos Apóstolos nos falam deste sonho, dos primeiros passos, experiências ousadas com seus acertos e desacertos, por isso os seguidores de Jesus de Nazaré foram chamados ‘Os do Caminho’ (At. 2,42-47; 4,32-35; 5,12-16).

A partir de Pentecostes, movidos pela Divina Ruah¹, os discípulos e discípulas anunciam a Boa Nova de Jesus por toda a Galileia e Judeia. O “Movimento de Jesus” vai se firmando nas pequenas comunidades, que eram animadas por um grupo de missionários e missionárias, que se utilizavam do Primeiro Testamento, mas lidos à luz da Ressurreição. Nesta nova leitura, encontravam textos da Escritura que ajudassem a entender melhor a novidade trazida por Jesus Cristo. Aí encontramos a semente daquilo que mais tarde se tornará o Segundo Testamento com a recordação dos gestos e palavras do próprio Jesus para a animação e orientação na caminhada das comunidades. As pessoas eram atraídas pelo anúncio (Kerigma) que provocava a conversão (metanoia), levando-as a uma radical mudança de mentalidade. Nos Atos dos Apóstolos, através da atividade de Paulo e seus companheiros e companheiras, a mensagem de Jesus é transmitida e vivida em comunidades. Evangelizar é criar e manter comunidades de fé e partilha de vida. Este foi um trabalho exercido por homens e mulheres e as comunidades se reuniam nas casas, centro de celebração e de instrução.

Em toda caminhada surgem conflitos que precisam ser trabalhados e resolvidos com sabedoria, escuta, diálogo, paciência e perdão. Nas primeiras

¹ “**RUAH**”, termo hebraico que traduz Espírito, significa sopro, ar, vento. Jesus utiliza justamente para sugerir a Nicodemos a novidade transcendente daquele que é pessoalmente o Sopro de Deus, o Espírito Divino (Jo 3,5-8) - Catecismo da Igreja Católica, n. 691.

comunidades não foi diferente. Por exemplo, frente aos conflitos entre Antioquia e Jerusalém, a solução vem, através de um sínodo (caminhar juntos), como vemos em At. 15,1-21; Gl. 2,6-12. Neste período, a presença e a atuação das mulheres foram importantíssimas.

CASA: IGREJA DOMÉSTICA

Na atividade de Paulo, o anúncio do Evangelho de Deus é feito a partir da periferia, a partir do mundo do trabalho. Em 1Cor. 1,26-31, encontramos o retrato dessa eklesia alternativa expresso magistralmente na profissão batismal de Gl. 3,28: “Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus”. Na comunidade alternativa, as relações são transformadas com a circularidade dos bens, do poder, do saber, dos afetos. Nesta comunidade alternativa, ser cristão é ser membro do corpo de Cristo comprometido em fazer circular a vida (1Cor. 12,12ss), a não se amoldar à lógica do mundo (Rm. 12,2), a proclamar a cidadania da liberdade, da igualdade (Gl. 5,1). As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao ensaiar uma nova eclesiologia, ou seja, um novo jeito de ser Igreja (presente em Medellín, Puebla, Santo Domingo, Aparecida), continuaram a ‘tradição’ de Jesus, do Movimento de Jesus, da picada aberta por Paulo. Sonhar as CEBs é sonhar esta utopia, jeito normal da Igreja ser. Isso nos convida e desafia a não ficar no sonho saudoso, mas retomar com fé, ousadia e firmeza a caminhada.

O segundo horizonte da esperança é “*A missão das CEBs no contexto atual a serviço da vida plena*”:

1. CEBs, Igreja em saída na vivência da sinodalidade

A sinodalidade expressa a comunhão e participação numa Igreja em saída ao encontro de Deus presente nos marginalizados e oprimidos. Desde sua gênese, este é o DNA das Comunidades Eclesiais de Base, pois todos e todas somos chamados a caminhar juntos. Na América Latina e no Caribe, a sino-

“*Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra*” [Is 65,17ss]

dalidade tem sido indicada como um caminho a partir do Sínodo da Amazônia em direção à proposta do *bem viver e bem conviver* dos povos originários.

2. CEBs e o cuidado da Casa Comum

O Papa Francisco, em sua encíclica *Laudato Sí'*, indica que os seres humanos, a natureza, a criação e a sociedade estão interligadas. Neste sentido, ecologia humana e ecologia ambiental caminham juntas. Chama a atenção de que somos responsáveis na sustentação da vida das gerações futuras. Somos chamados a bem cuidar da Nossa Casa Comum.

3. CEBs, na busca do Bem Viver

O *bem viver* tornou-se a alternativa mais importante que se tem para sair do capitalismo e superar o paradigma tecnocrático (LS, 109-110), uma posição clara nos gritos contra a “economia da exclusão e da desigualdade” (EG, 53-60). Na *Fratelli Tutti* o Papa Francisco critica o sistema neoliberal que insiste no mercado como a solução de todos os problemas. Mas isto não passa de “um dogma de fé neoliberal” (FT 168). Insiste que Terra, Teto e Trabalho são direitos sagrados.

4. CEBs, na Alegria do Evangelho, sinal de vida plena para todos e todas

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* retoma a alegria do Evangelho e nos indica a importância da evangelização em todas as dimensões da vida. As CEBs, por sua caminhada histórica, se engajam no seguimento de Jesus de Nazaré e acreditando na presença do Ressuscitado, fazem a ligação da fé com a vida sempre alimentadas pela força do Espírito Santo. E Medellín, na recepção criativa do Concílio Vaticano II, esta força evangelizadora e missionária das CEBs foi bem definida: a Comunidade Eclesial de Base (CEB) “é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto

que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização” (MD15,10). As CEBs são um novo modo de ser Igreja e sua missão é fundamentalmente evangelizar.

5. Força missionária das CEBs

Em uma Igreja em saída, as CEBs, por serem missionárias, estão presentes nos lares e grupos de famílias e se firmam em núcleos comunitários com a composição estrutural de Casa da Palavra, do Pão, da Caridade e da Ação Missionária.

6. A fraternidade e a amizade social nas CEBs após a pandemia

Esta é a convocação que o Papa Francisco nos propõe como forma de vida com sabor de Evangelho e que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço. Na verdade, é pensar a vida em todas suas dimensões a partir da lógica do trabalho e do cuidado da Casa Comum sempre partindo dos últimos. Na esteira do Sínodo da Amazônia somos convidados à escuta dos pobres buscando novos caminhos de libertação econômica, política, cultural, ecológica.

Como o **AGIR** exige posturas, atitudes e ações concretas e com indicações que possam ser operacionalizadas, há a indicação de algumas questões e pistas de ação para “O AGIR DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA CRIAÇÃO DE UM NOVO CÉU E UMA NOVA TERRA”.

1. *O agir das CEBs no contexto atual a serviço da vida plena para todos e todas:* o compromisso das CEBs é com a prática da justiça iluminada pela prática de Jesus e animada pelo Espírito do Ressuscitado. É a partir de pessoas que confessam a fé em Jesus que nasce a comunidade. Essa comunidade nasce e cresce em meio aos conflitos, onde forças hostis procuram derrubar o projeto de Deus.

2. *CEBs: uma Igreja de rosto ameríndio*: esta forma de vivência exige uma visão de ecologia integral com profunda comunhão com a Pachamama² (Mãe Terra). Os povos originários expressam esta vivência através do “bem viver”, que implica uma harmonia pessoal, familiar, comunitária e cósmica que se expressa pelo cuidado com a Nossa Casa Comum, preservando os recursos para as gerações futuras.
3. *CEBs: instâncias de comunhão e participação*: As Comunidades Eclesiais de Base são uma forma de vivência comunitária da fé, de inserção na sociedade, de exercício do profetismo e de compromisso com a transformação da realidade sob a luz do Evangelho. Nelas, se fala muito da comunhão e participação com liberdade e autonomia.
4. *O protagonismo dos cristãos leigos e leigas nas CEBs*: Os cristãos leigos e leigas sempre desempenharam um papel ativo na construção da Igreja e no exercício de sua missão. Porém, durante séculos, ocuparam lugares subalternos sendo controlados pelos sacerdotes. Para que o protagonismo seja efetivo são necessários alguns passos na perspectiva da superação do clericalismo: distribuição das responsabilidades, esclarecimento das funções, formação de agentes responsáveis e a exigência de decisões participadas.

Conclusão

Com este esperar a partir da realidade e enxergando nela sinais de luzes e esperanças, tomamos consciência de que “o caminho se faz ao caminhar”! Somos convidados e convidadas a caminhar juntas e juntos estabelecendo processos em vista da construção de uma sociedade com as marcas de “uma nova terra e um novo céu”. Com o método VER-JULGAR-AGIR,

² Pachamama – termo de origem Quéchua, Aymara, Mapuche, (povos originários), que significa “Mãe Terra”, a Terra geradora e sustentadora da vida; a Terra símbolo de fecundidade... veja mais em: <https://www.abracocultural.com.br/pachamama/#:~:text=Sobre%20a%20Pachamama%3A&text=Outra%20vertente%20muito%20difundida%20vem,o%20divino%20e%20o%20sagrado> (acesso em 08-02-2022).

CEBs: IGREJA EM SAÍDA NA BUSCA DA VIDA PLENA PARA TODOS E TODAS

teremos a oportunidade de compreender a realidade em que estamos vivendo, suas contradições e suas esperanças para que o nosso agir ajude a transformá-la e colaborar com “um novo mundo possível”. Estaremos, nesta nossa preparação, com a companhia da Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe e do Sínodo sobre a Sinodalidade. Que o Espírito Santo, a Ruah Divina, nos inspire neste caminhar juntos e juntas.



VER A REALIDADE QUE INTERPELA³

24
página

³ Este texto é fruto de um grande mutirão, do qual participaram os membros da equipe de Iser Assessoria – Celso Carias, Erika Gloria dos Santos, Ivo Lesbaupin, Névio Fiorin e Solange Rodrigues, dando sugestões, buscando dados, redigindo determinadas partes. Alguns trechos foram retirados literalmente ou inspirados em artigos de Ivo Lesbaupin e no Marco Referencial do 15º Intereclesial. Pe. Celso Carlos P. dos Santos deu valiosas sugestões ao roteiro inicial. Felipe Freitas foi parceiro em todo o processo

Ver - A realidade que nos interpela



Introdução

O tema do 15º Intereclesial afirma que as CEBs são “Igreja em saída” na busca de vida plena para todos e todas. A vida plena junto de Deus é o que todos nós, cristãos e cristãs, almejamos e nos esforçamos para alcançar, seguindo o caminho indicado por Jesus nos Evangelhos, e confiando no amor misericordioso de Deus. Considerando a dimensão escatológica, ou seja, o nosso destino último na comunhão com Deus, que do ponto de vista da fé cristã nos remete à plenitude do tempo, sabemos que *vida plena* não é algo que se possa alcançar em nossa existência histórica, aqui e agora.

No entanto, Jesus viveu como pessoa humana no seio de uma sociedade historicamente situada, com suas regras e contradições. Nos relatos evangélicos, existem diversos sinais de que o encontro com Jesus representou o resgate da dignidade humana das pessoas, naquela sociedade específica. Por isso, faz parte da missão da Igreja o restabelecimento da dignidade humana em qualquer tempo e lugar onde anuncia e testemunha o Evangelho do Reino da justiça, da misericórdia e da fraternidade.

Como Igreja, as CEBs têm se comprometido ao longo de sua existência, com a conquista de *vida digna* para todos e todas. Por esta razão, neste olhar sobre a realidade atual, vamos observar o que significa vida digna e o que pode ser feito para alcançá-la. Hoje, no tempo e na sociedade em que vivemos, vida digna é ter a possibilidade de viver em um mundo livre de todas as formas de violência, exploração, exclusão e discriminação.

Entendemos como **violência** toda experiência que afeta a dignidade das pessoas, que impede o exercício pleno das suas potencialidades e que ofende a sua integridade. Podemos falar em violência não apenas como uma experiência interpessoal que afeta duas ou mais pessoas em suas relações, mas também como uma experiência institucional e estrutural que é vivida

de elaboração e redigiu diversas partes. A tecitura do conjunto foi feita por Solange Rodrigues, Névio Fiorin fez a revisão geral. Ivo e Solange fizeram a edição final, para que o material ficasse dentro dos limites requeridos pelos solicitantes.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

coletivamente por toda a sociedade. A violência pode ser simbólica, física, institucional e estrutural e marca diferentemente os grupos, as pessoas e as comunidades.

Discriminação é o nome que se dá para a conduta/ato que viola os *direitos* das pessoas com base em critérios injustificáveis, tais como raça, classe social, sexo, orientação sexual, religião, nacionalidade etc.⁴.

Há um conjunto de direitos consagrados na Constituição Federal do Brasil de 1988. Esta Carta foi o resultado de muitas disputas entre grupos, inclusive os movimentos sociais organizados, que enviaram suas sugestões para os deputados e deputadas constituintes e, também, mandaram propostas de emendas populares, com 12 milhões de assinaturas⁵. Tanto pelos direitos incluídos quanto pela participação popular, ela é chamada de Constituição Cidadã.

No Preâmbulo do texto constitucional está escrito que o Estado Democrático por ele instituído é

“destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”⁶.

E a *dignidade da pessoa humana* é um dos fundamentos deste Estado Democrático de Direito.

4 Instituto AMMA Psique e Negritude (Org.). Identificação e Abordagem do Racismo Institucional Brasília DFID, 2007.

5 <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/constituicao-1988.htm>.

6 Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Ver especialmente Preâmbulo e Artigos 1º, 5º e 6º. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 21 de março de 2021.

O artigo 6º define os Direitos Sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

A construção deste conjunto de direitos tem sua raiz na Declaração Universal dos Direitos Humanos, formulada após as duas grandes guerras mundiais que marcaram a primeira metade do século 20⁷. Desde então, os direitos fundamentais vêm sendo aperfeiçoados e apresentados em diferentes dimensões: Direitos Cíveis e Políticos, Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; todos considerados universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Atualmente se fala inclusive em direitos da natureza e do planeta. As novas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) assumiram princípios do Bem Viver dos povos originários e, de formas diferentes, contemplaram estes direitos⁸.

Para além dos dispositivos constitucionais, *vida digna* é também a possibilidade de desenvolver as potencialidades da pessoa humana. Alguns exemplos: estudantes que por falta de acesso à internet tenham sua aprendizagem prejudicada; pessoas negras discriminadas no acesso a postos de trabalho; mulheres assassinadas por terem decidido romper um relacionamento amoroso; indígenas impedidos de integrar seus costumes tradicionais com as tecnologias disponíveis; moradores de favelas e de periferias com dificuldade de ir e vir, em virtude de violência. Todos estes exemplos expressam a limitação das potencialidades de ter vida digna. Uma vida em que sejam integradas todas as dimensões da existência: consigo mesmo/a, com os outros/as, com o meio ambiente, com a transcendência.

A violação destes direitos tem feito com que muitas pessoas, e alguns segmentos em particular (os mais pobres: as mulheres, as pessoas negras, os

7 Ver http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

8 Ver Constituição da República do Equador, 2008, título II – Direitos, capítulo sétimo – Direitos da natureza, artigos 71ss, em https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf e Constituição Política do Estado – Bolívia, 2009, Preâmbulo https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf.

povos indígenas, idosos, jovens, minorias, migrantes, moradores de determinadas regiões etc.) não tenham vida digna.

PARA REFLETIR:

- *Quais direitos têm sido violados na região em que está sua comunidade?*
- *O que falta para que as pessoas de sua região tenham vida digna?*

1.1. Situação da vida no Brasil atual

Neste capítulo, são apresentados alguns indicadores sociais que estão disponíveis para a população brasileira, a partir de 2018, quando aconteceu o 14º Intereclesial. Estes dados revelam como está a vida de nosso povo na atualidade. Algumas informações retrocedem alguns anos, para compreensão das permanências e transformações que vêm ocorrendo na dinâmica social do país⁹.

1.1.1. Distribuição de renda e desigualdade social

O Brasil é um dos dez países mais desiguais do mundo quando se trata de distribuição de renda e de riqueza entre seus habitantes. Segundo o Banco Mundial, o país ocupa a posição 156 entre 164 países. Muitas vezes confundimos o significado de renda e de riqueza. Renda é a remuneração que as pessoas recebem, por dia, por mês, por ano, por serviço prestado: salários, pagamento por serviços, etc. Riqueza se refere aos bens que as pessoas têm: imóveis, terra, veículos, investimentos financeiros etc.

⁹ A maior parte das informações deste capítulo foi retirada da Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira; 2020. IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Outras fontes acionadas serão indicadas.

A análise da distribuição de rendimentos de uma população é o ponto de partida para os estudos de desigualdades econômicas e pobreza monetária. No ano de 2019, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua – feita todos os anos pelo IBGE - revelou que, quando consideramos a parcela de 10% de pessoas com menores rendimentos, elas receberam apenas 0,8% do total dos rendimentos auferidos pelo conjunto da população. E, no outro extremo, os 10% de pessoas com maiores rendimentos concentraram 42,9% de todo o rendimento recebido durante o ano no país.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPTA. 10% COM MAIORES E 10% COM MENORES RENDIMENTOS - BRASIL, 2019.

Classes de percentual de pessoas	Percentual da renda
10% de pessoas com maiores rendimentos	42,9%
10% de pessoas com menores rendimentos	0,8%

FONTE: IBGE, PNAD Contínua, 2019

Esta concentração fica ainda mais evidente quando são examinados os rendimentos do 1% da população mais rica, que recebeu 28,3% do total dos rendimentos auferidos durante o ano no Brasil, enquanto os 40% da população mais pobre ficou apenas com 10,4% deste total. Entre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é o que mais concentrava renda no 1% mais rico da população¹⁰.

¹⁰ OXFAM, “País estagnado – Um retrato das desigualdades brasileiras”, 2018, 66 págs. (<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>).

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPTA. 1% COM MAIORES E 40% COM MENORES RENDIMENTOS - BRASIL, 2019.

Classes de percentual de pessoas	Percentual da renda
1% de pessoas com maiores rendimentos	28,3%
40% de pessoas com menores rendimentos	10,4%

FONTE: IBGE, PNAD Contínua, 2019

A comparação com as análises realizadas nos anos anteriores revela uma piora na desigualdade monetária entre 2012 e 2019¹¹.

O rendimento médio domiciliar *per capita* em 2019 foi de R\$ 1.406,00. Tomando o salário mínimo como referência pode-se verificar os índices de pobreza e de pobreza extrema da população. Em 2019, 11,8% da população brasileira viviam com até o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo mensal *per capita* (por pessoa), cerca de R\$ 250,00, o que é considerado pobreza extrema. E eram considerados pobres os 29,2% que viviam com até $\frac{1}{2}$ do salário mínimo *per capita* (R\$ 499,00). Na outra ponta, a parcela de 4,1% da população tinha rendimento *per capita* superior a 5 salários mínimos (R\$ 4.990,00).

TABELA 3 – RENDIMENTOS COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA – BRASIL, 2019.

Rendimentos em salários mínimos	Percentual da população	Nº de pessoas
Até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo <i>per capita</i> – pobreza extrema	11,8%	24,7 milhões
Até $\frac{1}{2}$ do salário mínimo <i>per capita</i> – pobreza	29,2%	61,0 milhões
Mais de 5 salários mínimos <i>per capita</i>	4,1%	8,6 milhões

Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2019

¹¹ Em 2012 o IBGE alterou a metodologia da PNAD, que passou a ser feita a cada trimestre, recebendo o nome de PNAD Contínua. Por esta razão, quando existem comparações de indicadores, eles remontam apenas até o ano de 2012.

A extrema pobreza veio diminuindo por dez anos até 2014, em seguida passou a crescer novamente¹². Um importante indicador de pobreza extrema é o aumento da população em situação de rua. Segundo o Cadastro Único da Assistência, em janeiro de 2014 havia 21 mil pessoas cadastradas como em situação de rua. Até outubro de 2019 este número saltou para 134 mil.¹³

A concentração de renda é enorme, mas a concentração de riqueza é maior ainda.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA – BRASIL, 2018¹⁴

Classes de percentual de pessoas	Percentual da riqueza
1% mais rico	48%
10% mais ricos	74%
50% mais pobres	3%

FONTE: OXFAM, 2018

O recorte étnico-racial e a diferenciação por sexo são fundamentais para a percepção mais apurada das desigualdades de rendimentos do país. O rendimento da população preta ou parda permaneceu cerca da metade do observado para a população branca. E entre aqueles com os maiores rendimentos, pessoas pretas e pardas constituíam a minoria. Ao contrário, entre aqueles com maior rendimento, a imensa maioria é de pessoas brancas. A próxima tabela resume esta situação.

12. Oxfam, 2018.

13 Cf. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/30/moradores-de-rua-numero-aumento.htm> - 30/12/2019.

14 Oxfam, 2018.

TABELA 5 – RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, POR COR, 2019.

Cor	População	Rendimento
Branca	42,7%	R\$ 1.948,00
Preta ou parda	56,3% (mais da metade da população)	R\$ 981,00 (metade do rendimento da população branca)

FONTE: IBGE, PNAD Contínua, 2019

Nos 10% com maiores rendimentos há 70,6% de brancos/as.

Nos 10% com menores rendimentos há 77% de pretos/as ou pardos/as.

A desigualdade entre os rendimentos de homens e mulheres também era significativa. Elas receberam em média 78% dos rendimentos obtidos pelos homens: enquanto o rendimento médio dos homens era R\$ 2.518,00, o das mulheres era R\$ 1.974,00.

TABELA 6 – RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, POR SEXO, 2019.

Sexo	Rendimento em 2019
Homens	R\$ 2.518,00
Mulheres	R\$ 1.974,00

FONTE: IBGE, PNAD Contínua, 2019

Em 2019 as mulheres negras eram as mais empobrecidas: no conjunto da população elas representavam 28,7% da população. No entanto, elas eram 39,8% das pessoas em situação de pobreza extrema e 38,1% das pessoas abaixo da linha de pobreza.

1.1.2. Mundo do trabalho

A taxa de desemprego no Brasil deu um salto na segunda metade da década de 2011 a 2020. Em 2015 era 7,8% e passou a 13,7% em 2017. Em julho daquele ano foi regulamentada a Reforma Trabalhista, que produziu mudanças na legislação, com a flexibilização das relações de trabalho. Houve também crescimento de ocupações por conta própria, em especial as criadas pela associação de novas tecnologias com prestação de serviços por aplicativos, no ramo de transporte terrestre e de entregas¹⁵.



TABELA 7 - TAXA ANUAL MÉDIA DE DESOCUPAÇÃO = DESEMPREGO NO BRASIL.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Percentual	7,4	7,1	6,8	8,5	11,5	12,7	12,3	11,9	13,5

FONTE: IBGE, PNAD Contínua - 2012 - 2020

Para além de histórica concentração de renda e riqueza que marca a sociedade brasileira, estes dados foram agravados com as transformações ocorridas ao longo de 2020 no mercado de trabalho.

A taxa de desemprego no Brasil no quarto trimestre de 2020 foi de 13,9%. Esta taxa corresponde a cerca de 13,9 milhões de pessoas na fila por um trabalho no país.¹⁶ Pela primeira vez desde 2012, quando a PNAD Contínua começou a ser feita, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país no quarto trimestre de 2020 – 48,9%. No mesmo

15 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros em um contexto de crise e maior flexibilização. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35949&Itemid=432#:~:text=O%20diagn%C3%B3stico%20da%20inser%C3%A7%C3%A3o%20dos,determinantes%20entre%202015%20e%202017.

16 Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30227&t=resultados>.

período do ano anterior o nível de ocupação era de 55,1%. Comparando os anos de 2019 e 2020, houve uma redução de 8,4 milhões de pessoas ocupadas.

A dificuldade de encontrar trabalho foi tão grande em 2020 que muitos desistiram desta busca. Este é o grupo que os especialistas denominam de “desalentados”, totalizando 5,5 milhões de pessoas. Uma alta de 16,1% em relação ao ano anterior¹⁷.

Em 2020, a projeção da população jovem de 15 a 29 anos feita pelo IBGE era de 50 milhões pessoas, o que representa 23,6% do total de brasileiros. Os jovens seguem constituindo o grupo mais atingido pela desocupação, fenômeno estrutural, que se mantém mesmo em cenários econômicos mais favoráveis. A falta de oportunidades de emprego para a juventude é um desafio que se coloca em nível internacional.

Entre 2012 e início de 2015 a taxa de desemprego juvenil oscilou em torno de 15%. A partir de então a taxa começou a crescer rapidamente e chegou a 25% dois anos depois. Até o início de 2019 ficou em torno deste patamar¹⁸. Entre os jovens são acrescidas questões em torno à continuidade, qualidade e intensidade do trabalho, alta rotatividade, baixa remuneração, além do trabalho informal e descontínuo, os chamados ‘bicos’. Outro elemento que faz parte do universo laboral juvenil é a possibilidade ou não de compatibilizar trabalho e estudo, o que leva a entradas e saídas da escola e do mundo do trabalho. Em 2019, 22,1% dos jovens não trabalhavam, não estudavam, nem estavam em qualquer atividade de qualificação profissional¹⁹. Entre as mulheres jovens este percentual alcançava 27,5%, e entre jovens negros era de 25,3%²⁰.

Também no contingente total de desempregados as mulheres estavam em desvantagem. Entre 2019 e 2020 a taxa de desocupação para todas as mulheres passou de 13,9% para 16,8%. Mais uma vez os dados revelam a desi-

17 IBGE. Pnad Contínua, 2020. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/>. Publicada em 21 de março de 2021.

18 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros em um contexto de crise e maior flexibilização.

19 IPEA, idem.

20 IBGE, PNAD Contínua, 2019.

gualdade étnico-racial, entre as mulheres negras a taxa foi de 16,6% e, entre as mulheres não negras, de 10,6%. Em 2019 havia 41,2 milhões de mulheres ocupadas no Brasil, contingente que foi reduzido para 35,5 milhões em 2020²¹.

TABELA 10 – NÍVEL DE DESOCUPAÇÃO DAS MULHERES, POR COR, BRASIL 2019-2010²².

Ano	Total de mulheres	Mulheres negras	Mulheres não negras
2019	13,9%	16,6%	10,6%
2020	16,8%	19,8%	13,5%

FONTE: IBGE, PNAD Contínua, 3º trimestre 2019, 2020

Outra desigualdade estrutural do mercado de trabalho brasileiro aparece quando são desmembrados os dados referentes às pessoas negras. Ao longo de toda a série desde 2012 os resultados percentuais são semelhantes, com a taxa de desocupação da população negra maior do que a da população não negra. A diferença entre os dois grupos, em 2019 foi de 4,4%.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado era de 30,6 milhões de pessoas em 2020. Diminuiu 7,8% em relação ao ano anterior, o que equivale a 2,6 milhões de pessoas a menos com garantias trabalhistas.

O percentual de trabalhadores na informalidade (sem carteira assinada) recuou de 41,1% em dezembro de 2019 para 39,5% no mesmo mês de 2020. O que é equivalente a 39,9 milhões pessoas. O que significa que o trabalho informal também encolheu no Brasil. O recorte por sexo mostrou taxas mais elevadas de informalidade entre as mulheres – em 2019 eram 13,5 milhões empregadas sem carteira de trabalho assinada, e em 2020 este número caiu para

21 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) – IBGE. Elaboração: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em 19 de março de 2021.

22 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) – IBGE. Elaboração: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em 19 de março de 2021.

10,8 milhões. Mesmo no emprego doméstico, atividade preponderantemente reservada às mulheres e, em sua maioria, informal, houve redução de postos do trabalho; eram 5,8 milhões empregadas neste setor em 2019, número que recuou para 4,2 milhões em 2020²³.

As desigualdades de gênero e étnico-racial também são evidenciadas no mercado de trabalho, quando se consideram os rendimentos. Os homens ganhavam, em média, 29,6% mais que as mulheres em 2019. E a população ocupada autodeclarada branca recebia 73,4% mais que a população negra. Estes resultados indicam uma desigualdade estrutural, dado que estas diferenças, com pequenas oscilações, permanecem ao longo de toda a série da PNAD Contínua, desde 2012²⁴.

A população negra tinha maior presença no trabalho informal. A taxa para o conjunto da população era de 41,1% dos que estavam trabalhando em 2019. Entre negros, no entanto, este percentual se elevava a 47,4%, e entre não negros era de 34,5%.

1.1.3. Condições de habitação

A marcada concentração de renda observada no Brasil reflete-se nas condições de moradia da população do país. Foram constatadas significativas desigualdades de gênero, regionais e raciais.

No que diz respeito aos serviços de saneamento (coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário²⁵), em 2019, 56,2% da população abaixo da linha da pobreza (29,5 milhões de pessoas) não tinham acesso a esgotamento sanitário; 25,8% (13,5 milhões) não eram atendidos com abaste-

23 IBGE, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa>, publicada em 10 de março de 2021.

24 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira; 2020.

25 Esgotamento sanitário é o conjunto de instalações e obras e serviços para que a coleta, o transporte, o tratamento do esgoto, possam ser tratados de forma adequada em benefício da comunidade.

cimento de água por rede; e 21,1% (11,1 milhões) não tinham coleta de lixo em seus domicílios.

Naquele ano, 21,6% da população brasileira, o equivalente a 45,2 milhões de pessoas, residia em domicílios que enfrentavam algum tipo de restrição ao direito à moradia adequada. Entre estas pessoas, 31,3 milhões eram negras e 13,5 milhões eram não negras. Os arranjos familiares formados por mulheres sem cônjuge e com filho de até 14 anos registraram proporções maiores nestas inadequações, um resultado que se relaciona com a maior incidência de pobreza monetária nesse grupo.

A combinação entre ausência dos serviços públicos de saneamento e situação de pobreza monetária pode significar uma vulnerabilidade maior, na medida em que a adoção de soluções individuais, como poços artesianos, aquisição de água mineral e fossas sépticas, em geral envolvem dispêndio financeiro.

1.1.4. Violência

O Brasil é um país muito violento. O monitoramento realizado periodicamente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir dos dados dos governos estaduais, mostra que o país mantém uma média de mais de 50 mil mortes por ano, mais de 70% delas com uso de arma de fogo, o que aponta a necessidade de cumprir o Estatuto do Desarmamento. No ano de 2018, por exemplo, o país registrou 57.956 mortes violentas sendo que as vítimas eram majoritariamente jovens (53,5%), negras (75,7%) e do sexo masculino (96,7%).

Mesmo tendo havido em 2018 uma redução no número de mortes violentas (10% a menos) o patamar segue com a taxa de 27,5 mortes por cada 100 mil habitantes, o que é 2,7 vezes mais do que a taxa limite apontada pela Organização Mundial de Saúde.²⁶

²⁶ Atlas da Violência 2020. IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

Preocupam também neste cenário os problemas relativos às polícias que, muitas vezes, mantém conexões com milícias, facções e com o crime organizado. E também não têm clareza sobre seu papel em termos de prevenção à violência. E preservam padrões de atuação abusivos, com baixo controle social e permanente hostilidade em relação às comunidades pobres, em especial àquelas residentes nas favelas e periferias das grandes e médias cidades.

Em 2018, o número de mortes decorrentes de intervenção policial cresceu em 19,6% em relação ao ano anterior. Foram 6.220 pessoas mortas pela polícia no país, ou seja, 17 pessoas mortas por dia por causa da atuação de forças do Estado, a maioria delas sem investigação e sem esclarecimento acerca das suas efetivas circunstâncias. Uma série de iniciativas do governo federal tem procurado aprovar leis que aumentam os obstáculos para investigar policiais eventualmente envolvidos em ações de extermínio. Na prática, buscam aprovar medidas que favoreçam a continuação de um cenário de impunidade.

Entre 2019 e 2020, mesmo havendo pequenas reduções dos casos de mortes por causas externas, há aumento do número de casos de violência policial e de chacinas.²⁷

Em maio de 2020 o número de assassinatos no Brasil ficou estável. Foram registrados 3.529 homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte em maio de 2020, contra 3.540 em maio de 2019.



²⁷ GRILLO, Marco; FERREIRA, Paula. Mortes pela polícia crescem 26% no país durante a pandemia de COVID-19. O Globo, 28 de junho de 2020.

Os dados são especialmente preocupantes porque evidenciam casos de violência direcionada, execuções, práticas de extermínio, que denotam disputas por controle territorial do comércio de drogas, ações de grupos de extermínio e casos de violência policial.²⁸

Em 2018, 4,519 mulheres foram assassinadas no Brasil. O total representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. E revela que, a cada duas horas, uma mulher foi assassinada no país, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)²⁹.

A violência contra pessoas LGBTQIA+³⁰ também tem aumentado. As notificações cresceram 19,8 por cento entre 2017/2018. Foram registrados 1.819 casos de violência psicológica, um crescimento de 7,4% em relação a 2017. As notificações de violência física foram 5.065, um aumento de 10,9%. A única forma de violência que teve redução de casos foi a tortura, 231 registros, 7,6% menor. Outros tipos de violência tiveram um crescimento de 76,8%, com 2.108 notificações. Mesmo considerando que muitos casos de violência contra este segmento da população não chegam a ser registrados, os dados apontam uma importante alteração na luta contra a impunidade, relacionada a uma maior visibilidade da diversidade de gênero e de orientação sexual pre-

28 FREITAS, Felipe da Silva (org.). Serviços Públicos e Direitos Humanos no contexto da pandemia no Brasil. São Paulo: Observatório Direitos Humanos e COVID-19, 2020.

29 Reportagem da Rede Brasil Atual sobre o Atlas da Violência, publicada em 28/08/2020.

30 A sigla é a forma pela qual os movimentos sociais do campo do gênero e da sexualidade tratam as diferentes expressões de identidade de gênero e de orientação sexual. Na sigla “L” significa lésbicas, “G” gays e “B” refere-se às pessoas bissexuais. “T” refere-se às pessoas transgêneros, transexuais e travestis, ou seja, pessoas que se identificam com o gênero diferente daquele com o qual fora identificada no seu nascimento (o chamado sexo biológico). “Q” vem de queer, que é uma expressão em inglês que diz respeito às pessoas que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o gênero feminino, são as pessoas não binárias. Já o “I”, referido à palavra intersexual, designa pessoas cujo desenvolvimento sexual corporal não é binário e o “A” remete às pessoas assexuadas para referir-se àqueles/as que não sentem atração sexual por outras pessoas. Por fim, o sinal de “+” foi incluído na sigla para assinalar que existem infinitas possibilidades de orientação sexual e de identidades de gênero e que, portanto, a sigla não se encerra nas conceituações aqui expostas. Baseado em: ROBERTO, Thiago. Glossário LGBTQIA+: entenda cada letra da sigla e termos comuns. *Catraca Livre*, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/glossario-lgbtqia-entenda-cada-letra-da-sigla-e-termos-comuns/>.

sententes na sociedade, e de maior efetividade nas ações voltadas para acesso a direitos deste segmento.

Não menos grave é a violência institucional e sociocultural contra os povos indígenas. Segundo as informações do relatório “*Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - dados de 2019*”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI: “*O aumento vertiginoso de invasões, grilagens, incêndios criminosos, loteamentos ilegais, ameaças, conflitos, descasos no atendimento à saúde e à educação, criminalização, dentre outras violações aos seus direitos, evidencia que os indígenas enfrentam um dos momentos históricos mais desafiadores desde a invasão dos colonizadores*”³¹. É crescente a repressão e criminalização do Estado contra lideranças, enquanto ruralistas empreendem cada vez mais ações de incitação ao preconceito, ao ódio e à violência física contra os povos indígenas e seus territórios.

No meio rural a violência também aumentou. No seu *Caderno de Conflitos 2019, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)* apontou um crescimento de 14% do número de assassinatos no campo, passando de 28 para 32 mortes; 7% de crescimento dos casos de tentativa de assassinato e 22% nas ameaças de morte, que passaram de 165 para 201 casos.

O conjunto destes indicadores delinea uma situação de profundas desigualdades historicamente constituídas no Brasil, que impedem que a maioria da população tenha vida digna. Indica também que os fenômenos de exclusão, da violência e da desigualdade são mais graves em determinados segmentos da população – mulheres, negros, pobres, jovens, povos indígenas.

PARA REFLETIR:

- ***Observando a realidade de sua comunidade, a situação social é semelhante ao que acontece no Brasil como um todo? Em que aspectos está melhor ou pior?***

³¹ CIMI, 2020, p. 6.

- *Quais são as discriminações e violências mais presentes na região onde está situada sua comunidade?*
- *Quais são os impedimentos para que as pessoas que vivem na sua região tenham possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas?*

1.2. O que impede que todos e todas tenham vida digna?

Neste momento histórico de profundas mudanças, a palavra “**crise**” ganha centralidade. O que está em acentuada crise é o nosso modo de viver em sociedade, que atinge as diferentes formas de nos relacionarmos neste mundo. Por isso, falamos de uma **crise civilizacional**, ou seja, “*tudo o ambiente cultural, social, político, econômico, religioso em que vivemos está em processo de transformação, está se desfazendo das estruturas em que aprendemos a conhecer e viver*”³². Este conjunto de crises impacta diretamente as condições de vida da população brasileira.

1.2.1. Crise econômica

Desde os anos 80 do século XX, passou a ser dominante no mundo um conjunto de ideias e de práticas na economia denominado *Neoliberalismo*. Entre estas concepções estão: não intervenção do Estado na economia, que deveria ficar a cargo apenas dos agentes econômicos privados; redução do tamanho do Estado, com a conseqüente privatização de empresas estatais; mudanças nas formas de organização do trabalho, com o uso de tecnologias que poupam mão-de-obra e aumentam a produtividade, aliado a formas de gestão das empresas que reduzem a necessidade de trabalhadores. E, por fim, o privilégio do capital financeiro (sistema bancário, aplicações financeiras...)

32 CNLB. Olhar sobre o momento histórico. Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade: um novo olhar, um novo agir. Revista Um Olhar. Ano VIII. No 12. fev. 2019, p. 6.

em detrimento do capital produtivo (sobretudo na indústria). Deste modo, com o aumento das taxas de juros, ficou mais lucrativo para os que têm grande volume de recursos disponíveis, aplicá-los na ciranda financeira, do que na produção agrícola e industrial.

Com isso, ficou conhecida a expressão “*Estado Mínimo*”, que além da redução do investimento do Estado na economia, também preconiza a redução da máquina pública, ou seja, do funcionalismo público, que entre outros reúne profissionais dos sistemas públicos de saúde, educação e assistência social.

O neoliberalismo começou a ser adotado no Brasil no início dos anos 90, no governo Collor e seus princípios estão presentes em todos os governos federais desde então, alguns com maior ou menor investimento em políticas sociais. No governo de Fernando Henrique Cardoso houve muitas privatizações de empresas públicas lucrativas, no campo da siderurgia e da mineração, a mais expressiva delas, a Vale do Rio Doce, que passou a se chamar Vale.

As consequências têm sido a piora da situação social: desemprego, empobrecimento, redução das políticas públicas (sobretudo as políticas sociais – saúde, educação, saneamento básico, habitação etc.). E, com isso, o aumento da pobreza, da desigualdade social, da insegurança, da vulnerabilidade. O que está associado ao aumento da violência e também do encarceramento.

Em contrapartida, os setores mais lucrativos da economia brasileira, nos últimos tempos, têm sido o bancário e aqueles voltados para exportação em larga escala de produtos primários, como a mineração e o agronegócio, que abarca as monoculturas agrícolas de soja, cana-de-açúcar, eucalipto, e a pecuária (carne bovina, aves).

A partir de 2016 o governo Temer implementou um conjunto de políticas econômicas que tem sido chamado de *ultraliberalismo*, pois leva ao extremo as políticas neoliberais: reforma da legislação trabalhista, retirando direitos conquistados há mais de meio século; um programa mais agressivo de privatizações. Enviou ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição,

Ver - A realidade que nos interpela

que foi aprovada e promulgada ainda em 2016 (Emenda Constitucional n. 95, também chamada de *Lei do Teto de Gastos*), que congela os gastos públicos com saúde e educação e outras políticas sociais pelos próximos 20 anos. Na prática, este congelamento significa redução gradativa, pois a população do país continua crescendo e os gastos sociais não. No entanto, deixa livres de limitação os gastos com o sistema financeiro (especialmente os juros da dívida pública).

Os especialistas afirmam que as mudanças realizadas representam um processo de destruição da legislação trabalhista, assim como da saúde pública, da universidade pública, da educação pública. Nos últimos anos, cresceu o contingente de trabalhadores precarizados (sem direitos trabalhistas) com o surgimento de uma nova categoria profissional: os motoristas e entregadores por aplicativos, que utilizam carro, motocicleta, bicicleta, ou se deslocam a pé.

O governo eleito em 2018 radicalizou as políticas ultraliberais e de destruição das políticas públicas. Aprovou uma reforma da previdência social que aumenta o tempo de trabalho, além de reduzir o valor das aposentadorias. Está encaminhando a privatização da Eletrobrás, dos Correios, e dá sinais de querer privatizar a Petrobrás e o Banco do Brasil. Trata-se de políticas que têm desfigurado a Constituição de 1988, retirado proteção aos direitos humanos, aos direitos de trabalhadores, aos direitos de mulheres, negros, povos indígenas, minorias³³.

O orçamento federal é um bom indicador das prioridades dos governantes. Como se pode observar no próximo gráfico, em que está a distribuição do orçamento executado em 2020, ou seja, onde foram efetivamente utilizados os recursos públicos em 2020, a parte destinada à saúde foi de 4,26%, para a educação foi 2,49%, enquanto que 39,08% foram para despesas com juros e amortização da dívida pública.

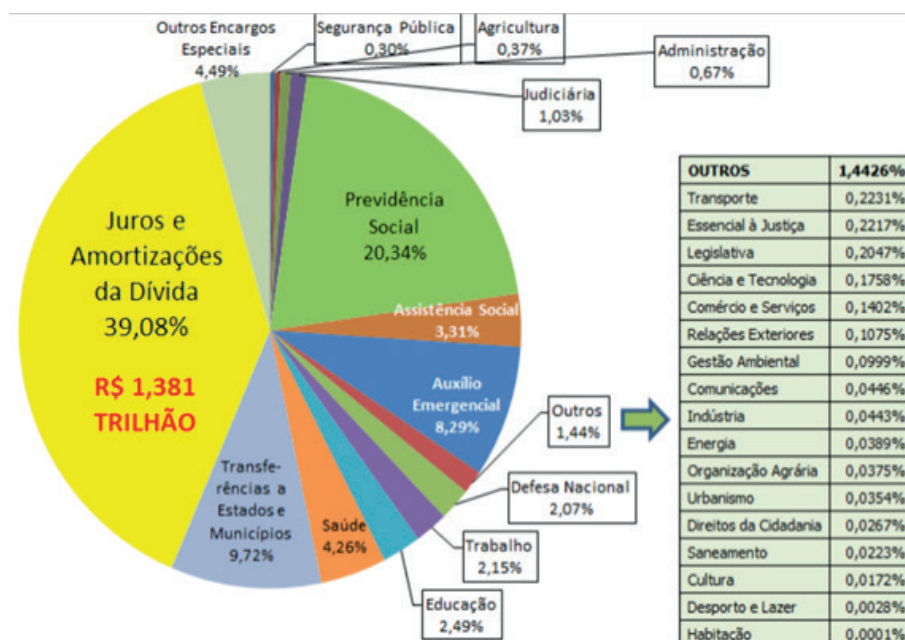
³³ LESBAUPIN, Ivo. Análise do contexto brasileiro. Março de 2020. A síntese que se segue é retirada deste artigo.

Amortização da dívida é o pagamento de uma parte da dívida. Juros são o que o governo paga àqueles que investiram na compra de títulos da dívida pública. Estes investidores são a camada mais rica da população que, ao receber os juros, enriquece ainda mais. Quando se aumenta a taxa de juros (a chamada taxa *Selic*), o ganho dos investidores aumenta.

É por isso que se diz que o sistema da dívida é uma forma de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, pois a dívida é paga com dinheiro público, isto é, por toda a população, mas os juros da dívida são recebidos principalmente pela camada mais rica.

GRÁFICO I - ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO (PAGO) EM 2020

Total R\$ 3,535 TRILHÕES³⁴



³⁴ Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, <https://auditoriacidada.org.br/> (consulta em março/2021).

1.2.2. Crise política

A adoção das políticas neoliberais desde os anos 1980 no mundo e desde 1990 no Brasil aumentou a pobreza, a miséria, piorou os serviços públicos. Em nível mundial, mesmo quando a maioria da população escolhia, pelo voto, partidos mais sintonizados com os seus interesses, não havia mudanças estruturais. Os partidos, quando no poder, não tinham mais diferenças importantes em relação aos partidos tradicionais. Como consequência, com ajuda da imprensa neoliberal, boa parte da população se decepcionou com a democracia e isto alimentou o ressentimento, a “raiva” contra a política e levou à eleição de líderes “salvacionistas” que se diziam “contra a política”, e adotavam políticas ainda mais neoliberais e com forte dose de autoritarismo.

Sintoma da crise política é que eleições democráticas elegeram líderes que avançaram no processo de regressão democrática. São governos que têm um discurso de defesa do povo, mas, na realidade, agem contra os interesses da maioria, adotando políticas que retiram direitos de muitos e privilegiam as minorias mais ricas.

No Brasil, a aliança de partidos progressistas que governou de 2003 a 2016, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores, promoveu políticas sociais significativas, como o aumento real do salário mínimo; o acesso de pessoas de baixa renda ao crédito, o que favoreceu a indústria nacional; os programas Bolsa Família, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Pró-Jovem; os Pontos de Cultura; o apoio à agricultura familiar. No entanto, manteve o núcleo principal da política econômica neoliberal: o favorecimento aos bancos, ao capital financeiro e governou em aliança com os setores tradicionais da política nacional.

Desde março de 2014, a Operação Lava Jato lançou na lama o Partido dos Trabalhadores, construindo a narrativa da “maior história de corrupção do país”. A operação, supostamente criada para investigar desvios de recurso da Petrobrás e de outras empresas estatais e com importantes descobertas sobre o funcionamento de esquemas nacionais de corrupção, rapidamente

transformou-se numa grande estrutura político-jurídica com forte inserção na mídia e sérios ataques às regras da Constituição. E, desde o início, vários juristas, movimentos sociais e organizações pela democratização do sistema de justiça denunciaram os abusos praticados na operação.

Em pouco tempo, a Lava Jato deixou de ser uma iniciativa de investigação e transformou-se num mecanismo de desestabilização política de seus opositores de modo que não acabou com a corrupção e deixou intocados os maiores partidos de direita assim como suas lideranças – desde Temer a Aécio Neves, Romero Jucá, Eliseu Padilha, Moreira Franco. Mesmo assim, a presidente Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, mas a legitimidade das eleições foi questionada pelo adversário derrotado. Já no começo do segundo mandato da presidente, o clima político era de fragmentação e tentativa de golpe.

A campanha “A Lei é para todos” – liderada pelos procuradores da Lava Jato e seus apoiadores – se revelou “A Lei é para o PT”, numa atualização do dito “para os amigos tudo, para os inimigos a Lei”. A grande mídia teve um papel fundamental ao divulgar vazamentos oferecidos pela Lava Jato, de modo a jogar a opinião pública contra o PT.³⁵ A própria mídia se encarregou de incentivar e mobilizar as massas para pedir o *impeachment* da presidente Dilma, consumado em 2016. Foi, na verdade, um golpe, pois não ficou comprovado nenhum crime de responsabilidade. Significou uma ruptura no processo democrático: sob a aparência de um processo “legal”, ocorreu o afastamento da presidente, aprovado pela maioria do Congresso, para instalar um governo com o objetivo de aprofundar as políticas neoliberais. A omissão e, eventualmente, a ação de órgãos superiores da Justiça, como o STF, foram fundamentais para dar uma aparência de legalidade a um golpe parlamentar-judiciário-midiático.

O vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência e, em pouco tempo, seu governo aprovou leis que retiravam direitos: Lei do Teto dos Gas-

³⁵ Lesbaupin, Ivo. O que explica a impensável vitória de Bolsonaro? Nov. de 2018 (texto). Sobre a Lava Jato como operação política, ver <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590337-sobre-a-lava-jato-como-operacao-politica>.

tos, Reforma Trabalhista, e fez campanha pela Reforma da Previdência. As condições sociais pioraram ainda mais: desemprego, informalidade, queda da renda salarial, aumento da população em situação de rua, repressão aos protestos.

Se o *impeachment* de 2016 foi um golpe, as eleições de 2018 foram um golpe dentro do golpe. A vitória de Jair Bolsonaro se explica, em primeiro lugar, pelo afastamento de Lula, candidato que estava à frente nas pesquisas de opinião. O trabalho prévio feito pela mídia para desconstruir o PT foi fundamental: o antipetismo começa aí, assim como a difusão de notícias falsas³⁶. Além disso, houve a intervenção das Forças Armadas (através da ameaça do Comandante do Exército, general Villas Boas, que garantiu que o STF não concedesse *habeas corpus* a Lula): com isso, manteve a prisão de Lula e impediu-o de concorrer às eleições.

A eleição de Bolsonaro também foi enormemente potencializada pelo uso das redes sociais (Facebook, mas sobretudo o WhatsApp) para difundir *fake news*, - notícias falsas e/ou manipulação da informação. Nas eleições de 2018, foi usada a metodologia já vitoriosa na votação do Brexit (Inglaterra) e na eleição de Donald Trump (EUA)³⁷. Esta estratégia aprofundou a polarização social, e extrapolou o período eleitoral, perdurando ao longo do governo Bolsonaro. Observe-se que o Tribunal Superior Eleitoral nada fez para limitar ou controlar o uso de notícias falsas nesta eleição. Até hoje, não investigou o que ocorreu nas eleições de 2018.

Vencidas as eleições, antes mesmo de Jair Bolsonaro tomar posse como presidente, apareceram graves denúncias que ligavam sua família em casos de

³⁶ Por exemplo; “a maior história de corrupção no Brasil”, “o chefe da quadrilha”, “o desmonte da Petrobras”, “o desastre que o PT nos deixou” etc.

³⁷ Este é um dos aspectos da chamada ‘guerra híbrida’, em que se dá a disputa pelas consciências e pelo controle das pessoas. Ver Oliveira, Pedro. Análise de conjuntura em tempos de guerra. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588773-analise-de-conjuntura-em-tempos-de-guerra-artigo-de-pedro-a-ribeiro-de-oliveira>. Sobre a metodologia de Steve Bannon, da Cambridge Analytica. Ver estes 2 vídeos, muito esclarecedores: https://www.youtube.com/watch?v=g6L_jjeIkj8 (8,5 minutos) sobre Steve Bannon e Bolsonaro; e <https://vimeo.com/295576715> (“Driblando a democracia” - 57 min).

corrupção e envolvimento com grupos criminosos, depois de uma campanha que teve como bandeiras importantes o combate à corrupção e à violência.

O governo de Bolsonaro tem promovido um desmonte das políticas públicas conquistadas ao longo de décadas, por meio de Emendas à Constituição de 1988, aprovadas pela maioria do Legislativo – Senado e Câmara dos Deputados, e por meio de Decretos:

1. **DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** - corte progressivo dos recursos para a saúde e outras políticas públicas.
2. **DESMONTE DOS DIREITOS TRABALHISTAS** – retirada de direitos conquistados há décadas, e estabelecimento de novos direitos para empregadores.
3. **DESMONTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO** – redução dos recursos para a Universidade Pública, ataques sistemáticos à educação pública, aos professores, aos estudantes, suspensão de bolsas de estudo de mestrado, de doutorado, corte de recursos para pesquisa.
4. **DESMONTE DA POLÍTICA CULTURAL** – ataques sistemáticos a artistas, cantores, dramaturgos, cineastas, escritores, redução dos recursos para qualquer forma de arte, desprestígio das diferentes formas de cultura.
5. **DESMONTE DA PREVIDÊNCIA** – retirada de direitos conquistados após décadas de luta dificulta a aposentadoria dos mais pobres, e garante privilégios aos mais ricos.
6. **DESMONTE DA POLÍTICA EXTERNA (SOBERANIA)** – a política desenvolvida durante anos pela diplomacia brasileira está sendo desmontada, ao mesmo tempo em que cresce a subserviência aos Estados Unidos, e a solidariedade com regimes pouco ou nada democráticos (Hungria, Turquia, Filipinas...).
7. **DESMONTE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS** – está havendo redução da proteção ao meio ambiente, redução das áreas de proteção, liberação de queimadas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, proibição de fiscalização e de aplicação de multas

Ver - A realidade que nos interpela

para os crimes ambientais, perseguição de servidores públicos, apoio ao agronegócio, aos desmatadores, aos perseguidores de indígenas e ambientalistas.

8. ATAQUE AOS POVOS INDÍGENAS – eles têm sido alvo preferencial do governo, têm suas terras invadidas; sofrem atentados, agressões e assassinatos³⁸. O governo federal tem responsabilidade direta por esta situação.

9. ATAQUE À LIBERDADE DE EXPRESSÃO - ataques e suspeição sobre os meios de comunicação formais, especialmente sobre o jornalismo investigativo, estimulando versões falsas (fake news), negando os fatos e afirmando inverdades como se fossem realidade.

10. DESMONTE DO ESTADO, PELA REDUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, PELA PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS/PÚBLICAS – privatização acelerada de várias empresas estatais, sob pretexto de arrecadar recursos.

II. ARMAMENTISMO E EXPLOÇÃO DA VIOLÊNCIA – medidas tomadas para tornar mais acessíveis a compra, a posse e o porte de armas, que interessa a grupos de milicianos e outras formas do crime organizado, e que tem provocado o aumento da violência contra mulheres (agressões e feminicídios), contra pessoas negras, jovens da periferia, pessoas LGBTQIA+ e defensores de direitos humanos.

Desde início de seu governo, Bolsonaro lança mão de difamação, desmoralização dos adversários, estimula *ataques digitais* àqueles de quem discorda, coloca seus adversários sob ameaça dos apoiadores do governo (através de “milícias digitais”). O governo instalado em 2019 elevou a política de milicianização do Estado ao nível federal, e adotou diversas medidas que favorecem a circulação de armas de fogo, de interesse destes grupos paramilitares e do crime organizado.

³⁸ Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de lideranças indígenas mortas em conflitos no campo em 2019 foi o maior em pelo menos 11 anos. Foram 9 mortes em 2019, contra 2 mortes em 2018.

Os ataques a lideranças políticas, a jornalistas e a veículos de imprensa também se acentuaram no país nos últimos anos. Foram realizados atentados contra defensores de Direitos Humanos e ativistas políticos. Além da vereadora Marielle Franco, executada em 14 de março de 2018 por milicianos do estado do Rio de Janeiro³⁹, outras lideranças políticas foram vítimas de diversas formas de violência.

As manifestações de descontentamento popular que emergiram durante o governo foram reprimidas com extrema violência, em um país estruturalmente injusto, onde o Estado é policialesco, militarizado, e atravessado por grupos milicianos, e onde as elites estão armadas⁴⁰.

Infelizmente este projeto político é tolerado por parcela significativa do empresariado que não tem seus interesses contrariados pelo governo. Diante de todo este quadro de crise política, percebe-se uma grande dificuldade de articulação de partidos políticos progressistas, de entidades da sociedade civil e de pessoas em defesa da democracia.

Com o passar do tempo, ficaram evidentes as correlações entre a crise econômica e a crise política nas quais o Brasil está mergulhado. *“A operação Lava-jato na verdade não passou de uma estratégia bem-sucedida dos Estados Unidos para minar a autonomia geopolítica brasileira e acabar com a ameaça representada pelo crescimento de empresas que colocariam em risco seus próprios interesses”*⁴¹.

39 Em 12 de março de 2019, às vésperas de completar um ano do assassinato de Marielle Franco, ocorreu a prisão do policial reformado Ronnie Lessa, acusado de ser o executor da vereadora, e de Elcio Queiroz, que dirigia o carro. Ambos são envolvidos com as milícias cariocas. Sobre o detalhamento completo do caso, ver: <https://casomarielleeanderson.org/linha-do-tempo> .

40 MALVEZZI, Roberto. Tendências da humanidade e da terra. <https://robertomalvezzi.com.br/2021/03/17/tendencias-da-humanidade-e-da-terra/>. Acesso em 17 de março de 2021.

41 Reportagem assinada por Nicolas Bourcier e Gaspard Estrada no Le Monde Diplomatique, divulgada pelo Jornal do Brasil em 10 de abril de 2021. <https://www.jb.com.br/internacional/2021/04/1029498-le-monde-mostra-como-os-eua-usaram-a-lava-jato-para-seus-proprios-fins.html> .

1.2.3. Crise ambiental

O Brasil enfrenta sérios problemas relativos ao meio ambiente que, tomados em seu conjunto, deixam transparecer a grave crise socioambiental em que o país está mergulhado. E isso está em absoluta contradição com o direito a um meio ambiente equilibrado. Este é um dos direitos de solidariedade, fruto da inter-relação entre pessoas ou grupos com necessidades comuns.

São problemas de quem vive no campo e na cidade, como insuficiência ou ausência de saneamento básico (que inclui abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, e destinação dos resíduos sólidos); poluição atmosférica; contaminação de mananciais, rios e mar; desaparecimento de nascentes e de matas ciliares; desmatamento; queimadas.

Um dos aspectos que precisa ser considerado é a produção e consumo de energia, especialmente a energia elétrica. No Brasil, a principal fonte deste tipo de energia são as usinas hidrelétricas. Há décadas vêm sendo construídas usinas de diferentes portes nos rios brasileiros. A partir dos anos 2000, grandes projetos foram implantados nos rios da Amazônia, como os rios Madeira e Xingu, apesar dos impactos socioambientais que provocam o represamento de rios e a consequente redução de sua vazão provoca a diminuição ou desaparecimento de espécies de peixes. Tudo isso afeta povos indígenas, populações ribeirinhas, pescadores e o transporte fluvial. Acima das represas, regiões inteiras ficam submersas, deslocando sua população e destruindo seu patrimônio coletivo. O que também tem impacto sobre as cidades, que recebem pessoas deslocadas por estes empreendimentos, e trabalhadores que chegam para trabalhar neles e, depois de terminada a obra, ficam ociosos. Quando a redução das chuvas diminui a produção de energia hidrelétrica, são acionadas as usinas termoelétricas cuja operação é bem mais cara e poluente. E isto em um país com forte potencial de geração de energia limpa, em especial a solar.

Mais um elemento a ser destacado na questão energética é a extração de petróleo. O Brasil possui extensas jazidas de petróleo, e domina as téc-

nicas para sua extração desenvolvidas pela Petrobrás ao longo de décadas. Uma descoberta relativamente recente foi a presença de grande quantidade de óleo bruto, em águas profundas na costa brasileira, na camada do chamado ‘pré-sal’. Além dos vazamentos de óleo durante a extração ou transporte, que afetam os manguezais, a fauna e a flora marítima e o turismo, os lotes para a extração deste óleo têm sido leiloados pelos últimos governos, para serem explorados por empresas estrangeiras. O que é um contrassenso, pois o país possui inúmeras refinarias, para a produção de combustível a partir do óleo bruto, que estão sendo sucateadas para justificar a importação de combustíveis refinados dos EUA.

A destruição da Amazônia e de outros biomas pelo desmatamento e pelas queimadas, é outro problema extremamente grave. Trata-se de um processo que acontece há décadas, mas que foi intensificado nos últimos anos, batendo recordes, e tem se tornado uma preocupação internacional pelo impacto que causa, não somente no Brasil. O Brasil encerrou 2020 com o maior número de focos de queimadas em uma década, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Foram registrados 222.798 focos de incêndio, um aumento de 12,7% em relação ao ano anterior. Na Amazônia foram 103.161 focos de queimadas, um aumento de 15,7% se comparado a 2019.

TABELA II – FOCOS DE INCÊNDIO NA AMAZÔNIA

Ano	Focos de incêndio na Amazônia	Aumento percentual em relação ao ano anterior
2018	68.345	-
2019	89.178	30%
2020	103.161	15,7%

FONTE: INPE

A taxa oficial de desmatamento foi de 11.088 km². Esta foi a maior área derrubada desde 2008, 70% maior que a média da década anterior (6.500 km² por ano). No ano de 2019, foram derrubados 9.762 km² de florestas na Ama-

zônia, que por sua vez foi 85,3% maior em relação ao ano anterior. Em 1960, apenas 1% do território da Amazônia havia sido desmatado. Atualmente, 20% do território da Amazônia já o foram⁴².

O Pantanal registrou 22.119 focos de queimadas, em 2020, cerca de 120% a mais que no ano anterior. Foi o maior número de queimadas observadas no bioma desde o início das pesquisas, em 1998. Incêndios que resultaram em mais de 40 mil km² de devastação: 30% do bioma foi devastado pelo fogo em um único ano ⁴³.

Sem a Amazônia, desaparece parte da biodiversidade, muda o território brasileiro, com a diminuição drástica de chuvas do Centro-Oeste para o Sul, indo até Argentina, Uruguai e Paraguai. Sem a Amazônia, enfraquecem os “rios voadores”, e são afetados os aquíferos do Cerrado, que alimentam as bacias hidrográficas brasileiras, inclusive a do São Francisco.

Esta mudança no regime de chuvas provoca sérios problemas também nas cidades, como o impacto no abastecimento de água, com redução do volume nos reservatórios, e racionamento de água em cidades de diferentes regiões do país. Mas o desequilíbrio ecológico também é responsável por outros fenômenos recentes como vendavais e chuvas mais intensas, que provocam cheias nos rios e afetam milhares de famílias que residem nas suas proximidades, além da destruição de lavouras, e constantes alagamentos nas cidades, agravados pelo processo de impermeabilização do solo e da enorme quantidade de lixo não coletado adequadamente.

Boa parte do desmatamento na Amazônia, e também em outros biomas, visa a liberação de áreas para plantio de soja e para a pecuária, principalmente a carne bovina e aves. Produtos que se destinam prioritariamente ao mercado internacional, vendidos em dólar. Quanto mais valorizada a

42 Cf. <https://www.oeco.org.br/noticias/queimadas-na-amazonia-sofreram-aumento-de-30-em-2019-a-firma-inpe/>.

43 Deutsche Welle. Brasil encerra 2020 com maior número de focos de queimadas em uma década. 03 de janeiro 2021. A reportagem deste órgão da imprensa alemã está disponível em português no site <https://www.dw.com/pt-br/brasil-encerra-2020-com-maior-n%C3%BAmero-de-focos-de-queimadas-em-uma-d%C3%A9cada/a-56119157>. Acesso em 6 de abril de 2021.

moeda estrangeira, maior o lucro dos exportadores. E o agronegócio, que é fundamental na economia do Mato Grosso, estado onde será realizado o 15º Intereclesial, tem gerado divisas. A cada ano o país bate recordes na produção de grãos. Mas isto é fruto de um novo ordenamento do território, como se as áreas destinadas a esta produção estivessem ociosas e sem habitantes. Na verdade, há grupos sociais que ocupam estes espaços, povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores com seus modos de vida tradicionais, que são expulsos. A cada ano tem aumentado a área agregada a atividades relacionadas ao agronegócio. Entre 2017 e 2018 foram mais 4.571 km²; entre 2018 e 2019 a área aumentou 6.844 km² e entre 2019 e 2020, mais 9.205 km². Em especial do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas⁴⁴.

O agronegócio também causa uma série de outros problemas – aumento da concentração fundiária, muitas vezes por meio da grilagem de terras; danos à biodiversidade e contaminação do solo e das águas; esgotamento do solo pela monocultura extensiva; utilização intensiva de agrotóxicos, fertilizantes e herbicidas⁴⁵, plantio de sementes transgênicas; adoecimento dos trabalhadores e da população vizinha às lavouras; impacto negativo sobre a agricultura familiar, com pressão sobre as pequenas propriedades, redução das áreas de plantio de alimentos, dificuldade de escoamento da produção, aumento nos preços de gêneros para o mercado interno, dificuldade de acesso a crédito e endividamento; baixíssimo nível de geração de empregos devido à alta mecanização; baixa remuneração dos pequenos proprietários que criam os animais para serem abatidos, tornando-se quase que empregados dos frigoríficos.

Há produtos do agronegócio que causam impactos em outras regiões – madeira de reflorestamento, fruticultura, grãos além da soja. E os lucros de toda esta atividade se concentram nas mãos de grandes empresários, que recebem elevado financiamento público para expansão de seus negócios. Além

44 Fonte: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>. Por: Herton Escobar. Arte: Moisés Dorado, 07/08/2020.

45 Até novembro de 2019, na última contagem, 410 novos produtos agrotóxicos já haviam sido permitidos no Brasil. Vários destes produtos são proibidos em outros países.

disso, toda esta atividade tem dado origem a muita corrupção em nosso país, no passado e presente. Caso exemplar foi o da empresa JBS.

A mineração é outra atividade que tem abalado significativamente o meio ambiente. A extração de minério de ferro, de bauxita, de metais preciosos e de outros minerais, mesmo a efetuada por empresas legalizadas, como a Vale, causa danos irreparáveis às populações e ao ambiente. Neste campo, os maiores exemplos são os crimes ambientais cometidos pela Samarco e pela Vale, com seus dramáticos impactos ocorridos em Minas Gerais e no Espírito Santo, com o rompimento de barragens para armazenamento de resíduos, em Mariana e em Brumadinho. Centenas de vidas foram ceifadas; casas e meios de sobrevivência foram destruídos; animais, rios, lavouras foram dizimados; outras atividades econômicas foram afetadas como o turismo e a pesca. Em outras regiões do país, a mineração também causa graves problemas ambientais, como no Maranhão e outros estados do Nordeste, e na Amazônia. Isso tudo sem falar no garimpo ilegal, com ameaças à vida das populações locais e a poluição dos rios e peixes com os resíduos tóxicos.

Muitas das reflexões contidas neste item foram desenvolvidas com base no trabalho de Roberto Malvezzi em 2021⁴⁶. De fato, todos os biomas do Brasil sofrem agressões e impactos da ação humana, empresarial e governamental – além da Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal, o Pampa.

E aqui chegamos ao problema crucial que o mundo enfrenta desde 2020. De acordo com o estudioso David Quammen,

“Todo o desmatamento e incêndios, a construção de estradas e assentamentos, o abate e consumo de animais selvagens, todas essas ações tendem a libertar novos vírus de seu reservatório natural dando-lhes a oportunidade de infectar humanos. Isto é o desequilíbrio. E quando somos contaminados, eles se reproduzem e se adaptam, encontram maneiras de passar de um humano

46 MALVEZZI, Roberto. Idem.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

para outro e podem viajar na velocidade de um avião, matando milhões de pessoas pelo caminho” (Quammen, 2013)⁴⁷.

Assim, há vários anos os cientistas previam uma possível pandemia. E conheciam suas causas relacionadas à destruição ambiental. Este é o assunto do próximo item.

1.2.4. Crise sanitária

Desde o início dos anos 2000, têm surgido pandemias em diferentes regiões do mundo. A gripe aviária apareceu na Ásia, em 2003; a gripe suína na América do Norte, em 2009; a pandemia do vírus Ebola, na África, entre 2013 e 2016, e apresenta novos



surtos até hoje. Em 2019, a pandemia da COVID-19, surgida na Ásia, que já dizimou milhões de pessoas em todo o mundo e, até o momento em que este texto está sendo escrito, ainda não foi controlada. Estas pandemias se espalharam rapidamente para várias regiões do planeta, pela grande e rápida circulação de pessoas e de mercadorias. A previsão dos cientistas é que com a diminuição da biodiversidade vegetal, habitat dos animais, novas pandemias e epidemias mortais poderão surgir, sempre com maior velocidade⁴⁸.

A pandemia do novo Coronavírus encontrou o Brasil despreparado para uma emergência sanitária desta envergadura. Segundo pesquisa do IBGE referente ao ano de 2019, antes da chegada da pandemia ao país, 71,5% dos brasileiros, ou seja, mais de 150 milhões de pessoas, dependiam do Siste-

⁴⁷ Quammen, David. 'Every new pandemic starts as a mystery', disponível em inglês no link <https://www.youtube.com/watch?v=rI1ihHOya34>. Palestra dada em 27 de maio de 2013, seis meses depois de publicar seu livro Spillover – infecções animais e a próxima pandemia humana. O Livro foi lançado em português com o nome de Contágio – infecções de origem animal e a evolução das pandemias. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

⁴⁸ MALVEZZI, Roberto. Idem.

ma Único de Saúde (SUS) para tratamento, e que 26% da população possuíam algum plano de saúde médico.⁴⁹ A pesquisa confirma o importante papel do sistema público no atendimento à população e no combate às doenças. E mostra também as marcadas diferenças regionais. Enquanto 37,5% da população do Sudeste possuíam algum plano de saúde, na região Norte este índice era de 14,7%⁵⁰. Segundo o IBGE, há uma relação direta entre renda, cor e nível de instrução e a cobertura de plano de saúde, destacando-se, nesse sentido, as pessoas brancas, com maior renda ou com ensino superior com melhor acesso ao serviço privado.

O quadro de precarização e subfinanciamento do SUS precede a explosão da pandemia de COVID-19. Em 2019, por exemplo, de acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), o SUS perdeu R\$ 20,2 bilhões em razão da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, o que limitou o potencial de reformas e ampliação do sistema. Entretanto, a pandemia revelou mais uma vez a importância dos serviços públicos de saúde no atendimento à população. Sem a existência do SUS a situação teria sido muito pior.

A crise da saúde agravou a crise econômica, porque a economia brasileira já estava enfraquecida, estagnada com o aumento da pobreza, altas taxas de desemprego, baixa geração de emprego formal. Além das irreparáveis perdas humanas vividas durante a propagação da pandemia no Brasil, ocorreram também sérios prejuízos à vida dos mais pobres, com drásticas mudanças no mundo do trabalho; aumento dos casos de violência doméstica; acirramento dos conflitos fundiários – rurais e urbanos; e aumento radical da desigualdade social, com aumento dos lucros dos mais ricos e ampliação da fome, da miséria e do desemprego entre os mais pobres. Outro elemento acentuado pela pandemia foi a desigualdade entre estudantes pobres e aqueles com melhores condições de vida. A suspensão de aulas presenciais e a utilização da internet

49 FONTE <https://atarde.uol.com.br/saude/noticias/2137933-ibge-aponta-que-715-da-populacao-brasileira-depender-do-sus> . Pesquisa Nacional de Saúde, dados de 2019, divulgada em setembro de 2020.

50 FONTE <https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/acesso-a-saude-150-milhoes-de-brasileiros-dependem-do-sus/>.

para o ensino prejudicaram aqueles com acesso precário à telefonia celular, computador ou internet, em sua maioria estudantes de escolas públicas.

Durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19, a resposta estatal combinou: (a) negacionismo por parte do governo federal, com sucateamento das políticas do SUS e desrespeito às orientações da comunidade científica sobre como enfrentar a pandemia, com as (b) disputas políticas protagonizadas pelo governo federal que buscou esvaziar os poderes dos estados e municípios aos quais coube desenvolver as medidas de distanciamento social. O Brasil foi o pior exemplo do mundo em termos de gestão no período da pandemia e o descaso tem cobrado sua conta em vidas humanas e altíssimos custos sociais⁵¹. Em pouco mais de quatro meses, o Brasil passou do primeiro caso à marca de 100 mil mortes por causa do novo Coronavírus. Treze meses depois, já eram mais de 400 mil mortes.

Neste contexto adverso para toda a sociedade, os que ocupam o topo da pirâmide econômica conseguiram ampliar seu patrimônio e sua renda. No primeiro ano da pandemia, o patrimônio dos 42 bilionários do país aumentou em mais de US\$ 30 bilhões entre março e junho de 2020⁵². Mesmo que a fome tenha se ampliado no país e que os governos não tenham conseguido assegurar auxílio emergencial ao conjunto da população, as parcelas mais ricas da sociedade brasileira seguiram ampliando os seus lucros e rendimentos. Na prática, o que esses dados mostram é que a crise não existe igualmente para todos os setores da população, tampouco atinge a todos e todas de igual maneira. Mais do que isso, há setores que lucram (e muito) com as crises.

Para concluir este capítulo sobre os impedimentos para que as pessoas tenham vida digna em nosso país, é preciso uma referência ao tema da religião. Ficará para o futuro uma análise profunda e com mais distanciamento sobre o papel exercido pelas Igrejas e outras tradições religiosas, em especial a Igreja Católica, neste conjunto de crises em que nosso país está mergulhado

51 FREITAS, Felipe da Silva (Org.). *Serviços Públicos e Direitos Humanos no contexto da pandemia no Brasil*. São Paulo: Observatório Direitos Humanos e COVID-19, 2020.

52 OXFAM BRASIL. *Quem paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise de COVID-19 na América Latina e Caribe*. Nota Informativa, julho de 2020.

nos últimos anos. São aspectos desta problemática a utilização de concepções religiosas para dar sustentação a determinadas posições no espectro político; a polarização interna que isto tem provocado; o aumento exponencial de casos de intolerância religiosa e aprofundamento do fundamentalismo religioso; o paradoxo entre o direito constitucional à liberdade de crença e de culto, e a necessidade de evitar aglomerações durante a crise sanitária; o posicionamento dos grupos religiosos acerca das mudanças nos costumes, como as relacionadas às configurações familiares, às questões de gênero e de orientação sexual, com seus rebatimentos na arena política.

PARA REFLETIR:

- *Como estas quatro crises (econômica, política, ambiental, sanitária) se manifestam na região em que está situada sua comunidade?*
- *Qual tem sido a ação de sua comunidade frente a estas crises?*

1.3. Dinâmicas estruturais responsáveis pelas crises

Pelo que foi apresentado até aqui, é possível concluir que a maior parte das pessoas que vivem no Brasil não tem acesso a uma vida digna. As crises discutidas no capítulo anterior são provocadas por fatores de longa duração, sendo necessário conhecer estas dinâmicas que geram as crises para que possam ser enfrentadas e superadas.

1.3.1. Projeto de desenvolvimento colocado em prática no Brasil

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 40 do século passado, foi se constituindo no mundo ocidental a noção de

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. No Brasil, esta ideia foi expressa no *slogan* '50 anos em 5', usado na campanha vitoriosa à Presidência da República de Juscelino Kubitschek, que governou o país entre 1956 e 1961. O objetivo era modernizar o país, promovendo grandes obras, cujo símbolo maior foi a construção de Brasília e a mudança da capital do Rio de Janeiro para lá, favorecendo a industrialização e a instalação de empresas multinacionais. Tudo para aumentar o Produto Interno Bruto – PIB, que é a quantificação de todos os bens e serviços produzidos em um país no período de um ano. Em tese, com o aumento do PIB, haveria melhoria das condições de vida da população. Só que este indicador desconsidera a imensa desigualdade socioeconômica que marca o Brasil.

Nos últimos tempos outros indicadores têm sido criados, como o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, ou a Felicidade Interna Bruta - FIB. Por trás destes indicadores, está a noção de que dados econômicos globalizantes não descrevem com nitidez as condições de vida da população.

Como já descrito acima, a partir dos anos 90, as ideias e práticas neoliberais passaram a ser hegemônicas, em maior ou menor grau, entre os governantes do Brasil, como a noção de Estado Mínimo e, com isso, o privilégio do capital financeiro, os programas de privatização de empresas e serviços públicos, a redução de investimentos em políticas sociais. A partir de então o país sofreu um processo de desindustrialização, com o fechamento de empresas e a saída de diversas multinacionais. O que tem provocado a decadência da indústria no país e aumentado o desemprego.

O projeto por trás destas transformações favorece a inserção subordinada do Brasil na economia global, como fornecedor de produtos primários – da agropecuária e do extrativismo. Daí o favorecimento da produção de frutas, soja e outros grãos, carnes e madeiras, assim como de petróleo bruto e minérios para exportação. Uma espécie de volta ao passado, pois o Brasil durante muito tempo foi grande fornecedor de produtos primários para o mercado internacional. Na conjuntura atual, avança a disputa entre os países

de economia central pelos bens naturais como minérios, petróleo, gás, água e biodiversidade.

O alto preço dos produtos agropecuários e minerais durante a década de 2000 no mercado internacional possibilitou que governos progressistas realizassem importantes políticas sociais que melhoraram significativamente as condições de vida dos mais pobres sem, contudo, alterar a lógica do modelo econômico vigente.

Também nas cidades, os megaprojetos referentes a grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, provocaram profundas intervenções urbanas, com obras grandiosas para instalação de estádios, expansão de serviços de transporte, o que tem provocado o redesenho urbano, com o deslocamento de populações mais pobres que viviam em áreas cobiçadas pela especulação imobiliária. Também está em curso, em muitas regiões, a privatização de serviços de saneamento – redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos, tudo isso presidido pela mesma lógica de mercantilização do solo urbano e dos serviços essenciais à população. A justificativa para este processo de privatização é que o Estado não teria recursos suficientes para investir nestas áreas de políticas públicas.

Assim, chega-se a outro elemento desta problemática que é saber o que significa de fato ‘Estado Mínimo’. Cabe perguntar - *mínimo* para quem? Quem financia as políticas implementadas pelo governo? Quem se beneficia deste financiamento? Já foi mostrado anteriormente como, no Brasil, há uma contínua transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, pelo mecanismo do sistema da dívida.

A crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 é um bom exemplo do que está em jogo. A pandemia revelou que as políticas neoliberais, de redução do Estado, de diminuição dos gastos públicos – em saúde, educação, habitação, transporte e outros -, assim como a adesão ao “mercado” como solução para tudo, foi um desastre.

A pandemia chegou ao Brasil num momento em que havia forte desemprego, muitos trabalhadores na informalidade e um enorme contingente de pessoas vivendo em favelas, bairros pobres, periferias. Nestes territórios foi muito mais difícil combater o vírus, manter as pessoas em casa. E o governo hesitou em investir recursos, como fizeram outros países, para sustentar a renda dos mais pobres. Somente com a pressão de movimentos da sociedade civil organizada, o Congresso aprovou um programa de auxílio emergencial limitado, por nove meses, para 2020, que totalizou cerca de 295 bilhões de reais, o equivalente a 4% do PIB nacional, recursos que socorreram a população vulnerável e mantiveram a economia funcionando. O auxílio foi renovado em 2021 de forma mais restrita, com um valor bem menor, por menos tempo, atendendo à metade do número de pessoas beneficiadas no ano anterior.

Se há uma consequência a ser tirada desta pandemia é que “Estado Mínimo” é um Estado só para os ricos e o Estado de que precisamos é um Estado que garanta proteção social a todos/as, de uma economia voltada para a vida e não para o lucro⁵³. No entanto, há inúmeros povos e grupos sociais que são tornados invisíveis e excluídos pelo sistema político e econômico hegemônico, enquanto o poder do agronegócio, das empresas de mineração, de serviços de saúde, educação e previdência privadas, e do sistema financeiro estendem seu poder também na arena política.

1.3.2. Repercussões do racismo e do machismo na vida social brasileira

O racismo é uma ideologia que classifica e hierarquiza os grupos humanos, partindo da suposição de que existe uma desigualdade natural e biológica entre esses grupos. Os grupos considerados inferiores passam a ser objeto de discriminação racial, sofrendo humilhação, opressão, dominação.

Discriminação racial é a ação de um grupo dominante contra um grupo considerado inferior. Os grupos considerados inferiores tornam-se objeto de

⁵³ LESBAUPIN, Ivo. Análise do contexto brasileiro. Março de 2020.

distinção, exclusão, restrição ou desprezo, por causa de sua origem ou aparência racial.



O racismo contra a população negra é responsável por parte decisiva das desigualdades no Brasil. Seja no acesso a espaços de poder e decisão, seja na ocupação de postos importantes no mundo do trabalho ou na própria formação educacional, as pessoas negras (e, em especial, as mulheres negras) encontram maiores obstáculos e enfrentam maiores barreiras. Trata-se de fenômenos profundos que se disseminam na subjetividade das pessoas, nas suas relações interpessoais e, o mais importante, nas instituições e no próprio Estado, e que bloqueiam trajetórias de ascensão, progresso e desenvolvimento de pessoas em função

das suas características físicas e/ou do seu pertencimento étnico-racial.

Os dados disponíveis quanto à distribuição racial no acesso aos direitos, serviços públicos e aos espaços de poder e decisão sociais são inequívocos em evidenciar o peso do racismo e da discriminação na sociedade brasileira. As séries históricas mantidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são eloquentes em evidenciar que negras e negros formam a maioria da população do país, mas que se encontra em situação de expressiva desvantagem social e econômica, num quadro de sistemático afastamento do poder político e institucional.

Neste processo de produção de desigualdades sociais, a violência é um elemento característico da relação do Estado com o povo negro no Brasil. O racismo tem conexão direta com a violência, porque é naturalizado na socie-

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

dade brasileira. Em nosso país, o racismo é estrutural. E, quando isso ocorre, nem mesmo leis são capazes de mudar algo já embutido no seio da sociedade⁵⁴. Essa realidade se deve ao fato de que o Brasil tem uma história e uma cultura fundadas no racismo, com profundas marcas que são perfeitamente visíveis ainda hoje em dia e, apesar das muitas lutas e conquistas, continuam como divisores sociais e econômicos que permanecem apartando as relações humanas contemporâneas⁵⁵.

O tímido aumento da participação negra em espaços de representação e visibilidade ameaça a manutenção da hegemonia racial branca. E, por isso, sofrem ameaças as conquistas históricas do movimento negro, como ações afirmativas, ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Assim como é ameaçada cotidianamente a vida de negros e negras no Brasil, como foi demonstrado nos dados sobre violência.

Outro elemento que limita e fragiliza a democracia e a vida digna é a desigualdade de gênero. Consequência do machismo estrutural, que é fruto da imposição cultural de valores em uma sociedade na qual impera a diferença de papéis, reduzindo o protagonismo feminino e impedindo que as mulheres sejam consideradas sujeito de direitos.

Este sistema patriarcal é repassado de geração em geração e, embora os movimentos de lutas das mulheres tenham alcançado inúmeras conquistas, existem violações graves. Os indicadores sociais apresentados no primeiro capítulo indicam algumas destas violações, como a desigualdade salarial entre homens e mulheres, o maior índice de desemprego das mulheres, em especial das mulheres negras, além de uma ampla gama de violências de gênero que se aplicam às mulheres, unicamente porque os corpos femininos são considerados objeto e propriedade dos homens. Também é gritante a baixíssima ocupação das mulheres em espaços estratégicos de poder.

54 Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579126-racismo-e-preciso-ser-visto-como-trauma-central-da-violencia-no-brasil>.

55 Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582726-racismo-e-sexismo-no-brasil-em-2018>.

Algumas instituições, como a família, a escola, determinadas tradições religiosas, sobretudo as cristãs, contribuem com a proliferação da cultura machista e suas consequências na desigualdade de gênero. Por esta razão é necessário contribuir para a emergência de uma cultura com valores não sexistas, e não machistas, onde sobressaia a desconstrução da masculinidade tóxica e onde o elemento central seja o respeito entre mulheres e homens. O que levará à construção de uma sociedade mais justa com as mulheres, com garantia de seus direitos, sem violência e com efetiva participação nos espaços institucionais.

Da mesma forma que o machismo estrutural aniquila os direitos e, muitas vezes, a vida das mulheres, esse conjunto de ideias e práticas destroça os direitos e a vida de pessoas com identidades de gênero e orientação sexual diversas da hegemônica.

O horror ao que é visto como diferente é responsável por preconceito, discriminação, violação de direitos e as várias formas de violência contra negros e negras, povos indígenas, mulheres, população LGBTQIA+, migrantes etc.

1.3.3. Degradação ambiental e a sobrevivência da humanidade

Nos anos de 2019 e 2020, piorou muito o quadro de degradação ambiental no país, em virtude de um processo crescente de mercantilização e privatização dos bens da natureza. O modelo econômico desenvolvimentista não considera o valor dos ricos biomas presentes no país, mas que os enxerga apenas como potencial de mercado. O agronegócio, a agropecuária, a mineração valem mais do que a vida nos biomas.

E estas são atividades com alto impacto socioambiental, sobre as comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, ribeirinhas, e também sobre as cidades, inchadas pela migração das populações deslocadas e pelos ciclos

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

econômicos que se sucedem. Consta-se a destruição de vidas humanas, devido aos conflitos no campo e em territórios indígenas e comunidades tradicionais, bem como dos animais e vegetais reduzidos à cinzas em função dos impactos causados pelo descontrole das queimadas que se transformam em incêndios de grandes proporções.

Os povos indígenas, que são tratados como usurpadores de terras, que na lógica econômica atual deveriam ser liberadas para o agronegócio, a mineração e o garimpo. Em 2019 houve mais assassinatos de lideranças indígenas que no ano anterior.

Há um grito das pessoas sensíveis e conscientes, das comunidades tradicionais, das populações indígenas, da terra, dos animais, das aves, das águas, das plantas, da vegetação nativa, de árvores centenárias. E um clamor para que os povos tradicionais sejam valorizados e apoiados, a fim de continuarem sendo agentes de proteção e cuidado da natureza⁵⁶. Mas as medidas tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente reduzem a proteção ambiental.

Infelizmente, esta situação não se restringe ao Brasil. “A humanidade está hoje na direção da não-sustentabilidade, caminhando rapidamente para tornar a Terra inabitável: estamos desmatando numa velocidade incrível⁵⁷, nossa água doce está sendo utilizada em uma quantidade muito acima de sua capacidade de reposição (vide a crise hídrica em diversas cidades brasileiras) e está sendo poluída pela ausência de saneamento, pelos herbicidas e pesticidas, pela mineração. Por outro lado, o aquecimento global está derretendo fontes de água doce que são as geleiras, os glaciares e as calotas polares, o que tornará a vida muito difícil em inúmeros lugares do mundo”⁵⁸. Com o agravamento das mudanças climáticas, se nada for feito, o território brasileiro poderá se tornar, em grande parte, inóspito para a vida, particularmente a vida humana.

⁵⁶ Carta aberta sobre a queimada no Pantanal, CNBB Regionais Oeste 1 e 2, 21/09/2020.

⁵⁷ Sobre o desmatamento na Amazônia, ver o recente texto de Antonio Nobre, “O Futuro climático da Amazônia” (www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/10/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf)

⁵⁸ Ivo Lesbaupin. Transição: como passar a uma outra concepção de desenvolvimento? In: Murad, Afonso e Tavares, Sinivaldo (orgs.). Cuidar da Casa Comum: chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si. São Paulo, Paulinas, 2016, p. 146-156. .

Se isso vier a acontecer, a temperatura elevada permitirá vidas somente em alguns pontos do nosso território e da Terra. A elevação dos oceanos mudaria a geografia física e humana dos litorais, particularmente no Brasil⁵⁹.

Nestas dinâmicas estruturais, o *apartheid* social também se torna viável nas cidades, através dos condomínios e das favelas, beiras de rio, áreas centrais e periferias⁶⁰. Com isso, se multiplicam as populações mais vulneráveis em nosso país - povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, pessoas atingidas pela mineração e barragens, pessoas negras, as mulheres, população LGBTQIA+, moradores de favelas e periferias, pessoas em situação de rua.

PARA REFLETIR:

- *Observando a realidade da região onde está situada sua comunidade, quais as consequências da adoção de um modelo que privilegia o crescimento econômico, sem atenção à degradação ambiental?*
- *Como o racismo e o machismo afetam a vida da sua comunidade? Que tipo de privilégios ou desvantagens temos por ser branco, negro, indígena, mulher, LGBTQIA+...?*
- *Como o racismo e o machismo se manifestam na sua comunidade e Igreja Católica?*

1.4. Sinais de que outra forma de vida em sociedade é possível

Na busca de vida digna para todos e todas é possível encontrar indícios de que a sociedade pode ser diferente. Um elemento de resistência que sempre existiu, mas ficou bastante evidente ao longo da pandemia, é a soli-

⁵⁹ MALVEZZI, Roberto. Tendências da humanidade e da terra. <https://robertomalvezzi.com.br/2021/03/17/tendencias-da-humanidade-e-da-terra/>. Acesso em 17 de março de 2021.

⁶⁰ MALVEZZI, Roberto. Idem.

dariedade entre os pobres. Ela tem impedido que muitas pessoas morram de fome ou vítimas da violência. A distribuição de cestas básicas, de comida já preparada, de água, de máscaras, de produtos de higiene salvou vidas. E são os pobres aqueles que mais doam proporcionalmente. Os agricultores assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra distribuíram toneladas de alimentos na pandemia. Do mesmo modo, as denúncias de violações de direitos contra crianças, idosos, mulheres, negros, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas LGBTQIA+ e ações de acolhimento, em geral, partem de pessoas destituídas de poder e com poucos recursos.

Também têm surgido cada vez mais projetos alternativos (de energia, agroecologia, sustentabilidade econômica de determinados segmentos...) que demonstram como é possível ordenar a economia de modo a não colocar o crescimento econômico como objetivo último.

Existem movimentos sociais de diversos segmentos da sociedade, organizações populares, coletivos juvenis, movimentos de mulheres e de negros/as, ecologistas, articulações em rede, mobilizações de populações tradicionais e povos indígenas, pessoas e entidades da sociedade civil que se organizam para resistir contra a hegemonia desse modelo de desenvolvimento que gera exclusão social e injustiças ambientais.

Há esforços de articulação de defensores/as da democracia e surgem manifestos, posicionamentos públicos de importantes entidades, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, entidades ecumênicas (como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC), de articulações evangélicas como a Frente Evangélica pelo Estado de Direito que estão em favor de uma ordem democrática de fato.

O Papa Francisco tem levantado bandeiras importantes para a humanidade, como a discussão de outra forma de organização da economia - Economia de Francisco e Clara, o cuidado com a Casa Comum, o apoio aos Movimentos Populares, a reflexão sobre o verdadeiro sentido da política, o cultivo da amizade social, a cultura do encontro, a busca do diálogo inter-re-

ligioso. São frentes que estão em sintonia e fortalecem as mobilizações por outra agenda social.

Por mais que as grandes tendências sigam em sentido contrário, há reação no Brasil e no mundo. Têm ocorrido mudanças internacionais animadoras, como eleição de governos progressistas e convocação de assembleia constituinte em países da América do Sul, a derrota de Donald Trump nos Estados Unidos, e programas de investimento em saúde pública e socorro à população mais vulnerável, mesmo em governos europeus neoliberais.

Tudo isso contribui para a emergência de outro paradigma, outro modelo de organização social – socialmente justa, ambientalmente sustentável; com equidade, sem discriminações ou violências, com liberdade religiosa, em um Estado laico, e com radicalização da democracia participativa.

Temos como horizonte a proposta dos povos originários, o *Bem-Viver*, com a partilha da produção social, sem privatização dos bens da natureza, que busca a vida em harmonia das pessoas com elas mesmas e entre si, com a natureza da qual são parte, com o sagrado.

PARA REFLETIR:

- *Que sinais existem em sua comunidade de que é possível vida digna para todos e todas?*
- *O que sua comunidade tem feito concretamente para que todos e todas tenham vida digna?*

1.5. Um olhar sobre a conjuntura...

A participação de nossa querida companheira **Solange Rodrigues** nesta secção do VER foi decisiva. Com imenso carinho pelas CEBs ela se debruçou a redigir o resultado do esforço conjunto de todos os participantes do Iser Assessoria. Hoje, Solange continua presente em nossa caminhada, em

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

outro plano de vida, garantido por Nosso Senhor Jesus Cristo a todos os que se esforçam a viver de acordo com a vontade do Pai. Nossa gratidão eterna a Solange!

Escrever sobre a conjuntura social, política, econômica, cultural é sempre um desafio imenso, pois a realidade muda freneticamente. Nosso texto do ver, porém, tem uma rica validade, pois ele aborda questões estruturais que persistem como elementos causais de muitas situações que vivemos no dia-a-dia.

Uma rápida olhada sobre a sociedade de hoje nos põe de frente com uma galopante inflação, cuja solução alardeada pela atual condução econômica deste país só se prende ao aumento de impostos. O pior de tudo é que buscam usar este mecanismo por meio de uma tremenda maquiada, pois mudar o sistema de arrecadação do imposto de renda, como vem sendo proposto, é tentar enganar os incautos. Querem passar a impressão de que beneficiarão um número significativo de pessoas de mais baixa renda, sobrecarregando uma vez mais a classe média. A taxaço das grandes fortunas não entra nessa manobra da equipe econômica, o que seria realmente uma saída mais justa e equânime.

O que salva a atual equipe econômica do fracasso da condução da vida financeira do país é a pandemia da COVID-19. Porém, para quem investiga com mais cuidado, percebe claramente que as falcatruas do atual governo são anteriores à crise pandêmica. Elas tiveram início no governo do senhor Michel Temer e foram aprofundadas pela atual gestão do presidente Jair Bolsonaro.

A tal política do Estado mínimo, baseada no mais amplo leque de privatizações, imiscuindo o Estado de suas responsabilidades sociais, prejudica sobretudo os mais pobres, que sofrem com o sucateamento dos órgãos governamentais. Nem mesmo os países mais favorecidos sustentam a eficácia dessa política. Serviços essenciais à população, tais como saúde e educação,

não podem passar pela nefasta privatização, pois a porcentagem de pobres e miseráveis do país requer sim uma política de Estado Social bem articulada.

Quem governa o país, na realidade, é a equipe econômica do ministro Paulo Guedes, que conta com o apoio incondicional do presidente que vive criando fatos grotescos para desviar a atenção das medidas catastróficas da equipe econômica. Enquanto se discute as cenas mirabolantes do atual governo, a boiada vai passando, com medidas que só fazem aumentar a pauperização da população e a concentração de rendas em mãos de poucos.

O sistema financeiro nada de braçada neste contexto. Mesmo durante a pandemia, as grandes corporações financeiras lideradas pelos bancos Santander, Bradesco, Itaú continuaram acumulando resultados positivos em seus cofres.

A deterioração de inúmeros direitos conquistados em muitos anos de trabalho incansável de organismos e pessoas sérias, aprofunda dia após dia. Os povos indígenas, os negros, as mulheres, os ribeirinhos enfrentam cotidianamente os desafios de verem seus direitos alcançarem os índices mais aviltantes dos últimos anos.

Devido a pandemia e a divisão profunda das esquerdas, as manifestações contrárias ao governo não alcançam a magnitude necessária para verdadeiramente incomodar os mandatários do país. E o Congresso é liderado nas duas casas por parlamentares favoráveis ao Governo, que cumprem à risca o papel de poder subalterno.

O Congresso repete a trilogia consagrada pela mídia golpista dos três Bs, porém, com um outro significado. Trata-se do B da bancada da bala, do boi e da Bíblia. São três bancadas do mal que dominam os chefes das casas parlamentares e impõem seus interesses corporativos, derrotando quase sempre as propostas das minorias que defendem os interesses do povo.

Os interesses do agronegócio têm incentivado medidas de expansão das áreas agricultáveis, invadindo terras de preservação, de povos indígenas

e quilombolas. O objetivo é bater recordes de produção de grãos para a exportação, sem se importarem com a fome interna no país. Além disso, eles propagam um aumento exacerbado de uso de agrotóxico, sem se importarem com a saúde de todos os cidadãos e cidadãs.

Os interesses da bancada da bala caminham junto com os do agronegócio, pois querem cada vez mais armamento liberado para defenderem as terras que ocuparam em outros tempos, acusando o povo que quer desenvolver a agricultura familiar, que de fato produz para matar a fome interna do país, de invasores. As armas também têm servido para municiar as milícias urbanas, que formam um exército paralelo em defesa do narcotráfico e dos seus pares.

A bancada da Bíblia completa o trio dos Bs e atua em defesa dos seus interesses de expansão de um evangelismo fundamentalista, como base de apoio às propostas mais radicais da direita, em nome de Deus e do livramento do comunismo. Contam com o apoio de parlamentares católicos fundamentalistas também.

Por fim, é preciso entender melhor qual o papel que as Forças Armadas estão jogando nessa conjuntura. Neste atual governo deu-se uma exacerbada militarização, desviando os militares de suas verdadeiras funções, de defesa das fronteiras e da soberania do país. Em momentos fortes, em que o governo atual usa até o nome das Forças Armadas para a defesa dos seus interesses, os militares das três armas se calam, alimentando aquela impressão de que quem se cala, consente.

Ninguém tem bola de cristal para adivinhar o futuro, mas somente uma articulação profunda de todas as forças opositoras que ainda persistem na luta será capaz de derrotar nas urnas esse governo e sustentar o novo governo nas ruas.

REFERÊNCIAS:

Auditoria Cidadã da Dívida, <https://auditoriacidada.org.br/> (consulta em março/2021).

CNBB. Carta aberta sobre a queimada no Pantanal. In: CNBB Regionais Oeste 1 e 2, 21/09/2020.

CNLB. Olhar sobre o momento histórico. Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade: um novo olhar, um novo agir. *Revista Um Olhar*. Ano VIII. Nº 12. fev. 2019, p. 6.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO EQUADOR. https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DA BOLÍVIA. https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf.

ESTADÃO <https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/acesso-a-saude-150-milhoes-de-brasileiros-dependem-do-sus/>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

FREITAS, Felipe da Silva (Org.). Serviços Públicos e Direitos Humanos no contexto da pandemia no Brasil. São Paulo: Observatório Direitos Humanos e COVID-19, 2020.

GRILLO, Marco; FERREIRA, Paula. Mortes pela polícia crescem 26% no país durante a pandemia de COVID-19. O Globo, 28 de junho de 2020.



IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira; 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> . Outras fontes acionadas serão indicadas.

IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30227&t=resultados> .

IHU. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582726-racismo-e-sexismo-no-brasil-em-2018>.

IHU. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579126-racismo-e-preciso-ser-visto-como-trauma-central-da-violencia-no-brasil>.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE (Org.). Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, Brasília: DFID, 2007.

IPEA. Atlas da Violência 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros em um contexto de crise e maior flexibilização. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35949&Itemid=432#:~:text=O%20diagn%C3%B3stico%20da%20inser%C3%A7%C3%A3o%20dos,determinantes%20entre%202015%20e%202017 .

LESBAUPIN, Ivo. *Análise do contexto brasileiro*. Março de 2020.

LESBAUPIN, Ivo. “Transição: como passar a uma outra concepção de desenvolvimento?” In: Murad, Afonso e Tavares, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da Casa Comum: chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Sí*. São Paulo, Paulinas, 2016, p. 146-156.

LESBAUPIN, Ivo. O que explica a impensável vitória de Bolsonaro? Nov. de 2018 (texto). Sobre a Lava Jato como operação política, ver <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590337-sobre-a-lava-jato-como-operacao-politica>.

MALVEZZI, Roberto. *Tendências da humanidade e da terra*. <https://robertomalvezzi.com.br/2021/03/17/tendencias-da-humanidade-e-da-terra/>. Acesso em 17 de março de 2021.

NOBRE, Antonio. “O Futuro climático da Amazônia” www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/10/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf.

OLIVEIRA, Pedro. Análise de conjuntura em tempos de guerra. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588773-analise-de-conjuntura-em-tempos-de-guerra-artigo-de-pedro-a-ribeiro-de-oliveira>.

OXFAM, “País estagnado – Um retrato das desigualdades brasileiras”, 2018. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>.

OXFAM BRASIL. Quem paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise de COVID-19 na América Latina e Caribe. Nota Informativa, julho de 2020.

QUAMMEN, David. ‘Every new pandemic starts as a mystery. Disponível em inglês no link <https://www.youtube.com/watch?v=r1rhHOya34>. Palestra dada em 27 de maio de 2013, seis meses depois de publicar seu livro *Spillover – infecções animais e a próxima pandemia humana*. O Livro foi lançado em português com o nome de *Contágio – infecções de origem animal e a evolução das pandemias*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

ROBERTO, Thiago. Glossário LGBTQIA+: entenda cada letra da sigla e termos comuns. *Catraca Livre*, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/glossario-lgbtqia-entenda-cada-letra-da-sigla-e-termos-comuns/>.

UOL. <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/constituicao-1988.htm>.

UOL. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/30/moradores-de-rua-numero-aumento.htm> - 30/12/2019.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

UOL <https://atarde.uol.com.br/saude/noticias/2137933-ibge-aponta-que-715-da-populacao-brasileira-depender-do-sus> . Pesquisa Nacional de Saúde, dados de 2019, divulgada em setembro de 2020.

USP. <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>. Por: Herton Escobar. Arte: Moisés Dorado, 07/08/2020.

IMAGENS:

Pág. 24 – Roda de conversa com população sem teto, em Várzea Grande/MT, atividade do Grito dos Excluídos e das Excluídas de 2021. São 30 famílias com umas 50 crianças, morando em barracos num ginásio de esportes no município. Registro: Marilza Schuina.

Pág. 33 - <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-atinge-recorde-de-148-milhoes-de-desempregados/> acesso em 02/03/2022. A atual taxa de desempregados expõe cenário desesperador do mercado de trabalho – Foto: Jeso Carneiro – Flickr.

Pág. 38 - <https://www.folhaunica.com.br/unico-educacional/aluno-unico/2020/11/aluno/a-crescente-violencia-urbana-no-brasil/> acesso em 02/03/2022 (Charge Bruno Galvão: <http://chargesbruno.blogspot.com/>).

Pág. 56 – Imagem da Cartilha: DIGA NÃO AO FIM DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. Auditoria Cidadã da Dívida – ACD, do Núcleo Capixaba da ACD e do Instituto Genildo Batista – IGB, maio de 2021, pág. 26. Acesso: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilhapec32/>

Pág. 63 – Manifestação “Dia Internacional da Mulher” em Cuiabá/MT – professora Leiliane Borges, da Rede Estadual de Ensino de MT, município de Várzea Grande. Representante do SINTEP/MT. Foto: Andrés Pasquis.

<https://www.flickr.com/photos/andrespasquis/albums/72177720297224353>

JULGAR HORIZONTES DA ESPERANÇA



“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

2.1. CEBs, Eklesia alternativa de novos céus e nova terra

Introdução

O tema do 15º Intereclesial e o lema que nos vem do profeta Isaías são palavras que ressoam em nós criando imagens, pisando realidade, acordando sonhos e utopias. A utopia nasce da realidade. O sonho que ela encerra brota da ausência. Realidade marcada pela ausência do que se sonha. Ausência de vida, terra, céu. Realidade sofrida. Realidade dura, violenta, até com colorido de morte, mas que não mata a esperança.

Dois rios de água pura alimentam a esperança: o rio da utopia e o rio do rito.

O *rio da utopia* tem sua nascente no mito. O mito é coisa séria. É fonte escondida que atua poderosamente. É memória coletiva do povo, sua identidade. No mito o povo expressa quem é, de onde vem e para onde vai. Descreve como se relaciona com o Divino, com a Casa Comum, consigo mesmo, com os outros. As narrações ajudam a compreender os fatos da vida ligando-as às suas origens. Ajudam a se situar no ‘espaço’ e no ‘tempo’ atual estabelecendo um quadro de referências que dão segurança e identidade.

A utopia/mito acorda a memória da origem de toda expressão de vida, da cultura, dos costumes. Falam de tudo que faz parte da vida. Falam da Casa Comum, da solidariedade humana, da convivência na Casa Comum. Falam da divindade como origem da vida.

Em tempo de crises, de mudanças, de derrota, quando a identidade é ameaçada, a utopia/mito entra em ação e ajuda o povo a defender-se, a reencontrar-se através dos ritos, das celebrações, das danças, das peregrinações, das visitas, etc. A utopia/mito torna a vida inteira um rito. E as palavras do

profeta Isaías nos ajudam a compreender quem somos, de onde viemos, e para onde vamos.

O segundo rio que alimenta a esperança é o **rio do rito**. A utopia/mito é como uma música. As notas musicais escritas no papel não dizem nada, mas quando ativadas pelo toque de instrumentos musicais, interpretadas pelas vozes, elas nos conectam e nos fazem entrar em comunhão com a inspiração original do artista – acreditamos que o artista seja o Divino. Nasce, então, o rio do rito.

Quando ativado através das águas do rito, a utopia/mito faz o ‘eu’ da pessoa encontrar o ‘nós’ da comunidade, do povo. Integra a pessoa e lhe dá identidade. Quando o rito é ativado através dos costumes e tradições, das celebrações e romarias, leitura orante e círculos bíblicos, novenas e visitas, etc., a Palavra de Deus nos coloca em contato com a inspiração original que deu origem ao Povo de Deus, ao Povo das CEBs. Faz-nos entrar na correnteza do rio rito que tudo purifica e renova, alimenta a resistência, a esperança. A correnteza das águas nos leva.

O tempo da utopia/mito é ontem e amanhã. O tempo do rito é hoje. O rito é o espaço onde vivemos a esperança, construímos a utopia. O rito nos coloca em saída, nos faz perceber que a água de hoje não é a de ontem, que a paisagem mudou e, compreendemos que a utopia se realiza na interação entre hoje e ontem, entre mito e rito.

“... O tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. O tempo ordena os espaços, ilumina-os e transforma-os emelos duma cadeia em constante crescimento, sem marcha à ré. Trata-se de privilegiar ações que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes... gerar processos que construam um povo... desenvolve e alcança uma autêntica razão de ser a plenitude da existência humana, de acordo com o caráter peculiar e as possibilidades da dita época” (EG 223-224).

Então acolhemos o convite do Papa Francisco:

“Jesus Cristo pode romper também os esquemas enfadonhos em que pretendemos aprisioná-Lo, e surpreende-nos com a sua constante criatividade divina. Sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda ação evangelizadora autêntica é sempre ‘nova’” (EG 11).

PARA REFLETIR:

- *A promessa de novo céu e de nova terra, no contexto do profeta Isaías e no hoje, brota da falta de que?*
- *Que utopia/mito e ritos, que projetos inspiram a caminhada libertadora das CEBs?*

2.1.1. O rio da utopia

“Vejam! Eu vou criar um novo céu e uma nova terra” (Is. 65,17). São palavras que vêm de longe e que encurtando o tempo nos alcançam. Palavras que encontramos nos capítulos que fazem parte do Terceiro Isaías e que nos colocam no final do século VI A.C., período que conhecemos como pós-exílio. Tempo da volta, tempo de reconstrução, tempo de recomeçar. Tempo de crise, pois o que era sonhado se chocava com a realidade vivida pelo povo. São palavras que ressoam em nós criando imagens, nos convidando a pisar o chão de nossa realidade, realidade que é de hoje, acordando sonhos e utopias.

Convidamos vocês a lerem o contexto literário em que esta promessa se encontra para melhor ouvir sua voz, nos deixar alcançar por sua mensagem.

ISAÍAS 65,13-25

Por isso, assim diz o Senhor Javé:

Meus servos comerão, e vocês passarão fome;

meus servos beberão, e vocês passarão sede;

meus servos estarão contentes, e vocês envergonhados;

meus servos cantarão por terem o coração alegre,

e vocês gritarão com dor no coração, e uivarão pela angústia de espírito.

Entre os meus escolhidos, vocês deixarão o próprio nome como uma palavra amaldiçoada:

«Assim o Senhor Javé o faça morrer!»

Mas os meus servos terão outro nome,

de tal modo que neste país, quem quiser ser abençoado,

será abençoado pelo Deus verdadeiro;

se alguém quiser jurar neste país, é pelo Deus verdadeiro que há de jurar,

pois aquelas angústias antigas serão esquecidas, e desaparecerão de minha vista.

Vejam! Eu vou criar um novo céu e uma nova terra.

As coisas antigas nunca mais serão lembradas, nunca mais voltarão ao coração.

Por isso fiquem para sempre alegres e contentes,

por causa do que vou criar.

Farei de Jerusalém uma alegria, e de seu povo um regozijo.

Exultarei com Jerusalém e me alegrarei com o meu povo.



*E nela nunca mais se ouvirá choro ou lamentação.
Aí não haverá mais crianças que vivam alguns dias apenas,
nem velhos que não cheguem a completar seus dias,
com efeito, o menino morrerá com cem anos,
e quem não chegar aos cem anos será tido por amaldiçoado.
Construirão casas e nelas habitarão,
plantarão vinhas e comerão seus frutos.
Ninguém construirá para outro morar,
ninguém plantará para outro comer,
porque a vida do meu povo será longa como a das árvores,
meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricarem.
Ninguém trabalhará inutilmente, ninguém gerará filhos para morrerem
antes do tempo, porque todos serão a descendência dos abençoados de
Javé, juntamente com seus filhos.
Antes que me invoquem eu responderei;
quando começarem a falar, eu já estarei atendendo.
O lobo e o cordeiro pastarão juntos,
o leão comerá capim junto com o boi,
mas o alimento da cobra é o pó da terra.
Em todo o meu monte santo ninguém causará danos ou estragos, diz
Javé.*

O profeta coloca no coração de sua profecia a promessa de céu e terra nova. A utopia nasce da realidade. O sonho que ela encerra brota da ausência. Realidade marcada pela ausência do que se anseia viver. Ausência de comida, água, terra, casa, trabalho, dignidade, liberdade, alegria, enfim vida. Realidade sofrida. Realidade dura, violenta, com colorido de morte, que parece anular o futuro, mas que não consegue matar a esperança, mantém viva a utopia de terra e céu novos, de vida em plenitude.

A utopia é colocada no coração da realidade, assim como ao fazer o pão o fermento é colocado no coração dos ingredientes que mais tarde serão pão. O fermento numa receita é um ingrediente entre outros; é um ingrediente discreto; sua função principal é fazer crescer, transformar e, transforma criando espaços de ar.

Ao lermos esta profecia com as lentes da pedagogia do fermento, a utopia como fermento se mistura a outros ingredientes: os ingredientes que são a realidade. O profeta pisando em sua realidade de não vida sonha: “Vejam! Eu vou criar um novo céu e uma nova terra”. Ele mistura o fermento com a realidade: fome, sede, vergonha, tristeza, dor, morte. Seus olhos enxergam as sérias consequências éticas, sociais, teó-



ricas e espirituais que as lideranças provocaram ao implantar um projeto que contemple somente as elites. A consciência da distinção entre os seres humanos e os outros seres foi caminhando e alimentando processos hegemônicos e despóticos, ou seja, processos dominantes e impostos, entre a humanidade e a criação, entre os próprios seres humanos, ampliando conflitos sociais, étnicos, religiosos, sexuais, geracionais etc. O profeta convida a descobrirem uma nova faceta: o que é mais próprio da dignidade humana é a capacidade de dignificar, de reconhecer a dignidade dos outros, a dignidade de toda a Criação de Deus. Só há dignidade de tudo e de todos quando forem vencidos o autocentramento, a autorreferencialidade, o sentimento e o pensamento que justificam uma pretensa superioridade de uns sobre os outros.

Como o fermento as palavras do profeta agem silenciosamente, discretamente, atingem as consciências, despertam o discernimento, alimentam o esperar, colocam em movimento, criam parceria e diálogo vislumbrando

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

a realização de um projeto do qual ninguém detém sozinho as respostas para superar a crise e caminhar rumo ao um mundo de novas relações.

Passo a passo o profeta nos conduz pela mão na dinâmica do fermento: reconhecer que o crescimento de uns só faz sentido com o crescimento de todos e de todas. Ele afirma: *construirão... habitarão, plantarão ... comerão ...*. Diríamos hoje: não mais um modelo de crescimento fundado na ilusão de um progresso ilimitado, predatório, incentivando a devastação das riquezas naturais dos distintos biomas para a reprodução em larga escala, de alguns poucos produtos, com benefícios para um pequeno grupo de privilegiados. Uma consciência ecológica; um olhar espiritual contemplativo capaz de reconhecer a beleza da Criação; o aumento da qualidade de vida dos grupos menos favorecidos, que não são beneficiados pelas produções em larga escala; o aprendizado e a valorização da partilha como antídoto contra o desejo insustentável de acumulação.

Antes que me invoquem, atenderei.... É o sopro da Ruah. O fermento faz brotar o ar, o sopro, o vento no próprio interior da massa, abrindo e, às vezes rasgando nela espaços necessários ao seu crescimento, dando leveza e sabor. O profeta convida a ser fermento que faz brotar o ar dentro da massa, criando novos espaços. Convida as religiões e tradições espirituais a colaborar com a elevação ética da humanidade, ajudando as pessoas e as sociedades a tomarem consciência de que a vida saudável depende do respiro: inspiração e expiração, recepção e doação, personalização e comunhão. Porém, rasgar novos espaços numa massa compacta, embora seja fundamental, não será sempre uma atividade confortável. É necessário dar nome a tudo aquilo que prende esta massa ao solo, que não lhe permite ganhar a leveza e o sabor aos quais ela é chamada: *fiquem para sempre alegres e contentes, por causa do que vou criar.*

O fermento não existe em função de si, mas voltado à existência de um pão nutritivo, saboroso. O pão, não existe em função de si mesmo, mas para alimentar a vida e proporcionar mais prazer e alegria. Do mesmo modo, só podemos desejar – e colaborar ativamente com isso – que a nova humanidade

que está sendo gestada, aprenda a partilhar de tudo o que somos e possuímos com quem não é e não possui da mesma maneira. Pois, nós somos a condição para o surgimento de um mundo mais bonito, diverso, humano e divino, onde todos, todas possam crer, esperar e amar: novo céu e terra nova.

Ao lermos atentamente podemos perceber o eco de outras memórias bíblicas que encerram esta utopia (Is. 65,17; 66,22; 51,16; 2 Pd. 3,13). Eco que ressoa com força na voz do profeta apocalíptico João: “*Vi então um novo céu e uma nova terra*” (Ap. 20,21).

Não é mais tempo de reconstrução e sim tempo de perseguição promovida pelo Império Romano às comunidades cristãs da Ásia Menor, no final do século I D.C. A palavra do profeta apocalíptico João convida as comunidades cristãs perseguidas a contemplar o futuro da história na sua etapa final: a reconstrução da utopia e da esperança, a reconstrução da consciência da comunidade.

Ele coloca fermento na massa para criar um novo pão, o pão que alimenta o esperar na resistência. Vamos ouvi-las:

“Vi então um novo céu e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra se foram, e o mar já não existe. Vi também descer do céu, de junto de Deus, a Cidade santa, uma Jerusalém nova, pronta como uma esposa que se enfeitou para seu marido. Nisto ouvi uma voz forte que, do trono, dizia:

“Eis a tenda de Deus com os homens.

Ele habitará com eles;

Eles serão o seu povo,

E ele, Deus-com-eles, será o seu Deus.

Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos,

Pois não mais existirão morte, luto, clamor, e dor não mais existirá.

Sim! As coisas antigas se foram!”

O que está sentado no trono declarou então: “Eis que faço novas todas as coisas”. E continuou: “Escreve, porque estas palavras são fiéis e verdadeiras”. (Ap. 21,1-5).

A voz forte afirma: *as coisas antigas se foram*, e o próprio Deus confirma: *faço novas todas as coisas!* Há uma oposição entre o universo antigo e o novo. Cinco frases ajudam a compreender: *o mar já não existe - não mais existirá morte - não mais existirão luto, clamor, dor - maldição não existirá mais - noite não existirá mais* (Ap. 21,1.4.25; 22,5).

Não existirá mais, o fermento está soprando, levedando na massa preparando-a a ser pão. O mar símbolo do abismo, do caos, de tudo o que ameaça a vida será aniquilado. Assim como a noite sinônimo de trevas será derrotada definitivamente porque: *a glória de Deus a ilumina, e sua lâmpada é o Cordeiro* (Ap. 21,23). Aniquilado o mar, derrotada a noite, a morte será vencida porque neste novo universo a vida tem a primazia. Nas palavras escutamos o clamor coletivo da humanidade que como no Egito sobe até Deus e o faz descer. O céu desce e se encontra com a terra: há um novo céu e uma nova terra onde já não existe mais opressão, exploração, injustiça, perseguição e todas as lágrimas são enxugadas.

João convida a contemplar o abraço do céu com a terra: Nossa Casa Comum reconciliada acolhe e oferece vida a todos os seres vivos. Em seguida orienta o olhar para nova cidade: nova humanidade organizada em favor da vida. O binômio cosmo-cidade expressa as duas dimensões da história humana: a casa comum e a humanidade. A história humana não se reduz a sociedade de mulheres e homens, como a ecologia não se reduz somente à natureza.

“Paz, justiça e conservação da criação são três questões absolutamente ligadas, que não se poderão separar, tratando-as individualmente sob pena de cair novamente no reducionismo”. Tudo está relacionado, e todos nós, seres humanos caminhamos juntos como irmãos e irmãs numa peregrinação maravilhosa, entrelaçados pelo amor que Deus tem a cada uma das suas criaturas e

que nos une também, com terna afeição, ao irmão sol, à irmã lua, ao irmão rio, e à mãe terra... Tudo está interligado. Por isso, exige-se uma preocupação pelo meio ambiente, unida ao amor sincero pelos seres humanos e a um compromisso constante com os problemas da sociedade.” (LS n 92; 91).

É interessante notarmos que o movimento é do céu descendo para terra. Neste descer Deus colocará sua tenda, sua morada na humanidade. A nova cidade não terá portas pois não haverá exclusões, preconceitos, discriminações, todos e todas poderão circular em igualdade e reciprocidade. Não haverá templo, todas as distinções e separações desaparecerão. Desaparece a distinção entre sacro e profano, entre sacerdote e leigo, entre homem e mulher, entre cristão e não cristão. A nova cidade é a nova comunidade universal, o novo povo, a nova sociedade, a nova humanidade atuando o projeto histórico de Deus no novo céu e na nova terra.

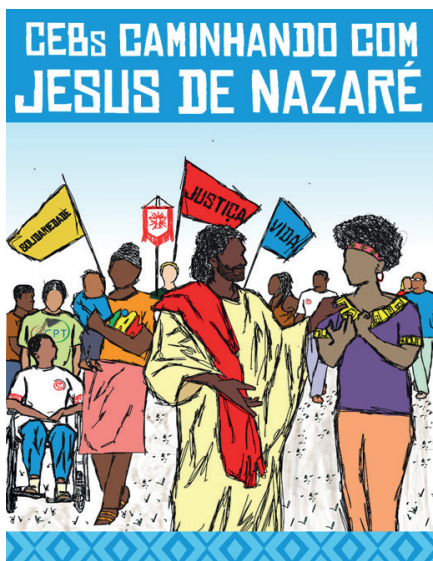
João ao mesmo tempo que convida a contemplar a utopia realizada convida à resistência ativa. Resistência que se alimenta e fortalece no convite: *a quem tiver sede darei gratuitamente da fonte de água viva* (Ap 21,6). Resistência que encontra vida e gera vida: *“No meio da praça, de um lado e do outro do rio, há árvore da vida que frutificam doze vezes, dando fruto a cada mês; e suas folhas servem para curar as nações.”* (Ap. 22,2).

O pão está quase pronto, seu perfume saboroso já se desprende do forno e enche a casa. Assim o futuro que surge no fim da caminhada e já presente no hoje da história, vem como dom de Deus e como fruto da luta do povo que resistiu na perseguição permanecendo fiel. O futuro que Deus oferece está em gestação no escondido da história, assim como o fermento escondido na massa. Sua semente está no passado do povo que é acordado pela promessa escutada no presente.

“Porá sua morada entre eles e elas e serão povo dele, e ele será o Deus-com-eles, o Deus-com-elas ... Eu serei Deus para ele, ela e ele, ela será filho, filha para mim.” (Ap. 21,3.7).

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

“E a palavra se fez carne e habitou entre nós; e nós vimos sua glória, glória que ele tem junto do Pai com Filho único” (Jo. 1,14).



Jesus de Nazaré é esta palavra feita nossa carne que ao se colocar como fermento na massa torna presente na história a utopia do profeta do pós-exílio e antecipa a profecia apocalíptica de João. Ao proclamar: *“Cumpriu-se o tempo, o Reino de Deus está próximo”* (Mc. 1,15) enxerta na história humana os céus e a terra nova. Ao proclamar na sinagoga de Nazaré, após ter lido o profeta Isaias: *“Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem das Escrituras”* (Lc. 4,21) declara que sua missão é a presença do céu e terra

nova. Ao proclamar no monte: *“Bem-aventurados os pobres, os humilhados, os que choram, os famintos, os misericordiosos, os puros de coração, os fazedores de paz, os perseguidos ...”* (Mt. 5,3-10) antecipa o *não existirá mais* da utopia do João. Utopia possível porque o Cordeiro imolado, mas de pé nos garante sua plena realização.

“Ide e fazei as nações minhas discípulas ... Recebeis uma força, a do Espírito Santo que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda Judeia e Samaria, e até os confins da terra” (Mt. 28,19; At. 1,8). O Ressuscitado envia os discípulos e discípulas a darem continuidade à sua missão.



PARA REFLETIR:

- **Reler Isaiás 65,13-25 aplicando aos versículos a pedagogia do fermento: ser um entre outros; ser discreto; fazer crescer, transformar; criar espaços para o Espírito.**

- *Apocalipse 21,1 retoma a profecia de Isaías, e ao mesmo tempo, aprofunda em quais aspectos?*
- *Como seria atualizar esta mensagem para a realidade de sua comunidade?*

2.1.2. O rio do rito

1. CEBs, ensaio e antecipação dos novos céus e nova terra

Jesus passou 30 anos de sua vida em Nazaré observando, lendo os acontecimentos, interpretando, penetrando na vida do povo. Ele viveu a pedagogia do fermento.

Em Nazaré percebeu que a estrutura de dominação do Império Romano, a estrutura religiosa do judaísmo formal oficial havia desintegrado e quebrado as relações da “casa”, as relações no seio de cada clã/família. A memória histórica do êxodo, dos profetas, dos *ánawîm* (os pobres de Deus), da utopia do Reino “novo céu e terra nova” o levou a se deslocar da vila de Nazaré e percorrer os caminhos da Galileia, Samaria, Judeia para reconstruir as relações da “casa”, iniciar no aqui e agora os sinais do céu e terra nova. Na sinagoga de Nazaré ao proclamar: *hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem das Escrituras* (Lc. 4,21) inaugura o tempo novo, que com Ele já começou, mas que irá se realizar no cotidiano da história até sua plenitude no Reino.

O Movimento de Jesus é continuidade desta utopia: reconstruir as relações na casa e viver a utopia do Reino. Os pequenos quadros nos Atos dos Apóstolos nos falam deste sonho, dos primeiros passos, experiências ousadas com seus acertos e desacertos, buscando, por isso foram chamados ‘Os do Caminho’ (At. 2,42-47; 4,32-35; 5,12-16).

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

Quando nos debruçamos sobre os escritos do Segundo Testamento nos chama a atenção a rapidez com que a mensagem de Jesus Cristo vai se expandindo e se fazendo presente num grande número de cidades. Os primeiros cristãos tinham um ardor que os levava a pregar o Evangelho por toda a parte, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades e perigos. Esta difusão da Palavra acontecia na força da Ruah (Espírito). Era a Divina Ruah que movia as discípulas e os discípulos a viverem, a anunciarem a Palavra. Esta vivência do Evangelho gerava as comunidades onde viviam-se relações novas, sinais do céu e da terra nova.

As origens, tudo começou no dia de Pentecostes. Cheios da Divina Ruah, os discípulos e discípulas perderam o medo e saíram para a rua. Temos então o primeiro anúncio público da Boa Nova de Jesus (At. 2,1-36). Esta Boa Nova do Ressuscitado se espalha rapidamente pela Galileia e pela Judeia (At. 2,41.47; 4,4; 5,14; 6,7). Num curto espaço de dez anos, o então chamado “Movimento de Jesus” vai se estabilizando em pequenas comunidades. Sobre este início das comunidades sabemos muito pouco. O livro dos Atos dos Apóstolos pouco ou nada informa sobre estas comunidades da origem. O que podemos perceber é que o centro desta nova proposta de vida são as cidades à beira do mar da Galileia. Nesta fase inicial, os cristãos são todos galileus e judeus que aderiram à proposta do Nazareno. Eles continuavam a fazer sua peregrinação anual a Jerusalém, onde eram bem vistos e tinham a simpatia do povo (At. 2,47). Eram considerados como um dos muitos movimentos de renovação e de contestação no interior do judaísmo. Estas comunidades eram vistas como uma proposta renovadora, à margem do judaísmo oficial, centrado nas sinagogas e na observância da Lei de Moisés. A origem do cristianismo foi na região rural da Palestina. Estas primeiras comunidades, centradas nas casas de famílias, eram animadas e sustentadas por grupos de missionários, missionárias ambulantes.

Eles usavam a Bíblia (Primeiro Testamento), lida e relida com os olhos novos, dados pela Ruah e pela Ressurreição. Esta leitura era feita com as pessoas que se reuniam nas comunidades. Nesta leitura procuravam encontrar os

textos da Escritura que os ajudavam a entender melhor o alcance da novidade que agora estavam vivendo em Cristo. Nesta releitura cristã das Escrituras está a semente daquilo que será mais tarde colocado por escrito nos livros do Segundo Testamento. Onde as palavras da Escritura não eram suficientes, as comunidades começaram a recordar os gestos e as palavras do próprio Jesus, para que servissem de formação, de animação e de orientação na caminhada das comunidades (At. 10,38; 11,16).

Desde cedo umas lideranças do Movimento de Jesus transferiram-se para Jerusalém. Aguardavam o retorno triunfal do Ressuscitado. Participavam das orações no templo e celebravam nas casas. Aos poucos foram criando uma liturgia própria, centrada numa nova visão da Páscoa. Esta presença em Jerusalém trouxe várias tensões para dentro das comunidades já que o seguimento de Jesus passou a significar uma série de rupturas com as antigas tradições judaicas. Para seguir Jesus era necessário romper com a família, com a sinagoga, com o templo, com o sábado, com a Páscoa, com a circuncisão, com as normas alimentares, com a leitura tradicional da Escritura. Tais gestos radicais começaram a chamar a atenção das autoridades judaicas para os seguidores e seguidoras de Jesus. Começam, os conflitos com as autoridades e a perseguição às comunidades (At. 8,1).

O novo jeito convive com o antigo, mas percebemos uma semente de divergência dentro das comunidades e que, ao longo dos anos, foi se acentuando. Era uma divergência que já vinha do judaísmo. Havia uma vivência religiosa judaica na Palestina, centrada no templo e nas sinagogas. E havia uma vivência religiosa nas comunidades da diáspora, ou seja, nas comunidades judaicas que não viviam na Palestina. Esta divergência se refletiu na vida das primeiras comunidades cristãs. De um lado, havia comunidades que seguiam a liderança de Tiago e dos irmãos de Jesus, com uma vivência cristã mais judaica, reforçada na fidelidade à Lei e às tradições dos Antigos (cf. Mc. 7,5; Gl. 1,14), no respeito ao templo, à sinagoga, ao sábado e às normas alimentares. De outro lado, havia comunidades que seguiam a liderança de Pedro e dos Doze, mais abertos às novidades trazidas por Jesus, fazendo uma leitura

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

diferente das Escrituras e acolhedores dos judeus helenizados, aceitando a presença de judeus oriundos da diáspora, como Estevão, Barnabé e Saulo e que nas casas ensaiavam novo jeito de conviver.

A partir dos conceitos presentes nos primeiros escritos cristãos, podemos perceber o desenvolvimento de um processo formativo para as pessoas que se apresentavam para entrar no seguimento de Jesus. Elas eram atraídas pelo anúncio (kerigma) feito pelo testemunho das comunida-



des. Este anúncio provocava a conversão (metanoia) das pessoas, levando-as a uma radical mudança de mentalidade e discernindo sobre as rupturas exigidas pela adesão a Jesus. Todo este processo era acompanhado pela formação e pela instrução (catechein), dada pelas testemunhas oculares ou pelos ministros e ministras da Palavra. Durante este tempo, a pessoa era avaliada a respeito da sua inserção comunitária e de sua capacidade de assumir a proposta da comunhão fraterna (koinonia). Uma vez admitida aos rituais do batismo e da partilha do pão (leiturgia), a pessoa assumia os serviços comunitários (diakonia) e o testemunho público (martyria). O tempo novo inaugurado por Jesus de Nazaré, confirmado por sua paixão, morte e ressurreição é agora presente na história pelo testemunho das pequenas comunidades, semente das futuras CEBs.

Mais tarde a cidade de Antioquia se tornou um novo centro de irradiação da Palavra de Deus e de lá passaram a anunciar a Boa Nova para outras cidades e regiões (At. 9,29-30). Neste período, as comunidades começaram a despertar para sua própria identidade. No entanto, os primeiros a perceberem que havia uma diferença entre as comunidades tradicionais judaicas e as novas comunidades dos seguidores e seguidoras de Jesus Cristo não foram os próprios membros das comunidades, mas sim os outros, os de fora. Foi o povo de Antioquia que percebeu esta diferença. E, para distingui-los dos demais

judeus, pela primeira vez, os seguidores de Jesus passaram a ser chamados de cristãos (At. 11,26). A partir do nome dado pelo povo, as comunidades nas cidades greco-romanas começaram a dar-se conta de sua nova identidade. Em outras palavras, a crise provocada pela mudança da conjuntura favoreceu uma nova missão, a atividade das equipes missionárias nas grandes cidades do império greco-romano. Os primeiros cristãos souberam ler os sinais dos tempos e dar uma resposta adequada.

No modelo proposto em Atos através da atividade de Paulo, a mensagem de Jesus é transmitida e vivida em comunidades. Evangelizar é criar e manter comunidades. Atos deixa claro que, em muitos lugares, Paulo e sua equipe simplesmente continuaram o trabalho já iniciado por outras pessoas. Por exemplo, quando Paulo chega a Corinto se hospeda na igreja que se reúne na casa do casal Áquila e Priscila. A trajetória deste casal em Atos mostra a grande mobilidade das famílias cristãs nas cidades do império. Áquila e Priscila se converteram em Roma. Expulsos de Roma na perseguição de Cláudio foram para Corinto. Lá, abriram uma nova casa e, ao mesmo tempo, surge uma nova comunidade. Depois hospedam Paulo, que se junta a eles na ação missionária. A pedido de Paulo, Áquila e Priscila vão para Éfeso. Segundo Atos, o casal é fundador da igreja em Éfeso. Quando, mais tarde, Paulo vai para Éfeso, se hospeda na casa deles, de onde escreve a carta aos coríntios. Por lá passou também Apolo, vindo da comunidade de Alexandria, no Egito (At. 18,24-28). Apolo recebe de Priscila instruções mais seguras a respeito de Jesus. As comunidades que se reuniam nas casas eram, ao mesmo tempo, centro de celebrações e de instrução.

Atos descreve esta impressionante expansão missionária nas três viagens feitas pela equipe missionária. Também as cartas autênticas de Paulo nos ajudam a entender esta etapa da vida das igrejas. Estas viagens marcam a passagem do Evangelho de uma realidade do mundo rural e cultural judaico para o mundo cosmopolita das grandes cidades da cultura greco-romana. Aos poucos as comunidades vão abandonando as sinagogas e surgem ao redor das casas nas periferias das cidades helenistas. Esta passagem foi marcada por for-

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

te tensão entre os cristãos vindos do judaísmo com os novos cristãos vindos do helenismo.

As comunidades tiveram que passar por um lento e doloroso processo de conversão interior. A mensagem do Evangelho era assumida agora por um único povo de Deus, formado pelas mais diferentes culturas e etnias. Toda identidade se constrói através de processos. Para as comunidades, o grande caminho para encontrar um denominador comum foi o sínodo (caminhar juntos). Quando surgiram as tensões entre Antioquia e Jerusalém a respeito da comunhão de mesa entre cristãos vindos do judaísmo e os novos cristãos vindos do helenismo, uma delegação de apóstolos de Antioquia foi ao encontro da comunidade de Jerusalém. Num debate aberto e fraterno, as posições de Antioquia, de uma total comunhão de mesa, superando as normas alimentares dos judeus, foram vencedoras. Tiago e a comunidade de Jerusalém não mais exigiram dos helenistas convertidos a estrita observância da Lei de Moisés. A abertura aos helenistas foi vitoriosa (At. 15,1-21; Gl. 2,6-12).

Neste período inicial foi de grande importância a presença e atuação das mulheres. Na cultura judaica havia sérias restrições à presença de mulheres nas sinagogas. Mas nas casas elas concelebravam com seus maridos nas cerimônias pascais. Até hoje a Páscoa é celebrada assim entre os judeus. Já na cultura grega as mulheres eram totalmente proibidas de qualquer presença ativa no espaço público. A sua função era a vida doméstica. Desta forma, a mulher só poderia ter um papel ativo na vida das comunidades, se estas funcionassem dentro das casas de família. É aqui que percebemos a importância das comunidades como igrejas domésticas. A criação destas igrejas domésticas possibilitou maior influência e participação das mulheres na vida das comunidades.

Algumas casas foram transformadas em igrejas. Ora, para que uma casa se transformasse em igreja, deveria haver total comunhão entre marido e mulher que, desta forma, presidiam as celebrações dentro da casa renovada. É sintomático que quando Paulo manda saudações para uma Igreja, geralmente cita o nome do casal. Assim ficamos sabendo da igreja que se reúne na casa

de Áquila e Priscila, de Filemon e Ápia; de Andrônico e Júnias; de Filólogo e Júlia (Rm. 16,3-16).

Sabemos também de casas cristãs que eram dirigidas apenas por mulheres, como a casa de Lídia em Filipos ou a casa de Ninfa em Laodiceia. Aqui poderíamos destacar a casa de Tabita, uma discípula de Jesus que coordenava um grupo de viúvas em Jope (At. 9,36-43). Elas se reuniam para orar e trabalhar na confecção de roupas para os pobres. Quando Paulo encerra sua longa carta aos romanos (Rm. 16,1-16), envia uma série de saudações para um grande número de pessoas. Nestas saudações podemos perceber uma série de mulheres que ocupam postos e ministérios importantes na vida das comunidades. Em primeiro lugar a carta é colocada nas mãos de Febe, diácona das comunidades de Cencreia. Manda lembrança para seus colaboradores Priscila e Áquila. Saúda certa Maria “que muito trabalhou por vocês”. Manda lembranças para o casal Andrônico e Júnias, “companheiros de prisão e apóstolos importantes”. Saúda várias mulheres, como Trifena, Trifosa, Pérside, que muito trabalharam pelo Senhor. Estas e outras afirmações mostram que as mulheres ocupavam funções importantes na vida e na organização das comunidades. Vemos que Paulo fala com toda a naturalidade de mulheres que são discípulas, diáconas, colaboradoras, apóstolas, companheiras e trabalhadoras na vinha do Senhor. Nesta fase da vida das comunidades, as mulheres aparecem aqui como elos vivos na rede formada pelas casas e igrejas domésticas. São colaboradoras fiéis do ministério apostólico e responsáveis pela expansão do Evangelho no meio das cidades. Não somente ajudam, mas lideram a organização, a animação celebrativa, de tal modo que estas comunidades buscaram viver, na radicalidade do batismo, a igualdade entre mulheres e homens.

PARA REFLETIR:

- **“O novo jeito convive com o antigo”:** como percebemos isso nas CEBs da nossa região?
- **Quais os desafios que esta realidade apresenta para as CEBs?**

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

- *“As comunidades tiveram que passar por um lento e doloroso processo de conversão interior”. Concretamente hoje, que caminho de conversão as CEBs devem percorrer?*
- *Como o apóstolo Paulo que saúda as mulheres protagonistas na evangelização, vamos também reconhecer o protagonismo das mulheres nas CEBs. Quem são elas? O que sabemos de suas histórias? Que feitos importantes devem ser contados para alimentar a nossa memória viva da caminhada?*

2. Casa: Igreja doméstica

Saulo se torna Paulo no caminho de Damasco quando penetra no mistério que lhe se revela no caminho e na comunidade: “Quem és? Eu sou Jesus a quem persegues” (At. 9,5ss). Compreende que o Movimento do Caminho, a comunidade é concretização histórica da utopia de Jesus de Nazaré: reconstruir a “casa” sinal e presença de novo céu e de terra nova. E, na sua itinerância vai viver isso, vai fazer sua esta utopia, este sonho, abrindo picadas, ousando inculturar.



Enxertado no mundo greco-romano a “casa” se torna a “eklesia” – “igreja”. A sua Nazaré vai ser a periferia, o mundo do trabalho manual, sua opção para se identificar com os últimos, com Jesus de Nazaré. Deste lugar social anuncia o Evangelho de Deus, que é de Deus, a Boa Notícia de Jesus (1Ts. 2,1-7) e convida a constituir “eklesias” alternativas à eklesia das cidades. Em 1Cor. 1, 26-31, de-

lineia o retrato dessa eklesia alternativa expresso magistralmente na profissão batismal de Gl. 3,28: “Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus”.

Na comunidade, *eklesia* alternativa à *eklesia* (assembleia) da cidade, as relações são transformadas, vive-se a circularidade dos bens, do poder, do saber, dos afetos, das relações: ser cristão é ser membro do corpo de Cristo comprometido em fazer circular a vida (1Cor. 12,12ss), a não se amoldar à lógica do mundo (Rm.12,2), a proclamar a cidadania da liberdade, da igualdade (Gl. 5,1).

As CEBs ao ensaiar uma nova *eclesiologia* continuaram a ‘tradição’ de Jesus, do Movimento de Jesus, da picada aberta por Paulo. Sonhar as CEBs é sonhar esta utopia, jeito normal da Igreja ser. Isso nos convida e desafia a não ficar no sonho saudoso, mas retomar com fé, ousadia e firmeza a caminhada.

Colocar-se a caminho, entrar nas “casas” para reconstruir as relações. “Casa”, pequenos grupos que se deslocam, se enxertam nas realidades concretas, criando espaços alternativos que permitem a experiência de relações novas, relações de cura, restituição da dignidade, identidade, que ajudem a perceber as pequenas luzes presentes, os valores culturais e identitários, o compromisso com a justiça, a salvaguarda da criação, o *bem viver*, sinal do novo céu e da nova terra.

Como concretizar isso, que passos dar? Colocar-nos a caminho visitando casas, situações, grupos, realidades sociais e eclesiais. Convocar para reflexão e partilha da Palavra, da vida, para celebrar os acontecimentos, fazer memória. Constituir grupos que sejam espaço e experiência de novas relações, de relações circulares (bens, poder, saber, afetos...). Espaços alternativos de testemunho na sociedade (desagregada), na igreja (triumfalista – de grandes eventos) de compromisso de transformação pessoal, grupal, de articulação e rede com outras experiências ecumênicas, inter-religiosas e os/as que amam e servem à vida.

“O Reino de Deus está no meio de vós... Olhai”. Colocar-se a caminho, entrar nas casas hoje, podemos denominar isso de “Igreja doméstica”.

Que queremos dizer quando dizemos “Igreja doméstica”?⁶¹ Entendemos por “Igreja doméstica” a vivência cotidiana da fé cristã de forma autônoma e corresponsável, no dinamismo concreto da vida dos convertidos e convertidas ao Reino de Deus. Trata-se de realidade iluminada e impulsionada pela fé que se torna seguimento de Jesus, cultivada no seio da dinâmica interna da vida familiar, com seus múltiplos desdobramentos para a vizinhança, o bairro, a comunidade, o trabalho, a participação nos movimentos populares, nas pastorais, na política, enfim, em todos os âmbitos da vida eclesial e na sociedade. Compreende-se, portanto, como um cultivo diário da vida nova, do jeito de viver e conviver, que vai se moldando, se transformando e se purificando continuamente na olaria da experiência do amor de Deus e do amor compartilhado na família e na sociedade.

Realidade, conseqüentemente, muito mais ampla do que o que é vivido e compartilhado no espaço do templo. Tudo o que é refletido e vivido no templo, na leitura da Palavra de Deus, nas dinâmicas impulsionadas pela comunidade de fé, visa a alimentar os horizontes da “Igreja doméstica” como lugar próprio para internalizar o sentido de ser cristão.

A “Igreja doméstica”, como expressão da inquieta e criativa vivência da fé cristã no cotidiano da vida das pessoas, está muito presente nas origens. O próprio Jesus, de muitas maneiras, deixou-se fecundar pelo húmus da experiência doméstica cotidiana para expressar o dinamismo do Reino de Deus presente e atuante no meio de nós (Mt. 7,24-27; 13,33). Ele muitas vezes utilizou o espaço da casa, o círculo familiar, para vivenciar a fé com seus discípulos e discípulas (Mc. 14,12-25). Ao envolver seus seguidores e seguidoras na missão, deu atenção primária para a realidade vivida nas casas (Mc. 6,10-12).

O livro dos Atos dos Apóstolos, ao narrar a vida dos primeiros cristãos, descreve a experiência de Pentecostes no espaço da casa e não do tem-

⁶¹ Cf.: GUIMARÃES, Edward; SBARDELLOTTO, Moisés. <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/605811-igreja-domestica-e-em-saida-digital-horizontes-novos-para-a-vivencia-da-fe-crista-artigo-de-edward-guimaraes-e-mois-es-sbardelotto>

plo (At. 2,1-4), e a das primeiras comunidades cristãs o faz enquanto “Igreja doméstica” (At. 2,42-47).

A grande referência de atuação dos apóstolos, sobretudo Paulo, ao formar comunidades cristãs era o espaço da casa e não o do templo (Rm. 16,5; 1Cor 16,19; Cl. 4,15). No centro da experiência da fé cristã está a gratuidade da iniciativa do amor divino que nos torna membros da família de Deus: somos filhos e filhas do mesmo Abbá querido e, portanto, chamados a viver como irmãos e irmãs, enraizados em Cristo Jesus (1Jo. 4,7-9.19-21).

A “Igreja doméstica” em contexto de pandemia com as exigências sanitárias do “ficar em casa” impulsionou a tomada de consciência da centralidade da “Igreja doméstica” no dinamismo da vida cristã. Colocou na pauta das discussões e reflexões teológico-pastorais o sentido e o papel da “Igreja doméstica” no conjunto da ação evangelizadora e na missão do Reino. No entanto, importa dizer que a “Igreja doméstica” não surge como uma saída emergencial, espécie de via secundária que se recorre em contextos especiais quando se está impedido de utilizar a via principal da paróquia e da centralidade do templo e do clero. Ao contrário, a “Igreja doméstica” impõe-se como o lugar do cultivo da intimidade, da internalização afetiva e efetiva e do aprofundamento da experiência da fé cristã. E, se observarmos com atenção, ela é, na verdade, a “Primeira Igreja” que desabrocha nas Comunidades Eclesiais de Base. O Documento de Aparecida retomando Medellín assim as define:

“... escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At. 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de fé e evangelização.” (DAp. 178)

Quando a família não tem boa estruturação e equilíbrio afetivo, social e econômico, a vida das crianças, das mulheres, dos idosos e das pessoas mais fragilizadas são envolvidas em situações trágicas de descaso, abandono e vio-

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

lência. O espaço doméstico é onde a maioria das pessoas aprende os princípios e os valores básicos e estruturantes para a vida, onde se testemunham e se cultivam as relações. A “Igreja doméstica”, como qualquer outra realidade humana, é marcada pela ambivalência humana e, portanto, necessita de caminhos de conversão. Se na Igreja, nas relações que se concretizam na diocese e na paróquia, pode ser reconhecido o grave problema do clericalismo, na família acontece o patriarcalismo, a violência doméstica, dentre outras mazelas.

Toda a Igreja é realidade sempre carente de reforma e conversão. Nesse sentido, pode-se dizer que uma evangelização que não contemple, valorize e trabalhe as relações humanas, seja no espaço da estrutura, seja no espaço doméstico familiar, não atinge, de fato, a vida concreta das pessoas, o coração dos convertidos e convertidas, o centro de irradiação de suas vidas. Igreja doméstica é um indicador decisivo para a ação evangelizadora. Não se pode pretender que a “Igreja doméstica” seja evangelizada com uma pastoral de massa, com uma dinâmica de megatemplos, de grandes aglomerações, mas através da formação e animação das Comunidades Eclesiais de Base que alimentam sua caminhada nos círculos bíblicos e pequenos grupos de reflexão, na prática da partilha e ações de solidariedade, nas romarias e celebrações. A “Igreja doméstica” assim evangelizada se torna evangelizadora, célula base das comunidades eclesiais de base. Sua autonomia é alimentada pela articulação com a paróquia, a diocese ou regional, mas por mais diretrizes e orientações que recebam da Palavra de Deus e da estrutura eclesial, não podem ser nem uniformizadas, nem controladas pelo clero.

É uma realidade na qual os cristãos leigos e leigas são os sujeitos condutores de seus processos internos, são os verdadeiros artífices, cuidadores, zeladores, guardiões. Há que haver o cultivo da confiança na presença de Deus, sempre caminheiro conosco, e na própria liberdade-responsabilidade de cada um. A “Igreja doméstica” favorece a emergência de sujeitos adultos, que refletem, filtram, interpretam, internalizam, dialogam e livremente se comprometem com a práxis cristã. Por tudo isso, a “Igreja doméstica” deve ocupar o centro das atenções e das preocupações da ação evangelizadora

da Igreja. Neste sentido, ela deve ser considerada um indicador concreto do nível de qualidade da vida cristã e da ação evangelizadora.

PARA REFLETIR:

- “Igreja doméstica”: Como ressoa em sua região esta expressão?
- Qual a relação entre CEBs e Igreja doméstica?
- A “Igreja doméstica” foi apenas uma opção no tempo de pandemia ou é uma célula da Igreja Povo de Deus? Vamos conversar?

2.2. A missão das CEBs no contexto atual a serviço da vida plena

1. CEBs, Igreja em saída na vivência da sinodalidade



Desde o Concílio Vaticano II, a temática da sinodalidade tem sido um desafio para a Igreja que Deus espera neste terceiro milênio. Na gênese das CEBs, identificamos esse DNA: “Todos e todas são chamados a caminhar juntos”. A sinodalidade expressa, portanto, a comunhão e participação numa Igreja em saída para todas as periferias ao encontro de Deus sempre presente no meio e na luta dos pobres marginalizados e oprimidos.

Na América Latina, o compromisso pastoral da sinodalidade

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

nas CEBs busca compreender a vivência da missão evangelizadora em uma “Igreja em saída”, tendo como referência o Sínodo para a Amazônia que nos aponta para a proposta do *bem viver* e *bem conviver* vinda dos povos originários (Quéchua, Aymara, Mapuche, Guarani...), inspiradora de uma nova civilização focada no equilíbrio e na centralidade da vida que visa uma ética do cuidado com a Casa Comum. Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano, incluindo o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o sol, a lua e as estrelas em profunda comunhão com a Pachamama, com as energias do universo e com Deus na relação fé e vida.

“Nesse contexto, os povos indígenas da Amazônia expressam a autêntica qualidade de vida como um ‘bem viver’, que implica uma harmonia pessoal, familiar, comunitária e cósmica e manifesta-se no seu modo comunitário de conceber a existência, na capacidade de encontrar alegria e plenitude em uma vida austera e simples, bem como no cuidado responsável da natureza que preserva os recursos para as gerações futuras. (...) Sabem ser felizes com pouco, gozam dos pequenos dons de Deus sem acumular tantas coisas, não destroem sem necessidade, preservam os ecossistemas e reconhecem que a terra, ao mesmo tempo em que se oferece para sustentar a sua vida, como uma fonte generosa, tem um sentido materno que suscita respeitosa ternura” (QA 71).

PARA REFLETIR:

- **Quais são os sinais de uma Igreja sinodal vividos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na sua convivência cotidiana?**
- **Em que a proposta do Bem viver dos povos originários contribui para a caminhada profética das CEBs hoje?**

2. CEBs e o cuidado da Casa Comum

No magistério do Papa Francisco, aparece claro uma visão global de que seres humanos, natureza e ambiente, criação e sociedade estão ligados

entre si: “Ecologia humana e ecologia ambiental caminham juntas” (Francisco. Audiência Geral, 5 de junho de 2013). Na *Laudato Si’*, o Papa convida homens e mulheres de boa vontade a considerar bem as suas responsabilidades para com as gerações futuras, ou seja, como imaginar o *bem viver* para si e para seus descendentes e agir de modo consequente para assegurar que todas as pessoas tenham água limpa para beber, ar puro para respirar, possam levar uma vida digna, ter acesso aos bens do desenvolvimento integral e sustentável, boas condições de saúde e possam continuar se relacionando com a criação, da qual são partes.

As atividades do ser humano mudaram o planeta, e, para se alcançar a sustentabilidade, requer-se, de um lado, a diminuição do consumo, sobretudo do excessivo e do supérfluo, e, de outro, a redução das gritantes desigualdades sociais. Desafio para as CEBs do Brasil, da América Latina e do Caribe tem sido transformar a ética do egoísmo à ética do cuidado. Pois, o sistema que exilou a ética da responsabilidade e do cuidado do âmbito de várias dimensões da vida, fez com que a estruturação e justificação de tudo que constitui o arcabouço de civilização atual tenham como âncora o imperativo do lucro e coloquem as ciências e a própria vida a seu serviço.

Esperamos que a vivência da sinodalidade, da missionariedade e do diálogo nas CEBs, possam suscitar práticas de cuidado com a Nossa Casa Comum, ponto central do sínodo da Amazônia, e que nossas comunidades eclesiais de base participem na busca de uma vida sustentável pautada nas reivindicações pela defesa dos biomas com suas matas e seus rios, saneamento básico, despoluição dos rios, programa de coleta seletiva dos lixos, priorizar meios de transportes de massa com utilização de fontes limpas de energia, que sejam criadas ciclovias e incentivos do uso de bicicletas, parques de lazer nas cidades, plano diretor que trate das necessidades ecológicas com a participação da população, criação e fortalecimento de Conselhos Municipais para o Meio Ambiente. A busca desses direitos pode estimular mais ainda as nossas comunidades eclesiais a entrarem neste caminho sinodal do cuidado

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

para com a Casa Comum, pois, “a criação geme como em dores de parto” (Rm 8,22).

PARA REFLETIR:

- *O nosso Planeta Terra, a Pachamama, é dom do Deus Pai-Mãe Criador. Como as CEBs estão assumindo o cuidado da Nossa Casa Comum?*
- *Quais seriam os passos concretos para uma conversão ecológica das CEBs?*

3. CEBs, na busca do “bem viver”.

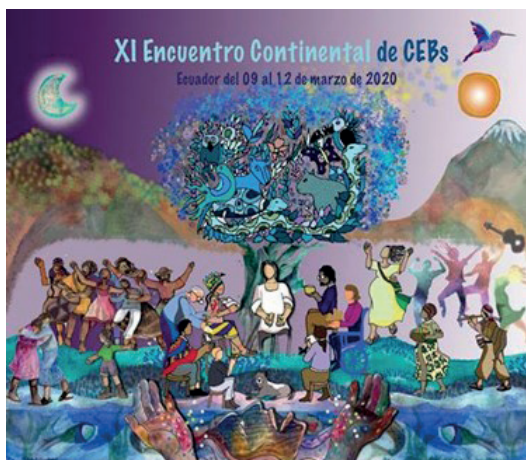
O Papa Francisco, na Exortação Apostólica pós-sinodal Querida Amazônia, fez referência ao *bem viver* por duas vezes. No primeiro momento, o papa cita os povos nativos quando se refere à Amazônia como um local de diálogo social para encontrar formas de comunhão e luta conjunta. “E a grande questão é: como imaginam eles o ‘bem viver’ para si e para seus descendentes?” (QA 26).

O “bem viver” tornou-se a alternativa mais importante que se tem para sair do capitalismo e superar o paradigma tecnocrático (LS 109-110), uma posição clara nos gritos contra a “economia da exclusão e da desigualdade” (EG 53-60). Esse tipo de sociedade, fruto da ideologia burguesa, considera a situação financeira como sendo mais importante para se estabelecer o bem-estar das pessoas, mas isto não passa de “um dogma de fé neoliberal” (FT 168). O “bem viver” vai mais além, trata-se de viver e conviver com harmonia, felicidade e dignidade.

“Viver feliz e com dignidade e conviver de forma harmoniosa consigo, com os outros e com o meio-ambiente pressupõe a garantia de direitos fundamentais do cidadão e da pessoa humana, em especial os seguintes: terra, moradia e trabalho. Isso significa dizer nas palavras do Papa Francisco, ‘nenhuma família sem

moradia, nenhum agricultor sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá'. É nesse momento que a teoria do Bem Viver se encontra com a atual Doutrina Social da Igreja de Francisco” (Disponível em <https://midianinja.org/danielzen/terra-teto-e-trabalho-a-doutrina-social-da-igreja-de-francisco-e-a-teoria-do-bem-viver/> Acesso em 07/01/2021).

O Papa Francisco, em sua conversa com os movimentos populares no ano de 2014, em Roma, afirmou que “o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, teto e trabalho são direitos sagrados. Reivindicar isso não é nada raro, é a Doutrina Social da Igreja”. No contexto latino-americano e caribenho, a missão das CEBs torna-se continental ao inserir no seu plano de ação o que propuseram os movimentos sociais, em julho de 2015, na Bolívia e que se tornou princípio no encontro de 2 a 5 de novembro de 2016 no Vaticano: “O fim à privatização da água; a defesa da soberania alimentar; o salário social universal; a inviolabilidade da casa familiar; a criação de uma rede de mobilização contra os casos de injustiça e perseguição em qualquer país do mundo”. Portanto, as relações entre Igreja e movimentos sociais estão na agenda das CEBs.



mas também para toda a criação. Ecologia, sustentabilidade e preocupação com a Casa Comum estão na agenda da Teologia da Libertação. A luta pela

Hoje, o processo de libertação na América Latina e no Caribe não é só sobre a pobreza em nível socioeconômico-político, mas também em nível antropológico e cultural - sobre gênero, raça e etnia - interligado com a natureza e a biodiversidade. Por isso, a libertação passou a ser entendida não só para seres humanos,

justiça e a luta pela natureza e pela biodiversidade tornou-se uma preocupação teológica. Tudo está interligado: ser humano em comunhão com toda natureza e com o cosmos.

A prática do “bem viver” dos povos indígenas da América Latina e do Caribe tornou-se uma alternativa para todo o conjunto da sociedade no enfrentamento à ideia moderna de “progresso”, uma ideia burguesa discriminatória e violenta na relação dos seres humanos com a natureza que não corresponde ao desenvolvimento histórico das sociedades. “O ‘bem viver’ é um sistema de vida que contrapõe ao capitalismo, porque este último se constitui no modelo de morte e exploração” (Vigil e Casaldáliga, 2012, p.11). E o “bem viver” nos faz sonhar com outro mundo possível, onde o desenvolvimento não é apenas econômico, mas se baseia na sustentabilidade local, com uso racional dos recursos, assegurando o acesso dos mesmos às futuras gerações. Relacionalidade, complementariedade, reciprocidade e correspondência são os princípios do “bem viver”.

A proposta do “bem viver” praticada pelos povos indígenas prima por viver em comunidade, viver em harmonia com as pessoas e com a natureza, compartilhando e trabalhando. Essa utopia é caminho e fim, baseada na convivência em comunidade (bem conviver), na fraternidade e na complementariedade, sem exploradores e explorados, sem marginalizadores e marginalizados. O desafio é a construção de um estilo de vida para que o “bem viver” e o “bem conviver” sejam extensivos a todos os seres vivos, à biodiversidade organicamente entrelaçada: plantas, animais e pessoas, combatendo a fome e a miséria em todas as suas formas. Trata-se de um “bem viver” relacionado com o “bem conviver” em harmonia com as pessoas e com a natureza numa dinâmica de associativismo e trabalho coletivo.

O conceito de vida sustentável se refere a estilo de vida de um indivíduo ou sociedade que pode ser sustentado com a redução de recursos naturais normalmente ligados a meios de transportes, acomodação, fontes de energia e dietas. Portanto, aqui se encaixa a composição do “bem viver”. Consiste dizer que “bem viver” é um viver em comunidade, onde todos os

integrantes se preocupam com todos; é saber alimentar-se, saber combinar os alimentos adequados a partir das estações do ano; “bem viver” é considerar o trabalho como festa, ao contrário do capitalismo onde se paga para trabalhar; é reincorporar a agricultura às comunidades como trabalho na terra, cultivando produtos básicos e orgânicos para a sobrevivência; “bem viver” é proteger e guardar as sementes para que, no futuro, se evite o uso de produtos transgênicos; é distribuir racionalmente a água e aproveitá-la de maneira correta; “bem viver” é valorizar e recuperar a identidade das pessoas que vivem nas periferias das cidades; é lutar por saúde, educação, trabalho, segurança, moradia, transporte e direitos básicos na comunidade. Isso é “bem viver” e “bem conviver”!

Baseado nesta compreensão do “bem viver”, o projeto de partilha “da justa distribuição dos frutos da terra e do trabalho humano não é mera filantropia, é um dever moral, um mandamento” para as CEBs. Trata-se de devolver aos pobres e às pessoas o que lhes pertence. Tudo isso é fruto de uma espiritualidade presente naqueles que se propõem a “viver sob a luz de Cristo”, iluminados pela Palavra de Deus, com todas as suas consequências. Passar por esse processo é aproveitar uma oportunidade única de deixar-se guiar pela pedagogia de Deus, que nos conduz para dentro dele mesmo, rumo ao mistério de sua presença amorosa celebrada e vivida na comunidade e na liturgia.

PARA REFLETIR:

- *Por que a luta pelos direitos sagrados, terra, teto e trabalho é também a luta pelo “bem viver” e “bem conviver”?*
- *Que elementos do “bem viver” já estão presentes na caminhada das CEBs?*

4. CEBs, na alegria do evangelho, sinal de vida plena para todos e todas

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco, convida todos os fiéis para consolidar nova etapa da evangelização. Para isso, faz-se necessário projeto de reforma da Igreja capaz de potencializar a caminhada das CEBs em sua missão de dialogar com o mundo. Pois, elas são uma riqueza da Igreja que o Espírito Santo suscita para evangelizar todos os ambientes e setores no horizonte libertador do Evangelho e de forma integrada com a pastoral orgânica da Igreja particular – diocesana (EG 29). Enquanto sinal do Reino de Deus no mundo, e no caso com o mundo urbano, elas são convocadas a ser fermento, sal e luz na renovação e conversão pastoral da Igreja.

A Encíclica devolve para nós a alegria do Evangelho, quando confiamos que as CEBs são obra de Deus e, no seguimento de Jesus, fazemos a nossa entrega generosa, mantendo a serenidade e confiança na presença do Ressuscitado. Neste embalo, é fundamental fazer memória da caminhada interligada com a promessa abraâmica, a caminhada dos profetas, dos feitos e ensinamentos de Jesus, caminhada da Igreja dos pobres na América Latina com seus profetas e mártires; e ter o cuidado de mapear as experiências urbanas sem abandonar as já vividas pelas CEBs no contexto rural.

Segundo Guimarães (2018), a Encíclica do Papa Francisco nos oferece, pelo menos, dez dicas para o discernimento dos sinais dos tempos na caminhada das CEBs: 1) sair da sua própria comodidade e ter a coragem de alcançar as periferias sociais e existenciais (EG 20); 2) assumir a dinâmica do êxodo, do dom de sair de si mesmo e aprender a consolidar parcerias com outras Igrejas e religiões (EG 21); 3) não excluir ninguém, pois a alegria do Evangelho é para todo o povo (EG 23); 4) desenvolver um acompanhamento pedagógico do processo evangelizador – tomar iniciativa, envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar (EG 24); 5) avançar no caminho da conversão pastoral e missionária cultivando um estado permanente de missão (EG 25); 6) fazer uma opção missionária capaz de tudo transformar em vista da centralidade da evangelização: costumes, estilos, horários, linguagem e estrutura (EG 27); 7) aproximar da realidade das famílias e da vida do povo – verdadeira pedagogia da proximidade (EG 28); 8) concretizar comunhão dinâmica, aberta e

missionária, com processos dialógicos, descentralizados e participativos para que todos sejam evangelizados (EG 31); 9) avaliar e repensar a maneira de comunicar a mensagem diante das características do mundo atual, sobretudo integrar as novas possibilidades trazidas pelas mídias, redes sociais e outros meios de comunicação (EG 34); 10) perceber a importância da integração na pastoral orgânica da Igreja particular onde está inserida para ser fermento na sociedade e no interior da própria Igreja (EG 29).



As pequenas comunidades, mas não tão pequenas assim, são células iniciais da estruturação de uma Comunidade Eclesial de Base que permite ao povo acender a um maior conhecimento da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho. As CEBs, neste caso, são “focos de evangelização, desenvolvimento e libertação” (Puebla 96; Medellín 15,10).

A Comunidade Eclesial de Base (CEB) “é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização” (DM 15,10). As CEBs são um novo modo de ser Igreja e sua missão é fundamentalmente evangelizar. Por isso, toda ação evangelizadora deve explicitar a misericórdia e a iniciativa de Deus de revelar seu amor captado em Jesus com sua atividade profética e fidelidade até a morte na cruz e que irradia na sua ressurreição. Somos chamados, então, a formar comunidades de fé, justas e fraternas, abertas à diversidade cultural. Comunidades estas que mostram que a força e a coragem vêm da união, do amor e da partilha, dos valores e dons que se colocam a serviço, unidas aos movimentos populares para o enfrentamento dos desafios históricos que ameaçam a vida.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

Na América Latina e no Caribe, as CEBs, uma Igreja em saída, assumem o caminho da libertação e da descolonização (decolonização), com rosto próprio: “O rosto de uma Igreja amazônica”, indígena, bororo ou cabaçai, quilombola, camponesa, cidadina; o rosto de uma Igreja nordestina, mineira, capixaba, fluminense, mato-grossense, goiana, paulista, sulista. Esse rosto de Igreja tem como propósito firmar a proximidade e a convivência nas diferentes culturas e lutar para que todos e todas tenham vida plena, desejo expresso por Jesus de Nazaré (Jo 10,10). Por isso, o povo canta: “Somos uma igreja que alegre vai marchando, dia-a-dia, na construção do Reino de Deus, ao encontro do Pai”.

PARA REFLETIR:

- *Como as CEBs enfrentam os desafios do contexto atual a partir da unidade fé-vida-transformação social, para na Alegria do Evangelho, buscar vida plena para todos e todas?*
- *Que traços do Evangelho de Jesus encontramos no rosto das CEBs?*

5. Força missionária das CEBs

Pela força da Palavra, as CEBs são verdadeiras comunidades de discípulos e discípulas missionários, iluminados e comprometidos com a opção pelos pobres, a fim de nos enriquecer com a sua pobreza e fazer da Igreja “a casa dos pobres”. Pois, vivemos num tempo em que somos desafiados, igualmente, a viver testemunhando a fraternidade e a solidariedade de forma efetiva junto aos pobres e marginalizados em todas as circunstâncias da vida. Conforme o Documento de Aparecida, n. 179, citado nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023, essas comunidades são um indicador decisivo para a ação evangelizadora:

“As pequenas comunidades eclesiais missionárias que se formam em ruas, condomínios, aglomerados, edifícios, unidades habitacionais, bairros populares, povoados, aldeias e grupos por afini-

dades devem se configurar como uma verdadeira rede, em comunhão com a Igreja Local (DAp, 179). São compostas por pessoas que se reúnem, movidas pela fé em Jesus Cristo para a escuta da Palavra, buscando luzes para viver a fé cristã em uma sociedade de contrastes (DGAE 2015-2019, n.57; DAp, n. 170ss; 278d). Vencem o anonimato e a solidão, promovem a mútua-ajuda e se abrem para a sociedade e para o cuidado da Casa Comum” (DGAE 2019-2023, n. 84).

As CEBs devem assumir a responsabilidade efetiva de ser a base comunitária da Igreja (DM 15,10) e a paróquia assume um nível de articulação e coordenação da rede comunidade de comunidades. Em uma Igreja em saída, as CEBs, por serem missionárias, estão presentes nos lares e grupos de famílias e se firmam em núcleos comunitários com a composição estrutural de Casa da Palavra, do Pão, da Caridade e da Ação Missionária (CNBB 109).

PILAR DA PALAVRA – As pequenas comunidades são ambientes propícios para acolhida dos que buscam a Deus. A partir do encontro com a Palavra e da experiência de vida fraterna na comunidade, as pessoas são introduzidas no processo de iniciação à Vida Cristã que se desencadeia como um caminho de formação e de amadurecimento da fé, com inspiração catecumenal, nos serviços de catequese e animação bíblica da vida e da pastoral, alimentando um novo jeito de ser Igreja. Encaminhamentos práticos a serem assumidos pela comunidade eclesial: incentivar iniciativas ecumênicas de encontros fraternos e de formação bíblica; fazer da bíblia fonte de estudo, oração, celebração e ação; formação de lideranças leigas que possam coordenar os estudos nas comunidades; assumir a leitura orante da Palavra como método para o contato pessoal e comunitário com a Sagrada Escritura.

PILAR DO PÃO – A liturgia é o coração da comunidade. Na comunidade de fé cultiva-se uma verdadeira vida de oração, enraizada na Palavra de Deus, tendo em Jesus Cristo, o orante por excelência e na Oração do Senhor o paradigma de toda a oração. A liturgia é sempre ato comunitário que exige presença, acolhida das pessoas, cuidado e afeto pelos outros. Em consequência disso, “as comunidades eclesiais que se reúnem em torno da

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

Palavra precisam valorizar o domingo, o Dia do Senhor, como o dia em que a família cristã se encontra com o Cristo. O domingo para o cristão é o dia da alegria, do repouso e da solidariedade” (CNBB 100, 276-277). Em tempos de individualismo extremo, é preciso dar o salto para uma espiritualidade comunitária. Encaminhamentos práticos: resgatar o Dia do Senhor por meio da participação na missa ou celebração da Palavra; incentivar a piedade popular, historicamente construída e enraizada, como caminho de aprofundamento da fé; valorizar o canto litúrgico, o espaço sagrado da comunidade e tudo que diz respeito ao belo como serviço à vida espiritual.

PILAR DA CARIDADE – As questões sociais, a defesa da vida e os desafios ecológicos da atual cultura urbana globalizada têm que ser enfrentadas pelas nossas comunidades e Igrejas particulares em nível local, regional e nacional, em uma postura de serviço, diálogo, respeito à dignidade da pessoa humana, defesa dos excluídos e marginalizados, compaixão, busca da justiça, do bem comum e do cuidado com o meio ambiente, ou seja, nossas comunidades devem ser defensoras da vida do nascituro ao idoso, da Casa Comum ao emprego, saúde e educação: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração” (GS 1). Encaminhamentos práticos: promover a solidariedade com os sofredores nas cidades e permitir o diálogo com a mentalidade urbana; priorizar as ações com as famílias e os jovens, abrindo-se espaços para diferentes formas de vivência da mesma fé; aguçar a atenção às inúmeras e novas formas de sofrimento e exclusão, nem sempre acolhida pela ação caritativa e sociotransformadora já existente; desenvolver grupos de apoio às vítimas da violência; inserir na lista de prioridades o cuidado para com a Casa Comum em sintonia com o magistério social do Papa Francisco; incentivar e apoiar as pastorais sociais; ser a voz dos que clamam por vida digna na luta por terra, trabalho e teto.

PILAR DA AÇÃO MISSIONÁRIA – Um mundo cada vez mais urbano, embora possa assustar, é, na verdade, uma porta para o Evangelho, onde as comunidades cristãs precisam ter um olhar propositivo sobre essa realidade, ciente de que Deus “preparou uma cidade para eles” (Hb. 11,16). Frente a essa realidade, deve ser meta das CEBs consolidar a mentalidade missionária. Pois, a missão é o paradigma de toda a ação eclesial. Só podemos nos imaginar comunidade de fé, que segue os passos de Jesus e busca N’Ele o seu modelo de vida, se formos ao encontro do outro, no seu lugar concreto, anunciando o próprio Senhor com sua presença amorosa. Encaminhamentos práticos: acompanhar de perto a realidade urbana com a criação de observatórios ou organismos semelhantes que percebam os ritmos de vida das cidades, suas tendências e alterações; desenvolver os projetos de visitas missionárias a áreas e ambientes mais distantes da vida da Igreja; dinamizar ainda mais as ações *ad gentes* com o intercâmbio entre as próprias comunidades locais; investir nos jovens para missão, promovendo missões juvenis; investir nos Meios de Comunicação Social; implantar os conselhos missionários nas comunidades; valorizar a dimensão mariana e outras formas de piedade popular na evangelização e missionariedade da Igreja, considerando que Maria foi a primeira missionária.

PARA REFLETIR:

- *Quais os sinais que encontramos nas CEBs enquanto casa da Palavra, do Pão, da Caridade e da Missão?*
- *Tendo presente os pilares da Palavra, do Pão, da Caridade e da Missão, em que as CEBs precisam dar maior atenção?*

6. A fraternidade e a amizade social nas CEBs após a pandemia

O Papa Francisco propõe “a fraternidade e a amizade social” como forma de vida com o sabor do Evangelho. É um convite que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço; nele se declara feliz quem ama o próxi-

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

mo. Trata-se da Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco, preparada para aqueles que andam junto dos pobres, abandonados, doentes, descartados pelo sistema capitalista, enfim, dos últimos. A Carta Encíclica, quando estava sendo redigida, teve a interferência da pandemia da COVID-19, que deixou descoberto as nossas falsas seguranças.

Frente a esta realidade, o 15º Intereclesial nos convoca a reconstruir o mundo em meio a tanto sofrimento e perplexidade: “Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” (Is. 65,17ss). Esta ação de Deus deve acontecer nas CEBs, como Igreja em saída na busca da vida plena para todos e todas, assumindo o compromisso de criar novo céu e uma nova terra, semeando a esperança fundamentada na fé.

“Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente (...); precisamos de uma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos! (...) Sozinho corre-se o risco de ter miragens, vendo aquilo que não existe; é junto que se constroem os sonhos’. Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos dessa mesma terra que nos abriga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos” (FT 8).

O mundo globalizado nos torna cada vez mais vizinhos, mas não nos faz irmãos. É um mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e fragiliza a dimensão comunitária da existência. As palavras “democracia”, “liberdade”, “justiça”, “unidade” foram manipuladas e desfiguradas para serem utilizadas como instrumentos de domínio, como títulos vazios de conteúdo que podem servir para justificar qualquer ação. A política deixou de ser um debate saudável sobre projetos a longo prazo para desenvolvimento de todos e o bem comum, e passou a ser *marketing* cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro, coloca todos contra todos.

Precisamos nos construir de novo como um “nós” que habita a Casa Comum. Vimos o que aconteceu em nosso país por causa do coronavírus: pessoas foram tratadas como “objetos de descarte”, os idosos não eram privilegiados no atendimento, outras morreram asfixiadas etc., e assim, constata-se que, de fato, os direitos humanos não são iguais para todos. “Enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê a própria dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados” (FT 22).

Continua o Papa Francisco: “Nestes dias, olhar para os mais pobres pode ajudar-nos a tomar consciência do que realmente nos está acontecendo e da nossa verdadeira condição”. E, com o isolamento social, ficou evidentemente claro que duplamente pobres são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência. Nessa pandemia, aumentou o número de feminicídio aqui no Brasil.



O projeto das CEBs é o da fraternidade, inscrito na vocação da família humana. O isolamento, não; a proximidade, sim. O isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, enquanto que a proximidade realiza a cultura do encontro.

“A pandemia da COVID-19 despertou, por algum tempo, a consciência de sermos uma comunidade mundial que viaja no mesmo barco, em que o mal de um prejudica a todos. Recordamo-nos de que ninguém se salva sozinho, de que só é possível salvar-nos juntos” (FT 32).

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

A pandemia nos obrigou, por força, a pensar nos seres humanos, em todos, mais do que nos benefícios de alguns e recuperar o gosto da fraternidade e a amizade social.

“A tribulação, a incerteza, o medo e a consciência dos próprios limites, que a pandemia despertou, fazem ressoar o apelo a repensar os nossos estilos de vida, as nossas relações, a organização das nossas sociedades e, sobretudo, o sentido da nossa existência” (FT 33).

Passada a pior crise sanitária, diz o Papa, a pior reação seria cair ainda mais em um consumismo febril e em novas formas de autoproteção egoísta. Que esse não seja mais um episódio da história cuja lição não fomos capazes de aprender; oxalá não seja inútil tanto sofrimento, mas tenhamos dado um salto para uma nova forma de viver, traduzida por “bem viver”, e descubramos, enfim, que precisamos criar uma amizade social, pois, somos devedores uns dos outros.

O princípio do “salve-se quem puder” ou “todos contra todos” é pior que uma pandemia. Se não conseguirmos recuperar a paixão compartilhada por uma comunidade de pertença e solidariedade, muitos ficarão à mercê da angústia e do vazio. O Papa Francisco, em sua homilia durante o momento extraordinário de oração em tempos de pandemia (27 de março de 2020), disse que a recente pandemia nos permitiu reconhecer como as nossas vidas são tecidas e sustentadas por pessoas comuns de nossas comunidades que, sem dúvida, escreveram os acontecimentos da nossa história compartilhada:

“Médicos, enfermeiros e enfermeiras, farmacêuticos, empregados dos supermercados, pessoal de limpeza, cuidadores, transportadores, homens e mulheres que trabalham para fornecer serviços essenciais e de segurança, voluntários, sacerdotes, religiosas... compreenderam que ninguém se salva sozinho”.

Portanto, caminhemos na esperança, olhemos para o modelo do bom samaritano; pois, não podemos deixar ninguém caído “nas margens da vida”.

Fomos criados para a plenitude, que só se alcança no amor porque “com Deus, a vida não morre jamais”.

O mundo após a COVID-19 deve ser construído por todos. Precisamos destruir um vírus ainda pior: o da indiferença egoísta. É tempo de remover as desigualdades, sanar a injustiça que mina pela raiz a saúde da humanidade inteira. Reconheçamos que falhamos em nossa responsabilidade de guardiões e administradores da Terra. Nós a poluímos, a saqueamos, colocando em perigo a nossa própria vida. Não há futuro para nós se destruímos o meio ambiente que nos sustenta. Pecamos, pois tudo pode ter sido fruto de uma mutação por conta da falta de cuidado com a Casa Comum.

A tempestade nos fez perceber o quanto estávamos anestesiados, privando-nos da imunidade necessária para enfrentar a diversidade. Não ouvimos o grito dos pobres e do nosso planeta gravemente enfermo. “Avançamos, destemidos, pensando que continuaríamos sempre saudáveis em um mundo doente. Agora sentimo-nos em um mar agitado” (Papa Francisco. Vida após a pandemia, p. 21). Não apaguemos o pavio que ainda fumeja (Is. 42,3), que nunca adocece, e deixemos que reacenda a esperança. Pensemos nas mulheres que multiplicam o pão nos refeitórios comunitários, cozinhando com duas cebolas e um pacote de arroz um delicioso guisado para centenas de crianças, doentes e idosos. Pensemos nos camponeses, agricultores familiares, que continuam trabalhando para produzir alimentos saudáveis, sem destruir a natureza, sem monopólio ou especulação.

E, depois de densas trevas que se apoderaram das nossas vidas, cobrindo praças, ruas e cidades nos anos de 2020, 2021 e ainda em 2022, não podemos ter medo de nos aventurarmos por novos caminhos e de propor soluções inovadoras que passam sobre as atividades econômicas e sobre o trabalho. Uma nova economia é possível, a economia de Francisco – uma economia diferente, que dá vida e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a destrói. Somos fortes e capazes de tudo. E assim, nossas comunidades podem ressurgir graças a um espírito concreto de solidariedade.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

Este é o momento propício para se encontrar a coragem que só o Evangelho pode nos oferecer. Como irmãos, imploremos ao Pai celeste: “Envias o teu Espírito e assim renovas a face da terra” (Sl. 104/103,30). Aí sim, será um novo céu e uma nova terra!

PARA REFLETIR:

- *Como o fermento das CEBs pode contribuir na construção coletiva da vida após a pandemia?*
- *Depois da pandemia, que reações podemos compartilhar para ajustar a democracia e a liberdade à justiça e à unidade pelos caminhos da América Latina e do Caribe?*

REFERÊNCIAS:

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é.** Petrópolis: Vozes, 2012.

CARIAS, Celso; RODRIGUES, Solange (Orgs.). **CEBs: Igreja em missão.** Rio de Janeiro: Iser Assessoria, 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2011:** Texto Base. Brasília: Edições CNBB, 2010.

..... **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023:** Documento 109. Brasília: Edições CNBB, 2019.

..... **4º Congresso Missionário Nacional – Missão Permanente:** reflexões e propostas. Brasília: Edições CNBB, 2017.

DE MORI, Geraldo; TREVIZAN, Lucimara; GUIMARÃES, Edward (orgs.). **Cadernos de Teologia Pública: Igreja e evangelização: parte I; II; III;** ISSN 1807-0590 (impresso) •ISSN 2446-7650 (Online) ano XVII • número 147 • volume 17 • 2020; ISSN 1807-0590 (impresso) •ISSN 2446-7650 (Online) ano XVII • número 148 • volume 17 • 2020; ISSN 1807-0590 (impresso) •ISSN 2446-7650 (Online) ano XVII • número 149 • volume 17 • 2020; UNISINOS.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti:** sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

..... **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium:** sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

..... **Exortação Apostólica pós-sinodal:** Querida Amazônia ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: Edições CNBB, 2020.

..... **Vida após a pandemia.** Brasília: Edições CNBB, 2020.

MARINS, José Ferrari e TREVISAN, Teolide Maria. **Comunidades Missionárias**: missão comunitária permanente. (Cartilha elaborada após o CELAM de Aparecida).

MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. **As Primeiras Comunidades Cristãs: Fundamentação bíblica das CEBs**, in CEBs: fundamentos e desafios Celso Carias & Solange Rodrigues (orgs.) Iser Assessoria.

PAYÁ, Miguel. **O planejamento pastoral a serviço da evangelização**. Tradução: José Joaquim Sobral. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2005.

VIGIL, José Maria e CASALDÁLIGA, Pedro. **Agenda Latino-Americana 2012 mundial**: Bem Viver – Bem Conviver: Sumak Kawsay. Goiânia: Comissão Dominical de Justiça e Paz do Brasil, 2012.

ZEN, Daniel. **Terra, teto e trabalho**: a Doutrina Social da Igreja de Francisco e a Teoria do Bem Viver. Acessado em: 23/05/2018 – disponível em <https://midianinja.org/danielzen/terra-teto-e-trabalho-a-doutrina-social-da-igreja-de-francisco-e-a-teoria-do-bem-viver/>

IMAGENS:

Pág. 77 - <https://pjmp.org/teologia-das-cebs> acesso em 02/03/2022.

Pág. 81 – Imagem do cartaz do VII Encontro Nacional do CNLB, realizado em Cuiabá/MT, em junho de 2019. Arte: Ateliê15.

Pág. 83 - <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5696-no-nordeste-46-anos-da-cpt-e-celebrado-com-campanha-de-solidariedade-e-partilha-de-alimentos> acesso em 10/03/2022.

Pág. 88- Cartilha: CEBs caminhando com Jesus de Nazaré. Acesso em: <http://cebsdobrasil.com.br/cartilha-cebs-caminhando-com-jesus-de-nazare/>
Arte: Utopia 98.

Pág. 92 - <https://pjmp.org/teologia-das-cebs> acesso em 02/03/2022.

Pág. 96 - <https://pjmp.org/teologia-das-cebs> acesso em 02/03/2022.

Pág. 101 – Da cartilha CEBs e Sinodalidade. Acesso em: <https://cebsdobrasil.com.br/comunidades-ecclesiais-de-base-e-a-sinodalidade-caminhar-juntos/>
Arte: Luis Henrique A. Pinto

Pág. 105 - <http://cebcontinental.org/index.php/39-encuentros/encuentros-continentales/708-xi-encuentro-continental-ceb> acesso em 02/03/2022.

Pág. 109 - <https://lucimarbueno.blogspot.com/2017/12/cebs-comunidades-ecclesiais-de-base.html> acesso em 02/03/2022.

Pág. 115 – Celebração “Dia Nacional da Consciência Negra”, na Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Cuiabá/MT. Imagem: CEBI/MT.



AGIR

O AGIR DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA CRIAÇÃO DE UM NOVO CÉU E UMA NOVA TERRA

Introdução

Somos chamados a continuarmos juntos o caminho de preparação para o 15º Intereclesial, em comunhão com o Papa Francisco, refletindo o tema “CEBs: Igreja em saída na busca da vida plena para todos e todas” e com o lema: “*Vejam, eu vou criar novo céu e uma nova terra*” (65,17). Como Povo de Deus, queremos contribuir para a construção sinodal da nossa Igreja, em sintonia com a rede eclesial das CEBs do Brasil. O Intereclesial quer retomar, com esta temática, os três grandes desafios apontados pelo Concílio Vaticano II: a descolonização (decolonização), pedindo que revelasse o próprio rosto da Igreja latino-americana; descentralização, pedindo que surgissem instâncias de comunhão e participação; e a desclericalização, que convoca o protagonismo dos cristãos leigos e leigas para a missão, considerando de modo específico o papel da mulher na Igreja. O objetivo é reacender o novo jeito de ser Igreja a partir de uma proposta restauradora e regeneradora, em sintonia com o que tem sido proposto pelo sínodo da Amazônia.

O nosso estudo aponta como utopia o “mundo novo” baseado no projeto de Deus, que para nós, é um estímulo a lutar até eliminar a morte prematura e fazer que a vida possa ser vivida em plenitude. É a plena realização da Aliança de Deus com a humanidade. E essa nova relação que existe entre Deus e a humanidade são apresentadas como a criação de “um novo céu e uma nova terra” (Is. 65,17; Ap. 21,1).

O processo preparatório para o 15º Intereclesial será realizado de forma sinodal, com uma metodologia representativa, inclusiva e participativa. A dinâmica é realizar encontros nas bases para aprofundar a problemática da Igreja em saída, considerando como tópicos relevantes: a pandemia da COVID-19, sinal de uma mudança de época; a escuta do grito da terra, cuidar da Nossa Casa Comum; os processos de construção de uma cidadania plena na sociedade e na Igreja integrada com a cultura dos povos indígenas (povos originários) e afrodescendentes; o desafio de um maior desenvolvimento do ministério da pastoral urbana, principalmente nas grandes cidades; o desafio

“*Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra*” [Is 65,17ss]

da plena participação dos jovens na sociedade e na Igreja; o clericalismo como um grande obstáculo a uma Igreja sinodal e em saída.

3.1. O agir das CEBs no contexto atual a serviço da vida plena para todos e todas

O compromisso das CEBs é com a prática da justiça. O perfil do Messias nas CEBs não pode ser tradicional, ligado às elites e comprometido com elas. Mas um perfil diferente, “popular”, ligado com as causas populares, com a libertação e a vida do povo. O agir das CEBs nasce pela compreensão do messianismo de Jesus e pelo compromisso sério no seguimento e na identificação com seu projeto. Ninguém chega a entender “quem é Jesus” a não ser mediante o compromisso com suas propostas, que são as mesmas do Pai: a justiça que faz surgir o Reino em nosso meio (Mt. 16,13-20).

É a partir de pessoas que confessam a fé em Jesus que nasce a comunidade. Essa comunidade nasce e cresce em meio aos conflitos, onde forças hostis procuram derrubar o projeto de Deus. Trata-se da fé-compromisso que não admite Jesus como messias triunfalista e nacionalista, mas o Messias que sofrerá e morrerá na cruz. Caso contrário, a comunidade deixa de ser cristã e passa a ser Satanás (Mt. 16,21-23).

Jesus confia grande responsabilidade de liderança a quem o confessa como Messias. A função dessa liderança, em primeiro lugar, é confessar em meio aos conflitos com convicção de que o projeto de Deus irá triunfar, isto é, o poder da morte não vai vencer, pois haverá vida plena para todos e todas (Jo. 10,10). Em segundo lugar, a missão da liderança é testemunhar que a salvação e a vida provêm de Deus, portanto, é a criação de um novo céu e uma nova terra, a plena realização da Aliança de Deus por um povo que O conhece e O serve santamente (Ap. 21,1-2).

Para o projeto de Deus continuar se realizando na comunidade, num contexto de conflito muito propício no mundo urbano, passando pela morte e violência, o agir das CEBs tem que possuir o mesmo poder de Jesus pelo testemunho de fé. Quando o testemunho é pleno, é o próprio Jesus quem age na comunidade, permitindo-lhe ligar e desligar. Contudo, a comunidade não é propriedade do poder de Jesus, apenas lhe foi dada autonomia para isso acontecer. É Jesus quem constituirá e dará esse poder à comunidade a partir do testemunho que vive e anuncia. Assim agindo, demonstra quem é a favor e quem é contra Jesus.

Que tipo de liderança e qual o nosso agir de líder na comunidade? O líder é ponto de união da comunidade que Cristo edificou com sua vida, morte e ressurreição. Cabe-lhe organizá-la para que seja a continuadora do projeto de Deus a serviço de todos e todas que buscam abrigo, proteção e consolo em suas vidas.

A reflexão sobre a Igreja em saída procura atualizar o problema eclesiológico da Igreja no tempo presente. O grande índice de articulação das CEBs não significa que o novo jeito de ser Igreja esteja garantido nos eixos da autonomia, sustentabilidade e espiritualidade libertadora.

PARA REFLETIR:

- *Vamos conversar sobre o papel da liderança na Comunidade Eclesial de Base?*

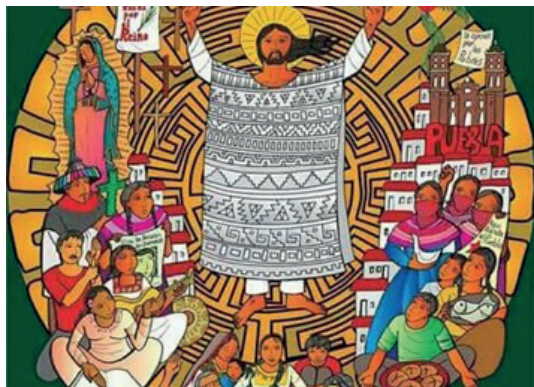
1. CEBs: uma Igreja de rosto ameríndio

Na América Latina, o agir pastoral das CEBs no século XXI tem sido motivado pela vivência da missão evangelizadora de uma “Igreja em saída”, como foi o sínodo da Amazônia que nos ensina novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral e apresenta o *bem viver* e *bem conviver* como uma proposta vinda dos povos originários, inspiradora de uma nova civilização focada no equilíbrio e na centralidade da vida que visa uma ética do cuidado

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

com a “Casa Comum”, sobretudo agora no pós-pandemia. Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano, incluindo o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o sol, a lua e as estrelas em profunda comunhão com a *Pachamama* (Mãe Terra), com as energias do universo e com Deus na relação fé e vida (BOFF, 2012, p. 61-62).

Neste contexto, os povos indígenas da Amazônia expressam a autêntica qualidade de vida como um “bem viver”, que implica uma harmonia pessoal, familiar, comunitária e cósmica manifestado no cuidado responsável da natureza, preservando os recursos para as gerações futuras. É



a expressão do rosto de uma Igreja pobre para os pobres que são felizes com pouco, gozam dos pequenos dons de Deus sem acumular tantas coisas, não destroem sem necessidade, preservam os ecossistemas e reconhecem que a terra, ao mesmo tempo em que se oferece para sustentar a vida plena para todos e todas, como uma fonte generosa, tem um sentido materno que suscita respeitosa ternura (QA 71).

O *bem viver*, neste contexto de mudança de época, torna-se a alternativa mais importante que se tem para sair do capitalismo e da modernidade, uma posição clara nos gritos contra a “economia da exclusão e da desigualdade social” presente nos grandes projetos das mineradoras, do agronegócio e das indústrias frente aos seus operários. A busca do *bem viver* é para que todos e todas possam viver felizes e com dignidade e conviver de forma harmoniosa consigo, com os outros e com o meio-ambiente. Tudo está interligado: ser humano em comunhão com o cosmos. A luta pela justiça e a luta pela natureza e pela biodiversidade tornou-se uma preocupação teológica na

caminhada das CEBs, porque a história humana e a da Terra são uma e a mesma história.

A atitude das CEBs, neste contexto, deve ser de descolonização (decolonização), ou seja, assumir o modelo de Igreja Continental Ameríndia no estilo do *bem viver*, continuando o esforço de Jesus para “tornar presente o Reino de Deus no mundo” (EG 176), sem ser reflexo da Igreja romana, em espírito de comunhão e participação para restaurar e regenerar o novo jeito de ser e fazer missão, inseridas profeticamente na sociedade como Igreja sinodal e em saída na busca da vida plena, consequência e desdobramento da renovação do Concílio Vaticano II, porém, sem romper com a tradição da Igreja (At. 2,42-47).

Na proposta do *bem viver*, tudo se integra no sistema socioambiental. Isto estimula um maior desempenho na luta para garantir os direitos fundamentais do cidadão e da cidadã, em especial os direitos sagrados: terra, teto e trabalho para que não haja “nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá” (Papa Francisco, 2014). Assim sendo, a criação de um novo céu e uma nova terra acontece quando as CEBs são a voz dos/as pobres trabalhadores/as precários da economia informal, migrantes, indígenas, sem-terra e pessoas que perderam a sua habitação. O “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho”, que deseja tecer redes de um novo projeto popular para o Brasil, é um convite às CEBs na busca de vida plena para todos e todas.

Este é um jeito novo de ser Igreja na América Latina que redefina nossa luta por políticas públicas e por justiça socioambientalmente democrática, visando alcançar a sustentabilidade que requer, de um lado, a diminuição do consumo, sobretudo do excessivo e do supérfluo, e, de outro, a redução das gritantes desigualdades sociais visivelmente apresentadas no auge da pandemia da COVID-19. São situações provenientes da degradação ambiental vindas, sobretudo, das mineradoras, do agronegócio e das indústrias onde estão

os operários das cidades. Trata-se de uma luta pela sustentabilidade que anda na contramão do desenvolvimento capitalista.

PARA REFLETIR:

- *Percebemos sinais do bem viver em nossas comunidades?*

2. CEBs: instâncias de comunhão e participação

As Comunidades Eclesiais de Base são uma forma de vivência comunitária da fé, de inserção na sociedade, de exercício do profetismo e de compromisso com a transformação da realidade sob a luz do Evangelho. Nelas, se fala muito da comunhão e participação com autonomia. No entanto, essa autonomia não é bastante clara devido à centralização existente na Igreja e que não reconhece a igualdade de ministérios em um único gênero – os batizados. Ainda prevalecem os dois gêneros de cristãos – leigos e clérigos. Entretanto, a comunhão e participação são condições indispensáveis para o cristão, e ambas se completam na missão que é o modo como a Igreja, Povo de Deus, deve testemunhar a Nova Aliança, Jesus e o seu Reino a todos os povos da Terra.

As CEBs são presença da Igreja junto aos mais simples, aos descartados, aos excluídos/as. A sua missão acontece em sintonia com a paróquia local, com a pastoral diocesana e em comunhão com os pastores. Elas têm contribuído de forma clara para que os cristãos leigos e leigas atuem como sujeito eclesial na vida da Igreja e para sua participação no mundo. A corresponsabilidade, com o protagonismo dos cristãos leigos e leigas, tem sido eficaz para que não persista o clericalismo e a consequente centralização do poder, que precisa ser serviço.

Trata-se de uma Igreja servidora, ministerial, na qual a autoridade se expressa como serviço numa comunhão e participação com autonomia. Ninguém é servo de ninguém, a não ser de Deus: *servus servorum Dei*. Uma Igreja onde todos e todas são chamados a caminhar juntos, sem discriminação, valorizando a escuta e o diálogo – “cada um à escuta dos outros; e

todos à escuta do Espírito Santo”. Assim, todos e todas se tornam discípulos e discípulas de Jesus Cristo, revalorizando a dimensão comunitária da missão permanente que consiste em evangelizar e testemunhar com profetismo pela força do Espírito de Deus presente na comunidade cristã no processo de des-centralização.

O desafio das CEBs é estabelecer uma ação capaz de superar a questão do “padrocentrismo”, “bispocentrismo”, “diacocentrismo” e “leigocentrismo”, e firmar o propósito de sermos a Igreja que Deus espera para este milênio: uma Igreja missionária, ministerial, mais feminina e ecumênica, sinodal e em saída a serviço da vida plena para todos e todas, optando mais ainda pelos pobres, marginalizados e excluídos.

Sonhamos com comunidades cristãs capazes de se devotar e de se encarnar em qualquer bioma ou realidade urbana, capaz de promover as CEBs, consolidada com o “bem viver”. E o caminho mais acertado para isso acontecer é o do diálogo como foi o sínodo para a Amazônia. “Todos somos chamados a caminhar juntos” em comunhão e participação ao encontro de Deus presente nos marginalizados e oprimidos.



Neste caminho sinodal a colegialidade vai além da reunião dos bispos, pois, acontece, também, nos seus mais variados ministérios e organismos em vista da missão: ministros e ministras da palavra; animadoras e animadores da celebração; ministros e ministras do batismo; testemunhas qualificadas do matrimônio; conselho comunitário de

pastoral, conselho missionário e conselho econômico; coordenação, equipes de serviços; pastorais sociais; assembleias comunitárias, paroquiais, diocesanas; participantes nos movimentos populares, sindicais, políticos... Toda a Igreja se torna sinodal: papa, bispos, padres, religiosos, religiosas, cristãos

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

leigos e leigas são irmãos e irmãs de caminhada, caminham juntos como Povo de Deus. Trata-se de um povo composto pela diversidade de vocações e ministérios, mas que “reina entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo” (LG 32).

Não basta a Igreja ser comunhão internamente; ela precisa ser Igreja em saída para promover a vida plena entre todos os povos. Pois, o destino do Povo de Deus não é diferente do destino da humanidade. Igreja em saída é assumir as causas da humanidade, interagindo com as iniciativas das pessoas de “boa vontade”, que buscam a promoção de uma sociedade inclusiva. Nada do que é humano é alheio a Deus, mas pode ser alheio à Igreja quando não se coloca em missão das causas humanas. Para São João Paulo II, “o ser humano é o caminho da Igreja” (RH 78).

Por ser comunhão, a Igreja é uma realidade essencialmente comunitária que exige, em primeiro lugar, igualdade de todos os membros quanto à sua origem, dignidade e destino, participação de todos nos afazeres da comunidade e união de vontades e de esforços. Todos esses aspectos ajudarão no processo de descentralização que se dá numa Igreja em saída, embora se saiba que, nesta comunidade de iguais, nem todos têm a mesma função porque os dons que o Espírito Santo derrama nos fazem diferentes também na capacidade para servir os outros.

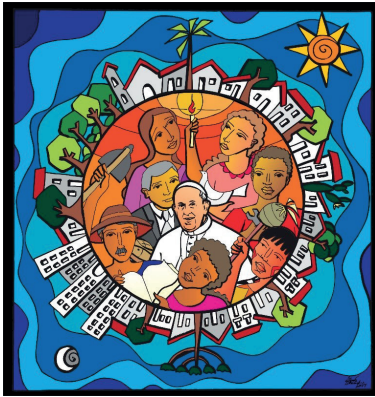
A comunhão, tanto no seio da Igreja como na sociedade, se dá pela participação efetiva de cada batizado, seja como cristão na comunidade eclesial, seja como cidadão na sociedade. Isto porque a promoção do bem comum é parte integrante da missão da Igreja. Nessa tarefa, o evangelho exige a inclusão dos excluídos, das excluídas, por uma ação na ótica da opção preferencial pelos pobres contra a pobreza (DM 14,7-10) em vista da transformação das estruturas e do pecado social (SD 243) na criação de um novo céu e uma nova terra.

PARA REFLETIR:

- *O que atrapalha a comunhão e participação com autonomia na nossa comunidade? Somos também agentes de comunhão e participação?*

3. O protagonismo dos cristãos leigos e leigas nas CEBs

Os cristãos leigos e leigas sempre desempenharam um papel ativo na construção da Igreja e no exercício de sua missão. Mas esse trabalho do laicato esteve durante séculos tão submissos à direção da hierarquia, que parecia que os únicos responsáveis pela Igreja e na Igreja eram os ministros ordenados. Os leigos ocupavam somente lugares subalternos, sempre dirigidos, controlados e animados pelos sacerdotes. Assim, a Igreja oferecia uma imagem clerical, na qual uns poucos falavam e a grande maioria escutava, uns poucos



mandavam e muitos outros obedeciam, uns propunham as ações a serem realizadas e os outros aceitavam essas iniciativas como simples ajudantes.

O Concílio Vaticano II provocou uma mudança de consciência eclesial, transformou este estado de coisas e salientou com força que na Igreja todos os membros, ministros ordenados e cristãos leigos, são ativos e responsáveis por sua vida e missão e que devem trabalhar juntos complementando suas respectivas responsabilidades. Contudo, há muitíssima inércia, hábitos e até interesses, que retardam a adequação da realidade eclesial às convicções já adquiridas na caminhada. Por isso que as CEBs vivem um processo lento de desclericalização e participação de todos os cristãos na vida e missão da Igreja.

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

Passos que as CEBs precisam dar para acelerar o processo de desclericalização:

- 1. DISTRIBUIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES** - Não basta qualquer tipo de participação, é preciso confiar aos cristãos leigos e leigas funções com capacidade de iniciativa e decisão, isto é, dar-lhes suficiente autonomia para que se sintam autênticos responsáveis pela tarefa a eles atribuída. Esta distribuição de responsabilidades deve ser feita de maneira progressiva a pessoas que estão preparadas para evitar fracasso e frustração. É sendo responsável que se aprende a ter responsabilidade.
- 2. ESCLARECIMENTO DAS FUNÇÕES** - Definir bem as tarefas e as competências exatas dos responsáveis indicados. Qualquer tarefa pastoral implica uma mística, isto é, motivações adequadas, disposição, animação, um saber dirigir e coordenar pessoas, uma capacitação para a tarefa em questão e uma consciência de eclesialidade para realizar a tarefa em nome da comunidade e em conexão com ela. Além disso, é imprescindível o esclarecimento de funções porque cada novo passo na organização e na diversificação da ação pastoral traz consigo uma mudança de configuração.
- 3. FORMAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS** - A distribuição de responsabilidades na comunidade propõe também a necessidade de formação. Cada comunidade necessita colocar em marcha, o quanto antes, um plano unitário e sistemático de formação e capacitação dos membros de pastorais para constituir a novidade efetiva da comunidade. Este plano de formação deve incluir conteúdos doutrinários, bíblicos e espirituais, destinado a educar a personalidade cristã daquele que vai assumir um papel importante na comunidade e a capacitação daqueles que vão assumir tarefas específicas na pastoral.
- 4. DECISÕES COPARTICIPADAS** - À medida que os cristãos leigos e leigas vão assumindo responsabilidades importantes, necessitam poder decidir no âmbito de sua própria competência. E como a comunidade vai se convertendo em toda uma rede de responsabilidades diversas, a questão é quem deve tomar as

decisões, porque distribuir funções implica distribuir também a capacidade de decisões: decisões operacionais de acordo com o plano de pastoral; e decisões que afetam toda a comunidade e que precisam ser decididas por todos através dos conselhos pastorais ou das assembleias, garantindo o consenso, como acontece nos concílios e sínodos.

O Concílio Vaticano II aponta que há hoje uma urgência cada vez maior em redescobrir a corresponsabilidade de todos os batizados na Igreja, em particular a missão dos cristãos leigos e leigas. É urgente que os ministros sejam promovidos a homens e mulheres para dar impulso à ministerialidade e, sobretudo, a consciência da dignidade batismal. É a primavera da Igreja em saída chegando, com a participação das mulheres, sustentada pelos pilares “Casa da Palavra”, “Casa do Pão”, “Casa da Caridade” e “Casa da Ação Missionária”.

PARA REFLETIR:

- *Quais são os sinais de mudança eclesial nas CEBs capazes de acelerar o processo de desclericalização na Igreja?*

3.2. Agir: questões e pistas de ação

É claro que não consideramos cada momento do método indutivo de maneira estanque, como se primeiro analisássemos a realidade (VER), depois a confrontássemos com a Palavra de Deus, da Tradição e do Magistério (JULGAR) para depois agirmos, buscando intervir na realidade (AGIR). Se o nosso VER for feito nos gabinetes e nos escritórios, descolados da nossa prática, da nossa opção ideológica, corremos o risco de termos uma visão que se pretende neutra, o que nunca é possível, pois todo VER a realidade está marcado pelas lentes de quem a vê. Também não buscamos nos textos sagrados justificativas para o nosso VER, mas nos deixamos JULGAR por eles, que sempre jogam luz na nossa realidade. Também não esperamos ter ideias claras

e distintas para depois AGIR. Nosso AGIR influencia nosso VER e nosso JULGAR, inclusive produzindo nossa teoria transformadora. Assim, os três momentos VER, JULGAR e AGIR se influenciam mutuamente, como num círculo e não como degraus de escada.

Sendo assim, o nosso AGIR tem em mente a realidade analisada (Primeiro Capítulo) e a iluminação que a Palavra de Deus e a Tradição da Igreja nos trouxe (Segundo Capítulo). Portanto, não é possível ficarmos indiferentes frente a uma realidade que nos interpela. O Papa Francisco, em sua mais recente *Carta Encíclica – Fratelli Tutti – no primeiro capítulo – “Sombras de um Mundo Fechado”*, complementa o nosso VER e nos indica uma série de pistas de ação, para que transformemos esse mundo fechado em um mundo aberto à fraternidade e à amizade social.

Para nós, as sombras do mundo fechado foram delineadas como sendo as grandes marcas que definem a situação do Brasil hoje: a forma como se dá no país a distribuição de renda, gerando uma desigualdade social alarmante; o desemprego crescente marcado por um mundo do trabalho manchado por constantes reformas trabalhistas injustas, que aprofundam as desigualdades; as condições de moradia sempre mais precárias, fazendo crescer a população em situação de rua ou vivendo em habitações extremamente precárias; e tudo isso sustentando uma sociedade onde a violência se expande em todos os setores.

Buscando as causas dessas mazelas, nosso texto nos ajuda a ver o que impede que todos e todas tenham vida digna? São as crises em diversos âmbitos que nos empurram a viver uma forma de vida não de acordo com o projeto de Deus. As crises que vimos estão na ordem econômica, política, ambiental e sanitária. É claro que poderíamos também ter uma visão sobre a crise religiosa, numa sociedade onde está tão difícil separar o campo político do campo das igrejas, que proliferam imensamente em nossa sociedade. E essas crises têm protagonistas, ou seja, quem as provoque e as torne mais drásticas ainda. Dentre esses, nosso primeiro capítulo denuncia o projeto de desenvolvimento colocado em prática no Brasil, com repercussões do racismo e machismo na

vida social brasileira e forte degradação ambiental, comprometendo a sobrevivência da humanidade.

Fomos também ajudados a ver na Palavra de Deus, de maneira mais precisa o profeta Isaías, que nos ajuda a sonhar com novos céus e nova terra. Para que as sombras do mundo fechado que vimos no primeiro capítulo não nos imobilize, mas nos leve a buscar na utopia bíblica, força e coragem para não sucumbirmos. É claro que a concretização de um projeto social que antecipe esse sonho de novos céus e nova terra nunca será pleno, entre nós, mas se nada fizermos, nem mesmo o que é possível acontecerá. Esta é a razão de buscarmos a vivência da sinodalidade (caminhar juntos) como nos indica o Concílio Vaticano II e, mais recentemente, as indicações do Papa Francisco, como também as iluminações que nos chegam do Sínodo da Amazônia, apontando para a necessidade de uma maior participação dos cristãos e cristãs nos mais diferentes serviços e instâncias da vida da Igreja.

Agora, como membros das Comunidades Eclesiais de Base, somos convocados a AGIR, ou seja, a arregaçarmos as mangas, sujarmos as mãos e os pés, e buscarmos, junto dos pobres e pequenos, as brechas possíveis de realização, ainda que de maneira parcial, novos céus e nova terra.

Retomemos as questões dos capítulos anteriores e nos inspiremos para pautar nosso agir.

- **QUESTÃO 1: *Quais direitos têm sido violados na região em que está sua comunidade? O que falta para que as pessoas de sua região tenham vida digna?***

Pista de ação - A formação permanente que os membros das CEBs recebem, não só teoricamente, mas também no engajamento nos movimentos populares, nos partidos verdadeiramente comprometidos com a defesa dos direitos humanos, pode ser um caminho concreto de antecipação de novos céus e nova terra, ainda que em pedaços. Nas CEBs, nos encontramos por inteiro com o que somos e o que temos, e aprendemos, por meio do método

da partilha, a buscar saídas para as situações concretas que vão surgindo em nossa caminhada.

- **QUESTÃO 2:** *Observando a realidade de sua comunidade, a situação social é semelhante ao que acontece no Brasil como um todo? Em que aspectos está melhor ou pior? Quais são as discriminações e violências mais presentes na região onde está situada sua comunidade? Quais são os impedimentos para que as pessoas que vivem na sua região tenham possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas?*

Pista de ação - Formar grupos de análise de conjuntura permanente em nossas comunidades, pois, juntos, somos mais capazes de perceber as contradições sociais, políticas, econômicas e religiosas nas quais estamos mergulhados. Pode-se convidar alguns especialistas, uma vez ou outra, para nos ajudar a ler com mais precisão nossa realidade. O importante é que a comunidade decida a frequência e a metodologia a ser usada.

- **QUESTÃO 3:** *Como as quatro crises levantadas no primeiro capítulo (econômica, política, ambiental e sanitária) se manifestam na região em que está situada sua comunidade? Qual tem sido a ação de sua comunidade frente a estas crises?*

Pista de ação - As CEBs já se mobilizaram em outras épocas para enfrentar essas crises por meio de mutirão de solidariedade em socorro aos irmãos e irmãs que estão desempregados. Também já criaram grupos de defesa do meio ambiente, até coletando óleo usado para que se evitasse seu derramamento em rios, comprometendo o lençol freático. Por ocasião da pandemia, outras ações solidárias se desenvolveram, socorrendo famílias que perderam seus arrimos, entregando cestas básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade, cozinhas solidárias para alimentar as pessoas nos bairros e favelas, criação de hortas comunitárias, padarias comunitárias... Vamos continuar com as iniciativas de solidariedade, tão presentes em nossas comunidades.

- **QUESTÃO 4:** *Observando a realidade da região onde está situada sua comunidade, quais as consequências da adoção de um*

modelo que privilegia o crescimento econômico, sem atenção à degradação ambiental? Como o racismo e o machismo afetam a vida da sua comunidade? Que tipo de privilégios ou desvantagens temos por ser branco, negro, indígena, mulher...? Como o racismo e o machismo se manifestam na sua comunidade e Igreja Católica?

Pistas de ação - As CEBs sempre se mantiveram muito sensibilizadas com as causas da população indígena, dos irmãos e irmãs negros, das mulheres marginalizadas, discriminadas, e de todas as formas de discriminação que nossa sociedade fomenta. É hora de reativarmos nossos grupos e equipes pastorais para a defesa dos direitos humanos de todos os pobres e oprimidos, pois as CEBs sempre estiveram presentes na criação e participação nos Centros de Direitos Humanos, Secretarias e/ou Delegacias de Defesa da Mulher Marginalizada, Grupos de Mulheres da Periferia, nas Pastorais Sociais: Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Pastoral Operária, Pastoral dos Pescadores, Pastoral da Criança, Pastoral da Moradia, Pastoral da Terra...

- **QUESTÃO 5:** *Que sinais existem em sua comunidade de que é possível vida digna para todos e todas? O que sua comunidade tem feito concretamente para que todos e todas tenham vida digna?*

Pistas de ação - As CEBs sempre souberam articular bem fé e vida, prática religiosa e prática da justiça. Precisamos retomar a formação de nossas equipes de liturgia para que nossas celebrações sejam vivas, alegres, mas com os pés no chão. É preciso uma revisão de nossa catequese, pois, pode acontecer que a comunidade tenha gente na luta, mas, na catequese se ensine conteúdos fundamentalistas e contrários à vivência concreta da fé. Enfim, na comunidade é preciso que haja uma busca de discurso mais afinado contra os preconceitos e em defesa da vida digna para todos e todas.

- **QUESTÃO 6:** *A promessa de céu e terra novos brotam da falta de... (vamos completar?). Que utopias, projetos inspiram as CEBs a elaborar?*

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

Pistas de ação - É preciso criar espaços em nossas comunidades para o surgimento de projetos novos. Precisamos também saber acolher pessoas novas, com suas novas ideias para irmos construindo novos projetos que visem a defesa da vida.

- **QUESTÃO 7:** *Reler Isaías 65,13-25, aplicando aos versículos a pedagogia do fermento: ser um entre outros; ser discreto; fazer crescer, transformar; criar espaços para o Espírito. Atualizar para a sua realidade.*

Pistas de ação - Reanimarmos nossos grupos de reflexão bíblica ou círculos bíblicos. As CEBs, em muitos lugares, nasceram dessa experiência bonita da bíblia nas mãos do povo. Infelizmente, muitos desses grupos se transformaram em grupos de reza de terço ou de devoção à capelinha de Nossa Senhora. Sem fazermos enfrentamentos com esses grupos, que também fazem parte de nossas comunidades, precisamos retomar a originalidade dos grupos de reflexão bíblica, para que a Palavra de Deus volte a ser lida, ouvida, refletida em mutirão.

- **QUESTÃO 8:** *O novo jeito convive com o antigo: como percebemos nas CEBs de nossa região? Quais os desafios que esta realidade apresenta para as CEBs? As comunidades tiveram que passar por um lento e doloroso processo de conversão interior. Concretamente, hoje, que caminho de conversão as CEBs devem percorrer?*

Pistas de ação - Saber conviver com o diferente é fruto de um esforço de todos nós, de nos convertermos para o respeito do outro ser quem ele é. O processo de conversão passa pelo desenvolvimento de espiritualidade e mística. Rever como anda o cultivo de uma espiritualidade e mística encarnadas em nossas CEBs. Incentivar grupos que assumam o diálogo ecumênico e inter-religioso.

- **QUESTÃO 9:** *Paulo saúda as mulheres protagonistas na evangelização. Também vamos reconhecer o protagonismo das mulheres nas CEBs, nomeando-as, contando suas histórias.*

Pistas de ação - Procurar valorizar todos os que lutaram para que nossas CEBs fossem exemplo de como toda a Igreja deveria ser, levantando os nomes e histórias daqueles que estão no nascedouro de nossa comunidade. As mulheres aí aparecerão certamente.

- **QUESTÃO 10:** *Igreja doméstica: como ressoa em sua região esta expressão? Há uma relação entre CEBs e Igreja doméstica? Igreja doméstica: opção em tempo de pandemia ou célula da Igreja Povo de Deus?*

Pista de ação - O Papa Francisco publicou um documento muito importante com o nome de *Amoris Laetitia*, ou seja, a Alegria do Amor, sobre a realidade das famílias nos dias de hoje. Sabemos que em muitas de nossas CEBs existem grupos de Pastoral Familiar ou movimentos que trabalham com as famílias. É preciso ver se eles estão levando em conta as orientações do Papa Francisco, para que nenhuma família seja discriminada, seja ela como for constituída. Só podemos falar de Igreja doméstica se admitirmos a realidade tão variada de formação de nossas famílias hoje.

- **QUESTÃO 11:** *A Comunidade Eclesial de Base (CEB) “é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização” (DM. 15,10). As CEBs são um novo modo de ser Igreja e sua missão é fundamentalmente evangelizar.*

Pista de ação- As CEBs têm ajudado a renovar o rosto da Igreja em muitas dioceses e paróquias com sua participação nos mais diferentes organismos eclesiais. Têm participado das Pastorais Sociais, do Grito dos Excluídos e Excluídas, da Semana Social Brasileira, estão articuladas com os Movimentos Populares, lutas das mulheres, dos negros, da População em situação de rua. Como, a partir desta sua prática, elas podem colaborar para uma Igreja em saída e assumindo a sinodalidade? Como colaborar para se superar o clericalismo?

- **QUESTÃO 12:** *Quais são os sinais de uma Igreja sinodal vividos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na sua convivência cotidiana?*

Pista de ação - É prática ordinária das CEBs a questão das decisões em comum com todos os membros que delas participam. De maneira bem sistemática e organizada, a sinodalidade passa pela atuação dos Conselhos Comunitários, mas, no dia-a-dia as decisões sempre passam por debates entre os membros. Quando uma decisão não passa pelo consenso, todos reclamam e o que foi decidido pode até não ir para frente.

- **QUESTÃO 13:** *O nosso Planeta Terra, a Pachamama, é dom do Deus Pai-Mãe Criador. Como as Comunidades Eclesiais de Base estão assumindo o cuidado da Nossa Casa Comum?*

Pista de ação - Talvez, um dos ambientes onde a Encíclica do Papa Francisco sobre a ecologia, a Laudato Si, tenha tido melhor recepção foi o das CEBs. É necessário ver que passos concretos foram tomados no sentido de preservação do meio ambiente em nossas comunidades. Há iniciativas de coleta de óleo usado, de limpeza de praça pública, de seleção de coleta de lixo, de plantio de árvores e outras.

- **QUESTÃO 14:** *Por que a luta pelos direitos sagrados, terra, teto e trabalho é também a luta pelo BEM VIVER e BEM CONVIVER?*

Pista ação - As comunidades têm sofrido muito, por serem da base da pirâmide, com o desemprego, com as desocupações violentas de áreas e acampamento, com a destruição dos barracos nas encostas e outras ações que violam seus direitos básicos. Toda afronta aos direitos dos membros das comunidades e dos moradores dos bairros onde elas se situam, precisa ser enfrentada com coragem e criatividade, com união e muita solidariedade.

- **QUESTÃO 15:** *Como as CEBs enfrentam os desafios do contexto atual a partir da unidade fé-vida-transformação social, para na Alegria do Evangelho, buscar vida plena para todos e todas?*

Pista de ação - Os inúmeros grupos que atuam em nossas comunidades, além de se unirem no processo formativo, também atuam em diversas organizações, que vão além do espaço comunitário, na defesa dos direitos de todos os cidadãos e cidadãs. Movimentos populares, ações partidárias, associações de bairro têm sido espaços de articulação de nossas comunidades, para o enfrentamento dos desafios da conjuntura atual.

- **QUESTÃO 16:** *Quais os sinais que encontramos em nossas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) enquanto casa da Palavra, do Pão, da Caridade e da Missão?*

Pista de ação - Nas CEBs sempre encontramos grupos de reflexão bíblica, equipes bem formadas de liturgia, solidariedade com os irmãos em situação mais vulnerável e a dimensão da missão é vivida por irradiação. O testemunho dos seus membros faz com as CEBs se expandam e atinjam pessoas que se afastaram da caminhada eclesial. Desta forma, Palavra, Pão, Caridade e Missão se articulam e se constituem em espinha dorsal da vivência comunitária.

- **QUESTÃO 17:** *Depois da pandemia, que reações podemos compartilhar para ajustar a democracia e a liberdade à justiça e à unidade pelos caminhos da América Latina e do Caribe?*

Pista de ação - Um dos organismos ativos das CEBs no Continente tem sido sua Articulação Continental, que desperta a solidariedade entre os povos latino-americanos e caribenhos. Nas CEBs percebe-se que é um dos seguimentos mais abertos à perspectiva da caminhada mais unida entre os países irmãos, por meio de seus cantos e acolhida de irmãos latinos. Os ideais democráticos são sempre presentes nas CEBs, que procuram vivê-los em chave de sinodalidade. E percebe-se que há imensa sensibilidade nas comunidades pelos sonhos libertários e pela vivência da justiça e da unidade.

- **QUESTÃO 18:** *Vamos conversar sobre o papel da liderança na Comunidade Eclesial de Base?*

Pista de ação - Como exercer a liderança nas comunidades, como ensaio da liderança que deve ser vivida também em outros ambientes da vida social, é preocupação permanente na prática comunitária. Percebe-se a necessidade de uma prática mais comum de rodízio de postos de lideranças, mas vivemos um déficit muito grande de pessoas que aceitam o desafio de liderar. Aqui está um imenso desafio para as CEBs. Sua continuidade depende da renovação de lideranças. Em muitas comunidades se percebe o cansaço de velhas lideranças.

- **QUESTÃO 19:** *Percebemos sinais do BEM VIVER em nossas comunidades?*

Pistas de ação - O *bem viver* é uma filosofia de vida que tem implicações práticas na maneira de organizar a vida. O ponto mais forte e necessário de aprofundamento é o enfrentamento à mentalidade consumista, que vai penetrando até mesmo nos meios mais carentes. Aprender a viver na sobriedade, com aquilo que realmente é necessário, exige disciplina e educação. Uma mentalidade ecológica, de respeito a todos os seres, tendo consciência de que tudo está interligado na Casa Comum, é fundamental.

- **QUESTÃO 20:** *O que atrapalha a comunhão e participação com autonomia na nossa comunidade? Somos também agentes de comunhão e participação?*

Pista de ação - As comunidades têm autonomia relativa, pois fazem parte de um organismo muito maior, que a Instituição Católica. Nem sempre a vivência da comunhão e participação em todos os âmbitos comunitários encontra respaldo de outros organismos da Igreja, gerando dificuldades na sua vivência. Porém, é um desafio que as CEBs enfrentam há muito tempo e apesar de conflitos e debates seus membros têm mostrado uma capacidade de resiliência impressionante.

- **QUESTÃO 21:** *Quais são os sinais de mudança eclesial nas CEBs capazes de acelerar o processo de desclericalização na Igreja?*

Pista de ação - Quando o Papa Francisco esteve no Rio de Janeiro, na Jornada Mundial da Juventude, ele declarou aos bispos do CELAM (28-07-2013): “a proposta dos grupos bíblicos, das Comunidades Eclesiais de Base e dos Conselhos pastorais está na linha de superação do clericalismo e de um crescimento da responsabilidade laical”. Todas as iniciativas que envolvam a participação mais ampla de todos nas decisões é o melhor antídoto ao clericalismo. É preciso multiplicar nossas ações colegiadas e reforçar as que já temos, como os Conselhos, para que a desclericalização aconteça de fato.

IMAGENS:

Pág. 122 - Círculo Bíblico Ananin da Comunidade Santa Luzia, Ananindeua/Região Metropolitana de Belém/PA-. Foto: Luiz Cebs da Silva.

Pág. 126 - <https://cebsdobrasil.com.br/medellin-as-cebs-sao-celula-inicial-de-estruturacao-ecclesial-cinco-notas-fundamentais-de-sua-identidade-benedicto-ferraro/> Acesso em 03/03/2022.

Pág. 129 – LOGO oficial do Sínodo 2023 “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”.

Pág. 131- Imagem da Semana Missionária do Ano Nacional do Laicato/ CNBB.

Conclusão

Irmãs e irmãos. O caminho se faz caminhando. Com este texto-base desejamos contribuir, como diz o nosso querido Papa Francisco, para estabelecer processos. Certamente uma leitura atenta poderá identificar lacunas. Contudo, elas deverão serem preenchidas pelo diálogo contínuo e necessário em nossa caminhada.

Cada uma das partes construídas por um labor voluntário pessoal e coletivo, procurou oferecer elementos que possibilitem refletir o tema e o lema do 15º Intereclesial em dada direção, mas não esgota as possibilidades.

O já clássico método “Ver-Julgar-Agir”, é um mapa que nos ajuda a ter um olhar abrangente sobre determinada circunstância, afim de que nossa reflexão se apresente com razoável sustentação. A palavra *método* vem do grego *methodos*. *Odos* em grego é *caminho*. Assim, trata-se de buscar atingir uma meta escolhendo um caminho.

Procuramos oferecer um caminho no qual fosse possível observar, de maneira cuidadosa, as rachaduras de nosso sistema social, político e econômico. Rachaduras que certamente irão permanecer após o Intereclesial, mas precisam ser identificadas para caminhar em direção à meta evitando “surpresas” que possam produzir ainda mais sofrimento ao povo.

Mas para enfrentar o caminho precisamos também buscar avaliar e discernir o que a sabedoria teológica e bíblica nos oferece para manter viva a nossa força em continuar caminhando. Como manter viva nossa esperança em um “novo céu e uma nova terra” olhando para dentro de nós e de nossa estrutura eclesial? Faz-se necessário voltar às fontes de nossa fé para ali identificar os extratos que confirmem possíveis escolhas no presente.

Finalmente, precisamos nos colocar a caminho. Precisamos agir. Este é um grande desafio. Entre as várias possibilidades indicadas por este texto-base, precisaremos olhar também para nossa capacidade concreta em oferecer ao mundo e à Igreja a contribuição específica que o caminho já feito acumu-

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

lou e olhar para frente com humildade e sabedoria de quem se sabe pequeno, mas com resistência suficiente para continuar sendo sinal, luz, e fermento no meio da massa.

Sem dúvida, exatamente no momento em que uma pandemia ceifa milhões de vida pelo mundo, e milhares no Brasil, em grande parte produzida pela irresponsabilidade de muitos governantes, deveremos nos perguntar que sociedade queremos e como a Igreja pode contribuir para repensar este modelo que destrói a natureza e abre caminhos para novas pandemias. Não queremos “um novo normal”, mas uma sociedade onde se possa garantir, majoritariamente, a dignidade fundamental de toda e qualquer pessoa.

Quis ainda a graça de Deus nos oferecer um forte sinal de que fizemos a escolha certa para celebrar a nossa caminhada até 2023 na diocese de Rondonópolis-Guiratinga. A Igreja em Saída tão desejada por Francisco está em processo sinodal. Mais uma palavra que lembra caminho: *caminhar juntos*.

Enquanto este texto-base é estudado também estaremos em comunhão com o Sínodo sobre a sinodalidade, aberto em outubro de 2021 e que será concluído em outubro de 2023, três meses depois de realizarmos o 15º Intereclesial.

O Documento preparatório do Sínodo lembra que “o caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja no terceiro milênio”. Sim, as CEBs também se colocaram nesta perspectiva desde o começo. Certamente precisaremos avaliar o caminho feito e olhar para as possibilidades que este século nos apresenta. Mas faremos isso revigorados e revigoradas pela esperança de *um novo céu e uma nova terra*.

Coloquemo-nos a caminho mais uma vez, cientes de que a Igreja em saída é uma necessidade para realizar sinais contundentes de uma vida plena para todos e todas. Juntos com outras vozes que precisamos ouvir, sem medo de perder uma possível identidade eclesial muitas vezes alicerçada em um processo fundamentalista que possibilita ter um olhar de ódio, preconceituoso e

intolerante sobre os filhos e filhas de Deus. Não nos deixemos corromper por este olhar.

Não nos deixemos inebriar por uma “psicologia do túmulo, que pouco a pouco transforma os cristãos em múmias de museu”, palavras escritas pelo Papa Francisco na Alegria do Evangelho, número 83. E ainda com Francisco também nós, a partir de nossa caminhada, possamos gritar: “Não deixemos que nos roubem a comunidade” (EG 92).

“Peçamos a Deus que derrame as suas bênçãos sobre os nossos sonhos. Não percamos a esperança. Recordemos a promessa que Jesus fez aos seus discípulos: «Estarei sempre convosco» (Mt. 28,20)”... (Papa Francisco, IV Encontro dos Movimentos Populares – outubro de 2021).

Em terras mato-grossense, onde se realizará o 15º Intereclesial, concluímos esta etapa com o poema “Trovas ao Cristo Libertador”, escrito pelo poeta-profeta-pastor, Dom Pedro Casaldáliga (musicado por Cirineu Kuhun), um hino que expressa a espiritualidade encarnada no seguimento de Jesus de Nazaré.

“TROVAS AO CRISTO LIBERTADOR” (VIVA A ESPERANÇA)

Olhar ressuscitado, todo o teu corpo acompanhando a marcha lenta do povo.

Todo Tu debruçado, como um caminho,
traçando em tua Carne nosso destino.
No azul do Araguaia os roxos medos,
no sol de tua glória nossos direitos.
Sangue vivo no verde das índias matas,
faixas gritando viva a Esperança!

“Vejam! Eu vou criar novo céu e uma nova terra” [Is 65,17ss]

VIVA A ESPERANÇA!

Procissão de oprimidos, rezando lutas,
e Tu, Círio de Páscoa, flor de aleluias.

Páscoa nossa imolado, em Ti enxertos,
como Tu perseguidos, por Ti vencemos.

Libertador vencido, vencendo tudo,
companheiro dos pobres, donos do mundo.

VIVA A ESPERANÇA!

Guerrilheiro do Reino, maior guerrilha,

Tua cruz empunhamos em prol da vida.

Nossos mortos retornam, com nossos passos,
em teu Corpo vivente ressuscitados.

Em Ti, cabeça nossa, Libertador,
libertos, libertando, erguemo-nos.

A Teologia do Cartaz

A identidade visual apresenta elementos que nos ajudam a entender e rezar o 15º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base.

A arte foi pensada a partir da imagem da Santa Cruz (Catedral da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga). A cruz, símbolo dos povos crucificados e da Libertação, permeada pelo manto vermelho (onde se lê o tema do encontro), fazendo memória dos mártires da caminhada de ontem e de hoje.

Nos rostos saindo da Igreja, as várias faces desse imenso Brasil, do campo e da cidade, as diferentes etnias: somos Igreja composta pela resistência dos povos originários, pela força do povo negro, esperançosos como os caboclos, sertanejos, refugiados, migrantes e imigrantes. No meio dos rostos, o Papa Francisco, símbolo dessa Igreja em Saída, numa clara expressão da proposta de Jesus de Nazaré de vida plena para todos e todas (Jo. 10,10), com “Terra, Teto e Trabalho”.

Cristo é o Sol que ilumina a caminhada e a luta do seu povo por justiça, direitos, igualdade, fraternidade, partilha, solidariedade e paz, (Mal. 4,2 e Mt. 4,16) o sonho do “novo céu e da nova terra” (lema do encontro).

A Palavra de Deus, luz e lâmpada para o nosso caminho, a grande herança que recebemos com a leitura popular da Bíblia, que marca profundamente a identidade das Comunidades Eclesiais de Base.

15º INTERECLESIAL DAS CEBs



15º INTERECLESIAL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

A mulher, força da humanidade, dançando o siriri (música e dança de origem indígena, realizada, principalmente nas festas de santos das comunidades), puxando o cordão (Ex. 15,20), numa clara expressão da ciranda da vida; o mato-grossense tocando a viola de cocho (instrumento musical próprio da cultura local) e o bailarino da dança dos mascarados (uma das muitas tradições do povo, uma miscigenação das tradições indígena, africana e europeia), num gesto de hospitalidade, convidam todos e todas para a grande festa das comunidades nas terras calorosas do Mato Grosso.

No cuidado com a Casa Comum, a representação do Rio Vermelho e o ipê amarelo, marcos da história de Rondonópolis, símbolos do Cerrado; o verde da vida dos povos e da biodiversidade do Pantanal e da Amazônia. “Tudo está interligado...”.

Por fim, o trem das CEBs vem chegando, para aportar nas margens do Rio Vermelho, em Rondonópolis, nos dias **18 a 22 de julho 2023**.

“Vem pra cá”!